UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

GUSTAVO BRAMBILLA

**Vadios & Vadiagem na São Paulo restaurada:
a utilização dos vadios na administração do governador e
capitão-general Morgado de Mateus (1765-1775)**

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÓMICA

**Vadios & Vadiagem na São Paulo restaurada:
a utilização dos vadios na administração do governador e
capitão-general Morgado de Mateus (1765-1775)**

Gustavo Brambilla

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Carlos de Almeida Prado Bacellar

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

BB815v Brambilla, Gustavo
Vadios & Vadiagem na São Paulo restaurada. A utilização dos vadios na administração do Governador e Capitão-General Morgado de Mateus (1765-1775). Gustavo Brambilla; orientador Carlos de Almeida Prado Bacellar. - São Paulo, 2017.
159 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Vadios. 2. Vadiagem. 3. Morgado de Mateus. 4. São Paulo. 5. Capitania de São Paulo. I. Bacellar, Carlos de Almeida Prado, orient. II. Título.

GUSTAVO BRAMBILLA

**Vadios & Vadiagem na São Paulo restaurada:
a utilização dos vadios na administração do governador e
capitão-general Morgado de Mateus (1765-1775)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovado em: __ / __ / __

Banca Examinadora

*Para toda a minha família, em especial:
Nelson Dimas Brambilla,
Elaine Brambilla e
Renata Elisa Brambilla,
que me inspiram, pelo apoio e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao professor e orientador Carlos de Almeida Prado Bacellar, sem o qual não teria sido possível esta dissertação.

Sou muito grato, mais uma vez, aos professores do Departamento de História, em especial aos professores de História Econômica da Universidade de São Paulo, por terem me aceitado no Programa, ministrando as aulas com competência e generosidade, em todas as etapas da pesquisa.

Agradeço especialmente aos professores Rodrigo Ricupero e João Paulo Garrido Pimenta, pelas inúmeras sugestões que me nortearam após a qualificação e viabilizaram a conclusão do trabalho.

Sou grato à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professores, pelo ensino e auxílio prestados durante todos os meus anos de graduação.

Não posso deixar de mencionar a presença de Jannoni Soares, agradeço por aceitar a composição final da banca.

Não posso deixar de citar ainda a enorme ajuda e carinho da minha família, em especial do meu pai, Nelson, minha mãe, Elaine, e minha irmã, Renata, sem os quais nada disso seria possível; meus numerosos tios e tias, primos e primas; e meus avós, aos quais agradeço em nome da vó Elisa.

À minha namorada, Thaís, pela compressão e pelo companheirismo em todos os momentos.

Não posso deixar de mencionar meus amigos de longa data: Ricardo, Tomas, Diogo, Felipe, Luiz Gustavo, Guilherme. Os colegas historiadores: Paula, Fredson e Henrique. E os demais colegas da PUC-SP e da USP.

[...] porque toda a vida é sonho,
e os sonhos, sonhos são

Pedro Calderón de La Braca

RESUMO

Este trabalho trata das formas de controle e uso dos “vadios” e da percepção da “vadiagem” como um mal social na capitania de São Paulo no século XVIII. O trabalho é realizado através da análise dos “Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo”, das “Atas da Câmara da Cidade de São Paulo” e da “Lei de Polícia”, que abordam a administração do governador e capitão-general Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, durante o período de 1765 a 1775.

Esta dissertação de mestrado analisa as medidas executadas pelo governador, instruído pelos preceitos do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, que visavam fomentar a economia através da lavoura mercantil e organizar a defesa militar utilizando a mão de obra dos vadios. Todas essas medidas foram inseridas na restaurada capitania de São Paulo a partir ano de 1765, depois de submetida ao governador de Santos, sem patente de capitão-general, e sob o mando militar do Rio de Janeiro.

A pesquisa tem como proposta seguir novos trabalhos da historiografia brasileira a respeito de São Paulo no século XVIII, afastando a imagem corrente de que a capitania de São Paulo teria sido uma capitania extremamente atrasada, pobre, vazia, sem fé, lei ou Rei, inserindo a perspectiva de Ilana Blaj, que demonstra como foi realizado o processo de mercantilização da capitania no século XVII, assim como as de Caio Prado Jr. (“Formação do Brasil contemporâneo”), Sérgio Buarque de Holanda (“Caminhos e fronteiras” e “Monções”) e historiadores como Maria Luiza Marcílio e Heloísa Liberalli Bellotto, que inserem na discussão os diferentes modos pelos quais o governo atuou no processo de civilização dos moradores da capitania.

Outro elemento da pesquisa é a investigação sobre os homens livres pobres no Setecentos, os quais buscavam espaço para sobreviver em seus respectivos cotidianos. O “vadio” é um sujeito que não possui ofício. Está inserido em uma sociedade que compreende o trabalho como coisa de escravo, desencorajando o homem branco pobre a trabalhar, por temer ser comparado a um escravo.

Palavras-chave: Vadios, Vadiagem, Morgado de Mateus, São Paulo.

ABSTRACT

This work deals with the forms of control and use of the "vagrants" and the perception of "vagrancy" as a social evil in the 18th century São Paulo captaincy. The research was carried out by analyzing the "Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo", the "Atas da Camara da cidade de São Paulo" and the "Lei de Policia", which deal with the administration of the Governor and Captain-General Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, known as Morgado de Mateus, during the period from 1765 to 1775.

This master's dissertation analyzes the measures implemented by the governor, instructed by the precepts of the Conde de Oeiras, future Marquis of Pombal, that aimed to foment the economy through the mercantile crop and to organize the military defense using the labor of the stray. All these measures were inserted in the restored captaincy of São Paulo from 1765, after being submitted to the governor of Santos, without the rank of captain-general, and under the military command of Rio de Janeiro.

The research intends to follow new works of Brazilian historiography about São Paulo in the eighteenth century, removing the current image that the São Paulo captaincy would have been an extremely backward, poor, empty, without faith, law or King capitania, inserting the perspective of Ilana Blaj, who demonstrates how the process of merchandising of the captaincy in the seventeenth century, as well as those of Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda and historians like Maria Luiiza Marcilio and Heloísa Liberalli Bellotto, who insert in the discussion the different ways in which the government acted in the process of civilization of the inhabitants of the captaincy.

Another element of the research is the research on the poor free men in the Seventy, who sought space to survive in their respective daily lives. The "vagrant" is a guy who has no trade. It is embedded in a society that understands work as a slave thing, discouraging the poor white man from working, for fear of being compared to a slave.

Palavras-chave: Vagrant, Vagrancy, Morgado de Mateus, Sao Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 CAPÍTULO I – DAS LEGISLAÇÕES EUROPEIAS À ELABORAÇÃO	
DOS CONCEITOS: VADIOS & VADIAGEM.....	17
1.1 ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS DA PERCEPÇÃO DA “VADIAGEM”	
NA EUROPA.....	17
1.2 A PERCEPÇÃO DA “VADIAGEM” NA EUROPA.....	23
1.2.1 Aspectos da vadiagem na França.....	23
1.2.2 Aspectos da vadiagem na Inglaterra.....	26
1.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LEIS E DO CONCEITO DE “VADIOS”	
EM PORTUGAL.....	30
 CAPÍTULO II – A PERCEPÇÃO DOS VADIOS EM SÃO PAULO.....	44
 CAPÍTULO III – DO CONTINGENTE DO IGUATEMI PARA AS FUTURAS	
POVOAÇÕES.....	74
3.1 A FUNDAÇÃO DA PRAÇA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES E SÃO	
FRANCISCO DE PAULA DE IGUATEMI: O PURGATÓRIO DOS VADIOS.....	74
3.2 USO DOS VADIOS: DA EXPERIÊNCIA INICIAL NO IGUATEMI PARA	
A UTILIDADE EM NOVAS POVOAÇÕES.....	86
3.3 OS VADIOS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO.....	96
 CONCLUSÃO.....	103
 REFERÊNCIAS.....	110
 ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

A presente dissertação procura oferecer uma descrição e uma análise sobre as formas de controle e de uso dos vadios e a percepção de vadiagem, representada como um mal na sociedade da capitania de São Paulo no século XVIII, abarcando a administração do governador e capitão-general Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, durante o decênio de 1765-1775. Para isso, serão examinados principalmente os “Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo”, as Atas da Câmara da Cidade de São Paulo e o Registro Geral das Atas da Câmara. Busca-se contemplar o processo de inserção dos vadios nas configurações político-administrativas do Morgado de Mateus, instruído pelos preceitos do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, que visava fomentar a economia através da lavoura mercantil e organizar a defesa militar utilizando a mão de obra dos vadios.

No capítulo 1 o intuito é levantar as principais visões que as legislações europeias de combate à vadiagem construíram sobre os vadios, assim considerados os sujeitos pobres e livres que não possuíam posição social conhecida, portanto, deveriam ser controlados e reprimidos com o interesse de se ocuparem do trabalho, reiterando a proibição da intolerância e da dispersão. Além disso, nesse capítulo pretende-se elucidar algumas percepções acerca dos “vadios” e da “vadiagem” encontradas nas legislações da Europa Moderna e Medieval. Procuramos evidenciar a precoce legislação portuguesa em relação aos vadios, impondo a eles ocupação obrigatória e penas como açoite e degredo para fora do Reino.

No capítulo 2 buscamos apresentar o conceito de vadiagem no contexto colonial, em especial na cidade de São Paulo, devido às referências esparsas encontradas sobre esse grupo nas atividades dos homens bons nas câmaras municipais. Nesse contexto, os vadios, no entanto, não eram considerados um problema sério ao sossego público, diferentemente da sua representação em toda a Europa. Os capitães-mores pouco ou nada faziam para submeter esses indivíduos às suas determinações. Entretanto, em 1765 o cenário mudaria com a chegada do governador Morgado de Mateus, que encontrou uma capitania recém-restaurada em decadência, pobre e sem povo. Necessitava organizar os povos, porém a decadência propriamente dita se deu, na verdade, quando a capitania de São Paulo perdeu a autonomia política.

A região paulista começou a receber atenção de Portugal no momento da descoberta do ouro (1693), transformando-se em polo de atração demográfica e causando temor às autoridades portuguesas, pois essas capitanias localizadas ao sul faziam fronteira com territórios espanhóis. Por isso, fazia-se necessário conhecer e delimitar esse território.¹

Após o término da União Ibérica, iniciou-se a tentativa política de centralização do poder monárquico. Antigas capitanias entregues a particulares seriam compradas e restituídas ao patrimônio régio (capitanias de São Vicente e Santo Amaro). As capitanias recém-adquiridas, em 1709, foram desmembradas do Rio de Janeiro, sendo criada a Capitania Geral de São Paulo e Minas de Ouro.² Os principais objetivos eram melhorar o controle da região mineira, evitar os descaminhos do ouro e eliminar as disputas internas, que culminariam na Guerra dos Emboabas (1707-1709).³

Com a criação da capitania em 1710, a vila São Paulo foi elevada à condição de cidade (1711). A Coroa reconhecia a importância de São Paulo. A capitania desenvolveu-se economicamente por meio do comércio de gêneros para o abastecimento interno das minas.

No ano de 1709, São Paulo e Minas de Ouro era a maior capitania da América portuguesa, abrangendo territórios do Centro-Oeste, do Sul, até a colônia do Sacramento, e do Sudeste, com exceção do Rio de Janeiro e da Vila de Santos. O descaminho do ouro continuava. Essa situação fez a Coroa buscar defender a captação do quinto, criando a capitania de Minas Gerais (1720). Tal redefinição administrativa tornou São Paulo responsável pelos demais territórios, estabelecendo-se um governador exclusivo para os paulistas, cuja função era proteger o litoral e coibir os avanços das missões espanholas ao sul.

Em 1730, por serem consideradas vulneráveis ao ataque castelhano, outras regiões foram desmembradas da capitania de São Paulo, passando a se submeter ao Rio de Janeiro. Em 1748, a capitania de São Paulo sofreu novos desmembramentos, dos quais surgiram novas capitanias (Goiás e Mato Grosso), e deixou de existir, tornando-se a região subordinada à comarca do Rio de Janeiro. A historiadora Heloísa Bellotto observa que o fim da capitania ratificava a decadência de São Paulo, o que é contrariado pelos estudos de Ilana Blaj e Maria Luiza Marcílio: a primeira autora apresenta o desenvolvimento mercantil paulista por meio do

¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000, p. 20.

² Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 47, p.65-66.

³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, p.24.

abastecimento interno; já Marcílio examina o fator econômico, relacionando-o com os dados demográficos obtidos no primeiro recenseamento de 1765.

Segundo Heloisa Bellotto, a capitania de São Paulo foi restaurada pelas mesmas razões que haviam sido alegadas para sua extinção: a reorganização do sistema de defesa da região platina e a exigência de reforçar a segurança da fronteira oeste. A possibilidade de uma guerra no território da América meridional fez com que Portugal, por meio da administração pombalina, restaurasse a capitania de São Paulo, em 1765. O Conselho Ultramarino agora afirmava a importância da defesa do eixo sul, já que parte do território do Rio Grande de São Pedro havia sido dominada pelos espanhóis em represália à aliança entre Portugal e Inglaterra na Guerra dos Sete Anos (1765-1763).

A América portuguesa estava ameaçada, em outubro de 1762, pela invasão castelhana, e as usurpações territoriais apresentavam claros sinais de represália ao envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos. Nesse conflito, a Coroa Portuguesa refutou a aliança com a França e a Espanha e acabou lutando ao lado da Inglaterra.⁴ Mesmo com o fim do conflito e o armistício de Paris, em 1763, os territórios da América portuguesa meridional não haviam sido restituídos pelos espanhóis, o que indicava a iminência de uma guerra.⁵ Embora o governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, houvesse, ao contrário da expectativa, devolvido a Colônia do Sacramento, recusava-se a devolver os territórios do Rio Grande de São Pedro.

A restauração da capitania de São Paulo, em 1765, foi uma medida portuguesa para restabelecer o controle territorial da parte meridional, visando conter os avanços espanhóis. Mesmo negociando diplomaticamente com a Coroa espanhola a devolução dos territórios do Rio Grande de São Pedro e das Ilhas de Martim Garcia, os portugueses temiam a ocorrência de novos avanços até as Minas. O Rio Grande de São Pedro era tido pelos castelhanos como uma barreira da qual os portugueses não poderiam passar. Já pelo lado lusitano, era um espaço essencial para expandir o domínio até o Rio da Prata.⁶

Ao ser nomeado governador da restaurada capitania de São Paulo, o capitão-general D. Luís Antônio de Souza deveria zelar pela sua defesa, contendo os avanços por parte dos espanhóis na América meridional, e ainda reconstruir a administração e a economia da

⁴ LEONZO, Nanci. **As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo**: das origens ao governo do Morgado de Matheus. Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 1975, p.28.

⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Alameda, 2007, p.105.

⁶ TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 202.

capitania, a qual, segundo o próprio Morgado de Mateus, encontrava-se em declínio pelo descaso dos naturais. Em carta catalogada, ele descreve a cidade do Rio de Janeiro utilizando-a como parâmetro para avaliar a capitania paulista: “A Cidade he bastante grande e populoza, as terras são admiráveis, porque as Lavradas, e mesmo os montes, tudo produs com tal vigor, como não se vê na Europa, e por isso se não pode facilmente imaginar, o que ellas são.”⁷

As diretrizes “pombalinas” enfatizavam a necessidade de garantir a defesa da fronteira sul e desenvolver a economia, devendo-se estimular a variação na produção agrícola e viabilizar o “gerenciamento”, como no caso do recenseamento — instrumento valioso para apresentar o número de habitantes das capitanias e sua qualidade (livres ou escravos) —, possibilitando o planejamento das futuras medidas a serem realizadas.⁸

Essa defesa da parte meridional deveria ser delegada aos naturais da terra — quais sejam, os paulistas aptos à vida militar —, devido à inexistência de fundo da provedoria paulista para criar e fundar novos corpos de tropas regulares. Seu plano apresentava o processo de militarização, visível nas tentativas de criar e organizar tropas de ordenanças. Assim, o Morgado de Mateus escrevia para o Conde de Oeiras pretendendo construir na América meridional uma barreira defensiva e até mesmo outra ofensiva: no caso do empreendimento do Iguatemi, projeto cuja construção e manutenção contavam inicialmente com apoio da Coroa. O objetivo do governo era desviar o foco das tensões com os espanhóis do sul para o oeste, mas caiu em descrédito com a hostilidade espanhola partindo pelo sul.

Ao desembarcar em Santos, em 23 de julho de 1765, Morgado de Mateus foi encarregado de analisar a situação da capitania de São Paulo e desesperou-se com inúmeros obstáculos à administração: uma capitania sem recursos, sem produção econômica, desorganizada, com uma população dispersa e “selvagem”, fatores que se apresentavam como impedimento ao uso da população para a militarização. As tropas eram uma maneira de os “vadios” serem úteis para o Império Português, pois elas não eram pagas e não recebiam nem sequer uniformes.

Depois de aferir a população, Morgado de Mateus deveria enviar termos de recrutamento para auxiliar as tropas ao sul. D. Luís Antônio, assustado com a desordem e a decadência encontradas na capitania que iria começar a governar, enviou então um ofício ao rei informando que, das tropas, não havia mais do que ordenanças, sem o mínimo de

⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 72, p.9.

⁸ TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

disciplina ou de obediência. Reclamava também da dispersão em que viviam os povos e de seus costumes:

Eu achei esta Capitania [de São Paulo] morta e ressuscitá-la é mais difícil do que criá-la de novo. O criador está na responsabilidade de qualquer homem. O ressuscitar foi milagre reservado para Cristo. Para Cristo. Para criar o Mundo bastou a Deus, um *Fiat*, para restaurar depois de perdido, foi necessário humanar a sua Onipotência, gastar trinta anos, e dar a vida.⁹

Em 1675, procurou inspecionar as fortalezas e passar em revista as tropas destacadas na praça de Santos, na qual, de acordo com carta enviada a D. José, encontravam-se seis companhias pagas de infantaria, porém muito incompletas e, em alguns casos, dispersas e desorganizadas. Em resposta, D. Luís Antônio recebeu instruções do governo para deter o avanço espanhol e criar povoações civis, que deveriam incluir os indígenas.

A necessidade de seguir as instruções do Conde de Oeiras referentes à reorganização da capitania obrigou o governador e capitão-general a solicitar o recenseamento em 1765. Essa prática representaria uma estratégia do governador em toda a sua administração: se num primeiro momento apenas apresentava os habitantes, no decorrer do seu governo não só a quantidade de habitantes se tornava conhecida, como também se definia se eram casados, se possuíam escravos, agregados e posses, a fim de serem utilizados numa eventual militarização. Porém, sem recursos para a reorganização militar, a atenção se voltava para a reorganização econômica, estimulando-se a produção agrícola em larga escala, com a produção voltada para o exterior.

Ao constituir novas tropas auxiliares com os paulistas, D. Luís Antônio notou que a população refutou o alistamento: “[...] pela repugnância com que os povos fogem de ser soldados, como tão bem pela falta de gente capaz, e com possibilidade de sustentar sem soldo para esta capitania reduzida pela maior parte em sumo pobreza.”¹⁰ Sem condições de sustentar tropas pagas, Morgado de Mateus recorreu à exaltação do espírito aventureiro herdado dos bandeirantes, aspirando retomar o passado de glória dos paulistas: “[...] poys que para as

⁹ Correspondência do Morgado de Mateus ao Marquês de Lavradio, 1722. TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p.187.

¹⁰ Correspondência do Morgado de Mateus ao Marquês de Lavradio, 1722. Ibidem, p.187.

empresas de que se tratam, são os paulistas e certanistas os saldos mais próprios.”¹¹ Procurando alcançar a adesão dos paulistas aos regimentos, Morgado de Mateus chegou até a se nomear coronel de um regimento. Para obter apoio dos homens bons, contava com apoio do Rei D. José, que iria conceder mercês aos descuidos de novas terras ou restauradas pelos invasores.

D. Luís Antônio assustou-se ao iniciar sua empreitada à frente da capitania, relatando o atraso de civilidade da cidade. Nesse aspecto, exposto em suas correspondências – que servem de base para uma historiografia de São Paulo –, aponta a decadência e o abandono de suas terras, bem como as características de sua população – bastarda, mameluca, atrasada e que refuta a ideia de trabalho sistemático –, reforçando assim a imagem do paulista como avesso a inovações, tais como o uso do arado. Os habitantes paulistas são vistos como selvagens, sem sujeição à Igreja e à Coroa, impedindo seu trabalho na condução da capitania de forma ilustrada e de acordo com os desígnios do rei.¹²

O Morgado de Mateus escolheu os culpados pelo atraso: a preguiça, os vadios, os dispersos e os índios que não viviam em aldeamentos. Caberia a ele “colonizar os colonos”¹³, transformando-os em vassalos da Coroa. Eles se negavam ao trabalho sistemático, não tinham senhores e não eram comerciantes, sendo considerados selvagens, sem subordinação, e constantemente causavam assassinatos e outros crimes. O Morgado elege a *preguiça* como motivação dos vadios:

[...] He a prezipção, e a preguiça; não tenho palavras com que Vossa Excelencia expressar o excesso, a que tem chegado estes dous pecados, porque tudo quanto posso dizer em comparação delles He diminuto todos estes Povos geralmente, assim homens, como mulheres, pela mayor parte não fazem nada; de noite e de dia estão deitados ou balançando na rede, ou cachimbando; e He tal a sua vaidade, que tem por despreza o trabalho, entre eles não há mãos que obrem, senão os pretos; quem não tem escravo perece [...].¹⁴

¹¹ LEONZO, Nanci. **Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias**. Tese (Doutorado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 1979, p.63. Outros exemplos da tentativa de reviver a glória paulista: “sempre os paulistas flagelos dos castelhanos”, bem como “os próprios homens que o Brasil tem para a vida militar”.

¹² LEONZO, Nanci. **Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias**. Tese (Doutorado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 1979, p.187.

¹³ A simples posse da terra não resolvia. Os habitantes locais tinham de ser vassalos do rei.

¹⁴ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 73, p.92.

Observa-se que os habitantes da capitania de São Paulo em sua maioria não habitavam as vilas, viviam isolados nos seus respectivos “sítios volantes”. O governador apontava esse como um dos fatores do “atraso”, pois havia casas de taipa de cana, cobertas de folhas, sem móveis ou luxo.

Ao avaliar a qualidade e a quantidade de indivíduos isolados, itinerantes, mudando-se dos sítios volantes depois de esgotar as terras pelas constantes queimadas, Morgado de Mateus se desesperou, pois viu essas atividades dos naturais da terra, que rejeitavam até a enxada, como causa da baixa produtividade e da pobreza instaurada na capitania. Tais indivíduos eram intitulados “vadios” pelo governador.

O capitão-general e governador começou a coibir esses usos e costumes locais dos paulistas, como se observa pela Lei da Polícia, de 25 de julho de 1760¹⁵, a qual recaía sobre os vadios, mendigos e viandantes. Morgado de Mateus expediu um bando proibindo os moradores da cidade de São Paulo e seus distritos de desertarem de suas habitações para os matos. Ao insistir na fuga, seriam considerados desertores, buscados, presos, acorrentados e encaminhados até a praça de Santos para receber castigo.

Essa preocupação foi apresentada pelo governador, gerando uma Carta Régia em 1766 que legitimava a Lei da Polícia¹⁶, recaindo a proibição sobre os moradores que se aglomerassem em povoações em número de 50 vizinhos.¹⁷

Nesse sentido, o capítulo 3 contempla o processo da colonização paulista através do uso dos vadios na empresa do Iguatemi, verificando como essa empresa representava um purgatório para os indivíduos livres e pobres, que diversas vezes recorriam a fugas e deserções. Também trata da fundação de povoações e de vilas com esse contingente. E, por último, procura examinar o que era ser vadio no contexto colonial.

¹⁵ LEONZO, Nanci. **Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo:** as milícias. Tese (Doutorado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 1979, p.73.

¹⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 72, p. 94-95.

¹⁷ LEONZO, op. cit., p.74.

CAPÍTULO I – DAS LEGISLAÇÕES EUROPEIAS À ELABORAÇÃO DOS CONCEITOS: VADIOS & VADIAGEM

1.1 ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS DA PERCEPÇÃO DA “VADIAGEM” NA EUROPA

Na perspectiva da história conceitual, contemplamos o “vadio” ou a “vadiagem”¹⁸ como uma elaboração estabelecida a partir das leis em Portugal e na Europa, uma representação concebida com o propósito de praticar uma dominação social e controlar através do trabalho compulsório uma crescente parte da população.¹⁹ Essa aproximação possui uma relevante influência metodológica que, através dessa ferramenta linguística, possibilita reproduzir certas condições sociais, políticas e econômicas específicas.²⁰

A indigência, a vagabundagem, as desigualdades entre as situações de vida dos homens permanecem desde o alvorecer das primeiras sociedades. As guerras, os infortúnios climatológicos e a proliferação de doenças constantemente se fazem presentes entre os principais causadores da miséria ou dos indivíduos desclassificados socialmente: são circunstâncias conjecturais comuns na Idade Média e na Idade Moderna e muitíssimo relevantes para entender o processo de desclassificação das populações.²¹

A vadiagem e a mendicância²² não são fenômenos distintos, segundo a historiografia portuguesa, ambas têm sido consideradas “malês endêmicos”²³ da sociedade europeia,

¹⁸ Vagabundos, ou vadios, para Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, através das leis portuguesas “medievais” e “modernas”, “se dizem aqueles, que andão errantes aqui, e ali, e não tem moradia fixa. Debaixo deste nome se compreendem todos aqueles, que não tem profissão, nem officio, nem domicilio certo, nem bens, de que subsistão, e que além disso não podem dar prova de boa vida, e costumes por pessoas de fé, antes são suspeito de contrário”. In: SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de hum dictionario juridico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes**: R-Z. Vol. 3. Lisboa: Rolland, 1827.

¹⁹ A historiografia sobre o auxílio aos pobres e aos desclassificados sociais tem concentrado numerosos estudos reconstruídos por pesquisadores brasileiros, influenciados pelo historiador francês Francis Mollat, numa contínua e crescente expansão dos temas de pesquisa e abordagens de investigação. O que sugerimos nesta dissertação é uma análise de longa duração, pois é necessária para observar os marginalizados, sem uma posição definida nas sociedades europeias e, posteriormente, na América portuguesa. MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

²⁰ JÜTTE, Robert. **Poverty and deviance in early modern Europe**. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p.8. “Language can be a guide to social reality. But historians often have to reminded that study of language is more than ‘academic exercise in semantics’.”

²¹ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p.77.

²² A definição de mendigo é semelhante à de vadios: o pobre, ou vagabundo de profissão, que pede esmola por ociosidade podendo ganhar a vida pelo trabalho.

²³ Basta-nos lembrar da célebre Lei das Sesmarias de 1375, em que o rei já determinava que os mendigos seriam presos pela justiça do lugar se tivessem saúde e idade para servir em qualquer mister, bem como os vadios seriam presos e constringidos a servir na lavoura, ou em outro mister. Também nas Ordenações Afonsinas

continuamente objetivados por inúmeras leis desde os tempos mais remotos da Monarquia lusitana. A questão da pobreza, dos “desclassificados” e da vulnerabilidade socioeconômica é um fenômeno bem conhecido e estudado em toda a Europa.²⁴

A definição do pobre e de seu estado deve, portanto, ser ampla. O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo o dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enfeitados, todos os associas, todos os marginais; ela não é específica de época alguma, de região alguma, de meio algum. Tampouco exclui aqueles que, por ideal ascético ou místico, decidiram afastar-se do mundo ou que, por devotamento, optaram por viver pobres entre os pobres.²⁵

A vadiagem e a mendicância, nas definições das normas portuguesas, são termos similares, mas com particularidades. Para os dois casos notam-se os requisitos de ser adulto (16 anos ou mais), da ausência de meios de subsistência e da não realização regular de “uma profissão, ofício ou mister em que ganhe a vida”. A distinção pode ocorrer ao se evidenciar a presença dessas características por razões de força maior, permitindo assim a atividade de mendigar, mas exigindo certas condições, sendo a mais importante a comprovação da impossibilidade de ganhar a vida pelo trabalho.²⁶

determinava D. João I que todos aqueles que não tivessem ofício, não vivessem com senhores ou buscassem sustento em malfazer fossem presos até que tomassem ofício ou amo. Vários estudos apresentam a Coroa Portuguesa e outras áreas na Europa com esses problemas, por outro lado, o conceito aparece através das disposições legais que, ao longo dos tempos, procuravam restringir ou regular a mendicidade e a vadiagem.

²⁴ A partir do século XV, a ética do trabalho produtivo e reprodutivo da vagabundagem desenvolveu-se de forma acentuada nos Estados modernos e absolutistas da Europa. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994, p.813.

²⁵ MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.5. Mollat, ao estudar a pobreza, aponta as suas gradações. “Varia no plano social, conforme épocas e os níveis de cultura e desenvolvimento econômico.” Na questão do sujeito, difere de acordo com a posição e o meio. Através da língua francesa na Idade Média, apresenta a ideia de que o homem cai na servidão ou na miséria, ele é impossibilitado de “manter o seu estado” e, mais grave, de “se reerguer”. “Assim se exprimia a degradação e se definia um ponto de ruptura, um limiar a partir do qual a precariedade se transforma em miséria. A pobreza situa-se [...] sobre dois planos separados por uma frágil linha de demarcação entre a vulnerabilidade às agressões do infortúnio e a ruína irremediável.” Aborda ainda os infortúnios sob os aspectos biológico, econômico e sociológico.

²⁶ ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.347-371, 2010.

Aquele que recorre à vadiagem, não possuindo meios de subsistência, mesmo sendo considerado saudável, e fazendo da privação de trabalho seu ofício, seu ganha-pão, enseja com motivo a suspeita da sociedade. Nesse sentido, a lei reivindicava a necessidade de uma ocupação (ofício, mister ou senhor) frequente, permitindo somente certos “intervalos”, que deveriam ser breves, ou seja, no máximo 20 dias, pois a ociosidade, a preguiça e a vadiagem deveriam ser expurgadas de todo o reino, que, assim como distintos espaços por toda a Europa, inaugurava o combate aos vadios.²⁷

No que diz respeito à mendicância, trata-se de um problema complexo e de difícil análise, pois envolve a questão da pobreza ou miséria, fora a questão da repressão e do controle, englobando a nova concepção “medieval” de que muitos mendigos exploravam a caridade religiosa, régia e, em especial, a individual. A caridade em si deveria existir apenas para os verdadeiros pobres: “idosos, doentes, viúvas, deficientes ou nobres envergonhados”.²⁸

Apesar disso, não havia “brechas” prevendo casos de indivíduos azarados que, tendo procurado alguma ocupação, sem alcançar sucesso, se viam compelidos a pedir, esmolando pela situação de necessidade, recorrendo à atividade de caridades religiosas ou de membros da comunidade. Assim, o mendigo e o vadio eram submetidos a inúmeros exames pelas autoridades religiosas e, depois, pelas autoridades régias para poderem ser agraciados pela licença para mendigar. Mesmo perante algum problema de saúde – cegueira, deficiências, doenças e membros amputados –, esses indivíduos pobres só poderiam pedir esmolas com autorização, a única exceção era feita aos nobres decaídos (mesmo sendo válidos).²⁹

Os pobres durante todo o período da Idade Média podiam solicitar esmolas, porém, com o crescimento desses indivíduos e os altos custos às Igrejas, autoridades e comunidades visavam auxiliar apenas os mais necessitados.³⁰ Em geral, eram compreendidos como necessitados os pobres nascidos e residentes nessas comunidades. Portanto, os pobres “desconhecidos” – vadios, mendigos e estrangeiros – ficavam desamparados, sem nenhuma ajuda, sendo inclusive proibidos de entrar, dormir, morar e pedir em muitas vilas e cidades europeias, pois representavam uma despesa muito inconveniente.³¹ Conclui-se que, nessas

²⁷ LARA, Silvia Hunold. **Ordenações Filipinas**: livro V. Dos vadios. Vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²⁸ ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.347-371, 2010.

²⁹ GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1988.

³⁰ ABREU, op. cit., p.347-371.

³¹ WANDEL, Lee Palmer. **Always among us**: Images of the poor in Zwingli's Zurich. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p.126.

circunstâncias, as esmolas ou ajudas para pobres não deveriam ser entregues para todos, somente para os moradores locais atemorizados por desastres naturais ou doenças, porque esses indivíduos possuíam vínculo com o lugar e, mesmo destituídos economicamente, eram reconhecidos pela comunidade, assim como as causas da desgraça.

O temor causado pela peste negra, associado ao processo de transformação do modelo “medieval” político dominante na Europa e às mudanças nas estruturas econômicas desestabilizaram a sociedade dos senhores e servos, mas facilitaram a implantação de iniciativas para disciplinar a sociedade e atenuar certas ações consideradas perigosas.³² Nesse contexto, os vadios não deveriam ganhar o direito de pedir, pois teriam condições de trabalhar, mas foram constantemente sustentados pelos moradores de diversas comunidades, devido à influência da analogia da imagem do pobre com a de Cristo. Assim, existiam mendigos que eram vadios, pois não passavam por inspeção nenhuma, pedindo por mera exploração, para adquirir o sustento sem esforço físico, não só para a subsistência, mas também para manter seus vícios: a ociosidade, a preguiça e a vadiagem.³³

Diferenciar a vadiagem e a mendicância se torna complexo devido ao fato de terem sido abordadas como objetos semelhantes nas leis em diversos estados modernos, pois ambas apresentavam as mesmas causas: a pobreza, o pauperismo, a miséria. E, diante da privação dos meios de subsistência, as autoridades régias de diversos espaços acreditavam que a única solução seriam os meios de prevenção através da repressão, apresentando diversas penas e, entre elas, o “remédio”: o trabalho.

Os conceitos de vadio e vagabundo são sinônimos. Segundo Bluteau³⁴, vadio significa “vagabundo, ocioso” e o que “não tem amo ou senhor com quem viva, nem trato honesto, negócio, mister, ofício, emprego, nem modo de vida, nem domicílio certo”, e vagabundo é o que “anda vagando sem domicílio nem vivenda certa, desconhecido, sem legitimação de sua pessoa que é desconhecida”. Segundo Moraes Salles³⁵, vadio é o que “não tem ocupação ou que não faz nada”, o que “vagueia”, o “vagabundo”, o “errante”, o “nômade”, o “inconstante”.

³² HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.55-57.

³³ SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.62.

³⁴ BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino**: L-N. Vol. 5. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1716.

³⁵ SILVA, António de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Vol 1. Lisboa: Editiro-Empreza litteraria fluminense de AA da Silva Lobo, 1890, p.825.

A mesma comparação entre esses dois conceitos consta também em diversas leis na Europa e em Portugal, em um primeiro momento incidindo sobre os mendigos, apresentados depois como vagabundos e vadios. Nelas dizia-se que o vadio é o “que não tem modo de vida”, o “ocioso”, o viajante que vagueia, o errante, o nômade e até mesmo o criminoso, enfim, tudo que fosse contrário ao trabalho era considerado “vadio”.

Assim, na percepção geral, pouco a pouco, as menções aos mendigos deixavam de ser utilizadas, sendo substituídas por “vadios” e “vagabundos”, pois esses termos possuíam uma ideia negativa e, como já se sabe, o mesmo significado, enquanto que entre os mendigos existiam os verdadeiros, em contraposição aos falsos pedintes. Tais infratores eram considerados vadios, na maioria dos casos vagando de um lugar para outro, sem possuir domicílio, família ou função conhecida.

É verdade que, além desse tipo de caracterização dos vadios, existe outra percepção. Em sua primeira menção na legislação portuguesa, eram apresentados como pescadores, dando a ideia de indivíduos com uma ocupação temporária. Mas, posteriormente, “vadios” e “vagabundos” passaram a ser vistos de um mesmo modo: “ociosos, sem senhores e mestre”, tanto em Portugal como em outros espaços da Europa moderna. Buscavam-se elementos para uma possível condenação, indivíduos a eles equiparados de certo modo (vadios) já eram condenados. Embora nesses casos a equiparação dependesse não só das leis, mas da percepção das autoridades, que em muitos casos não consideravam que esses sujeitos ofereciam perigo ao sossego público.

A vadiagem, segundo os pensadores humanistas, católicos e protestantes, não passava de uma regressão ao estado natural, ao nomadismo, portanto, não representava os ideais modernos.³⁶ Os usos e costumes nômades eram recorrentemente ignorados pelas autoridades, que refutavam a ideia de sedentarização – sobretudo de outras regiões, como na América Portuguesa –, mas também a intencionalidade dos sujeitos no continente europeu de recorrer às florestas ou à migração para fugir de impostos, trabalhos compulsórios ou atividade militar. A vadiagem era uma forma de resistência dos moradores sem espaço hierárquico, que buscavam não serem considerados inferiores.³⁷

Portanto, a classificação “vadios”, referindo-se a esses indivíduos, era problemática, pois existiam sujeitos nômades, sedentários, vagabundos que só mendigavam quando não

³⁶ JÜTTE, Robert. **Poverty and deviance in early modern Europe**. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

³⁷ HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.117-119.

encontravam emprego ou eventualmente e indivíduos infratores que roubavam indumentária dos padres franciscanos para pedir esmolas. Mas na maioria das vezes eram apontados como criminosos, violentos, assassinos e insubmissos.

A vadiagem é atribuída a diversos fatores por inúmeros estudos, desde o surto de Peste Negra até a questão da baixa produtividade agrícola na Europa, a vinda de inúmeros habitantes rurais para os centros urbanos e a falta de meios de subsistência. Assim, dos finais da Idade Média para o alvorecer do período moderno, o vagabundo, que era algo secundário, passou a ser visto como um grande problema, pois, devido às dificuldades econômicas e sociais, dificilmente passaria a vida sem recorrer ao crime. Portanto, esses desconhecidos deveriam ser policiados pelos moradores das vilas, aldeias e cidades.³⁸

Desse modo, foi imposta a ideia de que o vagabundo seria moralmente desqualificado, pela repugnância de trabalhar ou ter uma ocupação, que o levaria a recorrer a atividades criminosas para sobreviver caso os meios lhe escasseassem. A falta de família, de religião e de informações sobre o local de nascimento, as ocupações e os meios de sustento tornava-se condição perigosa para a vida da comunidade, pois as autoridades temiam que eles contaminassem a parte sã da população.

A vadiagem pode ser uma necessidade, mas os vadios deveriam adotar o modo de vida (usos e costumes) dos outros moradores, suas escolhas deveriam reconhecer as leis locais, bem como os preceitos morais da religião. A questão mais incômoda para os moradores em relação aos vadios em toda a Europa era a sua mobilidade, o fato de serem errantes. Havia um discurso que apontava que não faziam isso por necessidade, mas para conseguir auxílio e independência buscavam sustendo em diversas regiões.

Esses vadios, através dos discursos oficiais, que procuravam evidenciar a vadiagem como um mal, pareciam não possuir dificuldades sociais; buscavam auxílio sem nem sequer contribuir para a economia local, ora na cidade, ora nos campos, pois não aceitavam estadia regular, a não ser que fossem obrigados. Essa “independência” desses indivíduos livres e pobres era apresentada como fator de insegurança para os moradores das vilas, exigindo que as cortes os enquadrassem nas leis antivadiagem. Nesse aspecto, sobrava até para os ciganos, que, não seguindo os preceitos morais (usos e costumes) locais, incomodavam as autoridades, uma vez que se recusavam a fixar residência em um lugar, mudando-se constantemente.

³⁸ ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo horizonte, v. 26, n. 44, p.107.

Sendo identificados como “vadios”, os documentos legais enquadravam esses indivíduos como criminosos, condenando a inaptidão dos que se adaptavam às formas sedentárias.

Posteriormente, “vadios”, “ciganos” e “mendigos” também seriam enquadrados na questão da vadiagem pelos preceitos iluministas, pois apresentariam inúmeros vícios contrários aos ideais racionais e civilizatórios, refratários ao estado. Adotando meios de vida como os do estado de natureza dos indivíduos, usos e costumes “atrasados”, buscavam nos instintos primitivos a emancipação, dando vazão a impulsividades bárbaras, recusando o trabalho “honesto” e os preceitos morais e racionais conhecidos.³⁹

A vadiagem, assim, pouco a pouco, segundo as autoridades locais e régias, aponta o estado daqueles que não têm “domicílio certo nem meios de subsistência e que não exercem habitualmente qualquer ofício ou profissão”⁴⁰. Esses sujeitos, no entanto, poderiam ser úteis, auxiliares e educados pelo trabalho compulsório, não recebendo salário, mas recebendo comida e vestimenta adequadas de qualquer senhor que necessitasse de sua “ajuda”.

E, assim, entendemos a visão dos vadios como elementos perigosos, pois, desprovidos de recursos, encargos e profissão, se veriam forçados a procurar o pão por meios impróprios. Todavia, seu “uso” seria mais interessante que a sua condução à cadeia, já que não gerariam gastos e ainda se tornariam produtivos. A ideia era que através do trabalho, da religião e da moral esses indivíduos fossem inseridos na organização social.

1.2 A PERCEPÇÃO DA “VADIAGEM” NA EUROPA

1.2.1 Aspectos da vadiagem na França

Na Europa que testemunhou a construção dos estados modernos⁴¹, sobretudo nas Monarquias, especialmente no caso dos portugueses, aquele que não tivesse um ofício, se recusasse a trabalhar ou a procurar uma ocupação seria estigmatizado, severamente

³⁹ ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.347-371.

⁴⁰ FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O trabalho livre em São Paulo** - século XVIII. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, p.87. A historiadora, mesmo estudando numerosos ofícios, apresenta que não havia trabalho livre, por influência da documentação.

⁴¹ É importante ressaltar a presença do estado moderno português principalmente no reinado de D. João II (1481-1495). Portanto “el-rey” passa a ser mais importante que um senhor, pouco a pouco personificando o estado. MAGALHÃES, Joaquim Romeiro. As estruturas políticas de unificação. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. No alvorecer da Modernidade (1480-1620). Vol.3. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.62-63.

marginalizado e expulso de sua comunidade.⁴² Sem diferenças substanciais para outros espaços europeus, inúmeras leis sobre o tema eram promulgadas ao mesmo tempo⁴³, como as leis portuguesas contra os falsos mendigos, e também englobavam os vagabundos e todos os que se negassem a trabalhar. Possuíam duas particularidades: a questão do pensamento de um governo central, e a aplicação em uma escala territorial, o que na época era relativamente excepcional.⁴⁴

Do ponto de vista dos referenciais legislativos, havia na monarquia francesa medieval uma espécie de combate e repressão à vadiagem. A cidade de Paris foi cenário dessas medidas contrárias aos vadios, por parte do monarca Carlos Magno, uma vez que no período de sua administração acabava advertindo os vagabundos do risco de prisão e instaurou uma importante medida exigindo informações sobre sua origem ou data do ingresso na cidade. Em relação aos mendigos, reconhecia o direito de pedir esmolas, porém esses sujeitos só poderiam fazê-lo em suas respectivas freguesias.⁴⁵

Acompanhando essas medidas, pode-se perceber a sua continuidade no reinado de Luís IX. As políticas de combate à vadiagem tornaram-se mais frequentes e intensas, assumindo características cada vez mais repressivas. São atribuídas ao seu governo inúmeras leis contra esses indivíduos, inclusive expulsando-os da cidade de Paris.⁴⁶

Entre as célebres leis francesas, a “Ordonnance” de 1350 foi criada pelo monarca João II (João, o bom), nela executando-se as leis antigas de diferentes diplomas contra os vagabundos, em especial na cidade de Paris, a qual condenava sob pena de prisão o envio ao pelourinho, entre outros castigos, e determinava um prazo para deixarem a cidade de três dias. Parece que a “Ordonnance” reconhecia as limitações das leis anteriores. Devido às constantes resistências, apresentava a pena de queimadura com ferro em brasa. Ainda no mesmo período

⁴² LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru - SP: Edusc, 2002.

⁴³ Inúmeras intervenções legislativas ocorreram em toda a Europa: Nuremberg (1522), Augsburgo (1522), Estrasburgo (1523), Leisnig (1524), Zurique, Mons e Ypres (1525), Veneza (1527-1528), Lyon e Genebra (1531-1535), Paris, Madrid, Toledo e Londres (1540). Nas três primeiras cidades foi criado um fundo para auxiliar os pobres (nascidos nessas áreas). Porém, essas medidas eram apresentadas pelas autoridades municipais para coibir e proibir os mendigos, vagabundos ou pobres de fora. Em Zurique apontava-se o perigo dos mendigos “robustos” que não são da comunidade e “enganam” ao pedir ajuda.

⁴⁴ Com a criação de uma legislação para todo o Reino, Portugal, através da promulgação da Lei das Sesmarias 1375, é pioneiro. Sendo seguido pelos outros reinos: Holanda (1530), Inglaterra (1531-1536), Castela (1540) e França (1536-1566). ABREU, Laurinda. Beggars, vagrants and romanes: repression and persecution in Portuguese society (14th–18th centuries). *Hygiea Internationalis*. Linköping, v. 6, n. 1, 2007, p.41-66.

⁴⁵ REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicância em Portugal**. Lisboa, 1940, p.457-458.

⁴⁶ Ibidem, p.458.

surgiu outra pena, o degredo, sendo concedida a certas esquadras autorização para transportar esses criminosos para além-mar.⁴⁷

Para delimitarmos o século XVI para tratar dessa questão, será importante a investigação do desenvolvimento do discurso “antivadiagem”, unindo as instituições de caridade e de assistência e as autoridades locais, com atribuições judiciais e policiais, devendo repreender mendigos e vadios, pois visavam conter esses indivíduos em todo o território – anteriormente as leis voltavam-se apenas para a cidade de Paris.⁴⁸ O caráter ainda mais repressivo da “Ordennance” de 1558 fica evidente quando se leva em conta a persistência do problema após todo o período, enquanto a lei endurecia, agravando as punições impostas sobretudo aos vadios quando saudáveis, mas refratários ao trabalho. Além das penas corporais anteriores – açoite, galés e penas corporais –, somava-se a pena de morte, ainda que em último caso, pois era necessário o “bom uso” desses sujeitos. No reinado de Henrique IV eles podiam ser enviados a hospitais, onde eram obrigados a trabalhar durante a maior parte do tempo.⁴⁹

Cabe notar que as legislações europeias ligadas ao combate aos vadios e à mendicância também buscavam solucionar a questão através do uso deles como soldados nas guerras, porém com o fim dos conflitos sempre havia a percepção do crescimento de elementos indesejados “vagabundos e mendigos”. O uso do trabalho dos vadios parecia não findar o problema, e em muitos casos as perseguições realizadas estimulavam o crescimento desses indivíduos, sobretudo nos centros urbanos.

As mudanças propostas no reinado de Luís XIII buscavam repensar as instituições que visavam os pobres, como os hospitais destinados a receber mendigos e vadios, nos quais eram apresentados ao trabalho regular e obrigatório, uma vez que essas políticas não atingiam os seus objetivos. Para justificar um combate mais efetivo, o rei Luís XIV criou as casas de correição de trabalho, promulgando lei contra os vadios e mendigos reiterando a necessidade de penas cada vez mais severas, com a finalidade de estimulá-los ao trabalho.⁵⁰

A insatisfação culminou em uma medida peculiar na regência de Duque de Orleães: um plano para degredar todos os mendigos para as colônias francesas. Mas, devido às revoltas

⁴⁷ REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicância em Portugal**. Lisboa, 1940, p.458.

⁴⁸ RIBTON-TURNER, Charles James. **A history of vagrants and vagrancy, and beggars and begging**. London: Chapman and Hall, 1887, p.522.

⁴⁹ REIS, op. cit., p.459.

⁵⁰ RIBTON-TURNER, op. cit., p.522.

populares geradas, o rei se convenceu de apenas agrupá-los e, assim, reunir mendigos e vadios para a construção de estradas e reparos nas vias.⁵¹

Durante mais de quatro séculos, o crescimento do número de indivíduos marginalizados se impôs em oposição aos desígnios régios franceses. As medidas contra os vadios e mendigos, embora procurassem solucionar a questão, pareciam avolumar o contingente. As novas leis pelo menos visavam estabelecer o trabalho obrigatório, mas até o século XVIII as punições praticadas pelas autoridades francesas tomavam proporções “assustadoras”.⁵²

À primeira vista a questão da vadiagem e da mendicância adquiria feições específicas no caso inglês, devido aos constantes conflitos feudais, à fome e às epidemias (peste negra), que forçaram as autoridades régias a promulgar disposições para a regulamentação da vida em sociedade. A apreensão sobre a situação impulsionou o combate violento contra esse mal e a produção de inúmeras leis com características penais.⁵³ Vale salientar as medidas determinadas a partir de 1349, estipulando que o desocupado seria obrigado a aceitar qualquer trabalho oferecido na sua região, caso contrário seria preso. Desde então qualquer trabalhador que abandonasse o emprego sem justificativa também seria enquadrado e obrigado ao trabalho. Concomitantemente houve proibição à prática de dar esmola aos pedintes, que deveriam recorrer aos órgãos de caridade.

1.2.2 Aspectos da vadiagem na Inglaterra

Karl Marx inaugurou a noção de marginalizados na historiografia, apresentando essa “classe”:

Os expulsos por dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e por sacões da terra, este proletariado fora-da-lei não podia, possivelmente, ser absolvido pela manufatura nascente tão rapidamente quanto era posto no mundo. Por outro lado, estes [homens] subitamente catapultados para fora da sua órbita de vida

⁵¹ REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicidade em Portugal**. Lisboa, 1940, p.460.

⁵² RIBTON-TURNER, Charles James. **A history of vagrants and vagrancy, and beggars and begging**. London: Chapman and Hall, 1887, p.526. Ele apresenta que até 1874 os vadios e ciganos possuíam a estratégia de fugir do controle e da repressão através dos “fugitive camps” (campos volantes).

⁵³ GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1988, p.67.

habitual não se podiam adaptar tão subitamente à disciplina da nova situação.

Transformaram-se massivamente em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, na maioria dos casos por constrangimento das circunstâncias. Daqui, no fim do século XV e durante todo o século XVI, em toda a Europa ocidental, uma legislação sangrenta contra a vagabundagem. Os pais da classe operária actual foram, antes do mais, castigados pela transformação, a que foram sujeitos, em vagabundos e pobres. A legislação tratava-os como criminosos “voluntários” e pressupunha que dependia de boa vontade deles que continuassem a trabalhar nas velhas condições que já não existiam mais.⁵⁴

Em convergência com as leis contra a vadiagem na Europa, no século XVI a Inglaterra elaborou diversas legislações, como as promulgadas por Henrique VII⁵⁵ determinando que os mendigos “válidos” e os vadios fossem presos. Sobre esse ponto:

[...] em 1530: os mendigos velhos e incapazes de trabalhar recebem uma licença de mendigo. Em contrapartida, chicoteamento e encarceramento para os vagabundos robustos. Devem ser atados à parte de trás de uma carroça e fustigados até o sangue corra do seu corpo, fazem depois um juramento de regressarem ao lugar de nascimento ou aonde moraram nos últimos três anos e de “se porem ao trabalho” [...].

No 27º [1530] de Henrique VIII o estatuto precedente é repetido, mas reforçado com novos adiantamentos. Ao ser apanhado pela segunda vez em vagabundagem, o chicoteamento deve ser repetido e metade da orelha cortada, a terceira vez, porém, o visado é executado como grande criminoso e inimigo da comunidade.⁵⁶

Podemos acompanhar as origens da noção de trabalho compulsório ao extremo no estatuto de Eduardo VI⁵⁷, o qual preconizava que os ociosos e mendigos “válidos” tornar-se-iam escravos de quem os denunciasse. Novamente o relato de Karl Marx é bastante elucidativo sobre esse ponto:

[...] um estatuto do primeiro ano do seu reinado, 1547, ordena que, se alguém se recusar a trabalhar, deve ser sentenciado como escravo da

⁵⁴ MARX, Karl. **O Capital** - A chamada Acumulação Original. s/d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap03.htm>>. Acesso em: 22/07/2017.

⁵⁵ REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicância em Portugal**. Lisboa, 1940, p.469. Citando Hollingshed, lembra que 72.000 ociosos e vadios foram enforcados no século XVIII, sendo outros transportados para a América e para a Austrália, onde formaram colônias úteis.

⁵⁶ MARX, op. cit., s/d.

⁵⁷ REIS, op. cit., p.469.

peessoa que o denunciou como desocupado. O dono deve alimentar o seu escravo com o pão e água, bebida fraca e os restos de carne que achar convenientes. Tem o direito de o obrigar a qualquer trabalho ainda que repugnante por meio de chicoteamento e agrilhoamento. Se o escravo se ausentar por 14 dias, é condenado a escravatura por toda a vida e deve ser marcado pelo fogo com a letra S na fronte ou nas faces; se ele fugir pela terceira vez, é executado como traidor público. O dono pode vendê-lo, legá-lo, alugá-lo, como escravo, inteiramente como outro bem móvel ou gado [...]. Por informações os juizes de paz devem perseguir o malandro. Se se verificar que um vadio não fez nada durante três dias, deve ser levado para o seu lugar de nascimento, marcando a fogo com um ferro ao rubro, no peito, com o sinal V, e aí, com cadeias, deve ser utilizado nas ruas ou em qualquer outro serviço. Se o vagabundo der lugar de nascimento falso, como castigo, deve ficar escravo por toda a vida desse lugar, dos moradores ou da corporação e ser marcado a fogo com um S. Todas as pessoas têm o direito de tirar os filhos aos vagabundos e de os manter como aprendizes – os rapazes até 24 anos, as raparigas até os 20 anos. Se fugirem, deverão ficar escravos do dono até essa idade, o qual, consoante quiser, os poderá prender em cadeias, chicotear, etc. [...] A última parte deste estatuto prevê que certos pobres devem ser empregados pelo lugar ou pelos indivíduos que lhes queiram dar de comer e de beber e encontrar trabalho para eles. Esta espécie de escravos paroquiais conservou-se, em Inglaterra, até bem dentro do século XIX, sob o nome roundsmen (rondadores).⁵⁸

Essas legislações “sangrentas contra os expropriados”, nos dizeres de Marx, são o “ápice” do combate aos vadios e mendigos, e no caso inglês figuravam a transição das tradições feudais para a necessidade de disciplinarização dos homens livres para o trabalho. O Statute of Labourers (1349), por exemplo, fixou salários máximos tanto no campo como na cidade e apontou a necessidade de compelir os sujeitos ao trabalho.

No entanto, devemos ter cuidado para não resumir nosso entendimento, pois no reinado de Isabel I (1553-1603), mesmo continuando a perseguição aos vadios e proibindo a esmola eletiva, foi instituído um imposto obrigatório “*poor rate*” que seria revertido em benefício dos pobres. Obviamente que o acesso a esses recursos era resultado de rigorosa seleção dos mendigos “inválidos”.⁵⁹

De fato, o controle e a opressão da vadiagem era uma grande preocupação inglesa, coexistindo como “*poor relief*”, porém assumindo uma característica muito violenta. Em 1663 um estatuto de Jaime I reiterava que os vadios e mendigos válidos deveriam sofrer as

⁵⁸ MARX, Karl. **O Capital** - A chamada Acumulação Original. s/d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap03.htm>>. Acesso em: 22/07/2017.

⁵⁹ REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicidade em Portugal**. Lisboa, 1940, p.469. Isabel decretou que os vadios fossem castigados severamente e, em caso de reincidência, enforcados.

penas prescritas, ou seja, “uma pessoa vadia e mendiga é declarada malandro e vagabundo”. Ademais, atribuía ao juiz de paz a função de solicitar o açoitamento público e encarcerar esses sujeitos, entre outras medidas:

[...] Os juízes de paz nas Petty Sessions têm o poder de os mandar chicotear em público e de os encarcerar, na primeira vez que forem apanhados, por 6 meses, na segunda, por 2 anos. Durante a prisão devem ser chicoteados tanto e tão frequentemente quanto os juízes de paz acharem por bem [...]. Os vagabundos incorrigíveis e perigosos devem ser marcados a fogo com um R no ombro esquerdo e postos a trabalhos forçados e, se forem de novos apanhados a mendigar, devem ser executados sem piedade. Estas ordenações, legalmente vinculativas até aos primeiros tempos do século XVIII, só foram revogadas por Ana no 12º.⁶⁰

É possível observar a sobreposição de aspectos legais e morais nas leis inglesas, ao analisar essas práticas de repressão e controle em toda a Europa, pois pouco a pouco elas refletem a ideia de seleção ao apontar os delitos de vadiagem e suas respectivas penas, dando a entender que os piores casos seriam dignos de execução, e os vadios mais brandos deveriam ser enviados para a colônia na América. Além disso, a partir do século 19, alguns estudos críticos acerca da vadiagem acreditavam que a ética do trabalho anglo-saxônica se desenvolveu devido a duras penas impostas aos ociosos, vagabundos e mendigos.

Progressivamente a legislação na Inglaterra influenciou a questão da necessidade de distinção entre os mendigos (validos e inválidos). Caso eles fossem incapazes de trabalhar, deveriam receber auxílio em sua própria freguesia e permanecer nela. Já os vagabundos ou vadios deveriam ser colocados em “*workhouses*” ou, se oferecessem resistência, sofrer castigos pesados, sendo até levados à força. Assim, inúmeras leis foram criadas problematizando a pobreza, a exemplo da *Poor Law* (1388), que tentava restabelecer a mão de obra, escassa desde o surto de peste negra, fixando os salários e restringindo a circulação de trabalhadores livres pelo reino; e do *Act for the relief of the Poor* (1601), que delegava às paróquias o cuidado dos despossuídos em seus termos, mas só quando não conseguissem trabalhar por motivo de idade ou doença.⁶¹

⁶⁰ MARX, Karl. **O Capital** - A chamada Acumulação Original. s/d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap03.htm>>. Acesso em: 22/07/2017.

⁶¹ REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicância em Portugal**. Lisboa, 1940, p.470.

Como vemos, a preocupação da legislação inglesa era classificar essencialmente os pobres em três grupos. Propunha que os vadios e os mendigos saudáveis fossem encaminhados a casas de correição (depois conhecidas como *workhouses*), onde a ociosidade deveria ser punida. Em seguida previa a construção de sedes para oferecer aos pobres doentes e velhos assistência em forma de doações, comida, dinheiro ou roupas, mas no geral os sujeitos auxiliados residiam em suas próprias casas.

Embora alguns estudos “duvidosos” afirmem que as *workhouses* diminuíram o número de vadios, eles na verdade eram absorvidos pelas colônias britânicas pela América. Não obstante todas essas medidas, a questão da vadiagem não parou de avançar na Inglaterra durante todo o século XVIII.⁶²

1.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LEIS E DO CONCEITO DE “VADIOS” EM PORTUGAL

O que a presente pesquisa propõe é analisar as políticas de repressão e controle da vadiagem na Europa, em especial em Portugal, pois elas seriam refletidas na América Portuguesa, sendo resultado dos primeiros regulamentos contra os vadios em Portugal. Criadas e desenvolvidas em momentos cruciais de transformações econômicas e sociais, essas políticas definem o início de um processo histórico – de dimensão europeia – que, de certa forma, se estende para todas as colônias através de possessões além do Império Português.⁶³

No tocante à classificação dos vadios, diversos estudos divergiam sobre esse termo, pois seria muito específico de seu tempo, ora definindo-se categorias, os vagabundos, mendigos e ociosos, em sua maioria pobres que se negavam à sujeição a qualquer autoridade, em especial a Igreja, ora considerando-se desconhecidas as causas que os reduziram a essa situação, tornando-se um problema cada vez mais relevante.

Na perspectiva conceitual, contemplamos o “vadio” ou “vadiagem” como uma elaboração estabelecida a partir das leis em Portugal e na Europa, uma representação. Sem esquecermos que o conceito de vadio surgiu no século XIV e foi enquadrado na Lei das Sesmarias de 1375, em conformidade com o preceito “Dos pedintes e religiosos”:

⁶² REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicância em Portugal**. Lisboa, 1940, p.471.

⁶³ COATES, Timothy J. **Convicts and orphans: forced and state-sponsored colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1755**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

E por que a vida dos homens não deve ser ociosa e a esmola não deve ser dada se não aquele que por si não pode ganhar, nem merecer por serviço de seu corpo porque se mantenha, e segundo o dito dos sabedores e dos santos doutores mais justa cousa é castigar o pedinte sem necessidade, e que pode escusar de pedir fazendo alguma outra obra proveitosa, que de lhe dar a esmola que deve ser dada a outros pobres, que não podem fazer obra de serviço, porem, mandamos que quaisquer que assim forem achados, assim homens como mulheres, que andam *alotando* e pedindo, não usando outro mester sejam vistos e *catados* por as justiças de cada um lugar e se acharem que são tais e de tais corpos e tal idade que possam servir em algum mester, ou obra de serviço [...].⁶⁴

Por isso é necessário compreender o conceito de vadio, pois ele em si já significa uma pena onerosa aos indivíduos “estigmatizados”. O Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval define vadios (uaadios) como adjetivo⁶⁵, servindo para qualificar pessoas ociosas, preguiçosas e sem trabalho:

Vadio adjetivo

Medieval: uaadios: No século XV VERT, 109.29 E sse deue trabalhar de buscar. bõos meestres de tal offiço e que nom sejam uaadios que se uaam (ir) e venhan (sejam) nem ssejam uelhos.

Medieval: Vaadias: No século XV IMIT, 3.3 O o camanha e quã grande neicidade he leixarmos as cousas necessárias e proveirosas, e darmosnos mais a entender aaquelas que som vaadias e danosas!⁶⁶

Outro significado atribuído a vaadios (vadios) também é apresentado, mas como substantivo⁶⁷ e se referindo ao século XIV:

Vadio substantivo

Medieval: vaadios: No século XIV GREG, 3.2.27 [...] non creo eu que homen de tan gram merecimento fosse destes vaadios que andam pelo mundo.

⁶⁴ Cf.: RAU, Virginia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Presença, 1982.

⁶⁵ HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. “[...] adjetivo (palavra) que modifica o significado de um substantivo, acrescentando-lhe uma característica, extensão ou qualidade.”

⁶⁶ CUNHA, A. G. da. **Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval**. CD-ROM. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p.2525.

⁶⁷ HOUAISS, op. cit., 2001. “[...] substantivo (palavra) que nomeia um ser, coisa, ação, estado, qualidade.”

Vadio adjetivo

Medieval: vaadios: No século XV LOPF, 89 Outrossi mandava que quaaesquer que achassem andar vaadios, [...] que fossem loguo presos [...]⁶⁸

Cabe ainda destacar a definição do Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval para vagabundo:

Vagabundo adjetivo

Medieval: uagabundo

No século XIV BARL, 35v18 Andou Josaphate dous anos enteyros por aquel hermo de ssanar uagabundo que nom achaua barlâao.

Vagabundo adjetivo

Medieval: uagabundo: No século XV SEGR, 78 [...]. desoluto E uagamundo como cabram [...].

Medieval: vagabundo: No século XIV TEST, 28.2 [...] e serás vagabundo e fugido.⁶⁹

Tratando-se desse período, torna-se fundamental mencionar o surto da morte negra, pois dizimou a população mais pobre no século XIV. A análise cuidadosa desse evento nos permitirá entender muito melhor o objetivo das legislações contra os vadios e mendigos.

A doença realizou uma punção demográfica, atingindo as diversas faixas etárias, acometendo aproximadamente um terço da população europeia.⁷⁰ Vinculada ao processo de transformação do modelo político dominante na Europa e simultaneamente às mudanças nas estruturas econômicas, facilitou a implementação das ações para disciplinar a sociedade, em especial os vadios e desclassificados, sendo combatidos violentamente. Nesse sentido, em diversas regiões da Europa foi constatada a intervenção do Estado no plano social, em rápida

⁶⁸ CUNHA, A. G. da. **Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval**. CD-ROM. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p.2525.

⁶⁹ Ibidem, p.2525.

⁷⁰ MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.189. A peste negra foi responsável pela morte de inúmeros indivíduos, sobretudo os mais pobres, acarretando ainda aumento da imigração da população do campo para os centros urbanos. A fuga de servos devido ao sonho de conseguir salário de artesões, o aumento dos salários gerais pela ausência de mão de obra, a subida nos preços dos gêneros e plantações abandonadas geraram insatisfações em inúmeros países. Através da lei visavam estabelecer um salário fixo e combater a mendicância e os vadios, impelindo-os num primeiro momento ao trabalho rural.

resposta ao problema, a partir do século XIV (ou melhor, 1349), nos Reinos Ibéricos e na Inglaterra.⁷¹

Nesse contexto, desenvolveram-se variadas legislações portuguesas contra a vadiagem, sendo possível notar que o rei Afonso IV inovou: não satisfeito em fixar o valor dos salários, determinou em 1349 uma pena aos trabalhadores que abandonassem o emprego, optando pela vadiagem e mendicância, de que as cidades constantemente reclamavam. Os vagabundos deveriam ser expulsos das cidades e não receberiam auxílio de asilos.⁷²

Mas a sociedade também mostrava outra preocupação. Uma queixa foi apresentada pelo povo nas cortes de Lisboa, no dia 8 de agosto de 1371, contra a ineficiência das autoridades no cumprimento das penas de degredo em relação aos vadios, em especial para os “que som andantes”. Esses indivíduos errantes e desconhecidos deveriam sofrer as penas já previstas: “servir nom quiserem, sejam açoutados com pregom, e deitados fora de nossos regnos”. Mas, conforme o povo de Lisboa, a lei não passava de letra morta em 1371.⁷³

Era intensa a preocupação da população acerca da mobilidade de desconhecidos e de locais apontados como vadios, pois, sem raízes nem obrigações locais, seria esse “grupo” perigoso, em meio a uma sociedade feudal baseada na relação de fidelidade e subordinação entre um sujeito e seu amo, em um corpo social de organização hierárquica: “alguns eram senhores, e outros, seus servidores”. A configuração era de uma sociedade rural moderadamente imobilizada, na qual as fidelidades e os domínios eram locais: “não habita terra, nem homem, sem um senhor”⁷⁴.

Como consequência, a dificuldade de conseguir mão de obra continuaria a colocar-se em toda a península ibérica, reconstruída, no entanto, por novas medidas. Ainda em 1371 houve pressão nas cortes de Lisboa devido à fuga dos trabalhadores do campo, às “absurdas” exigências salariais, à vadiagem e aos mendigos. Em função dessa pressão, a Coroa estabeleceu a Lei das Sesmarias, admitindo primeiramente a restauração da atividade agrícola no Reino, uma lei que viria a regulamentar os salários e os serviços, bem como a

⁷¹ MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.197. As instituições, autoridades do estado e assembleias representativas (câmaras municipais, parlamentos) estabeleciam os salários, os preços, os ofícios, a questão da mobilidade da mão de obra, da ociosidade e da mendicância.

⁷² ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p.347-371, 2010, p.97.

⁷³ Ibidem, p.95.

⁷⁴ HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.55. O historiador afirma que, na realidade, não se tratava de um modelo estático, mas uma referência, que apresentava esgotamento, sobretudo no século XVI. Constatando a sociedade móvel, “homens de ninguém” representavam anomalias, elementos indesejados que atemorizavam as relações em comunidade.

obrigatoriedade de um trabalho, ofício ou ocupação para os desocupados, vadios e mendigos “válidos”.

Do ponto de vista jurídico, apesar dos antecedentes legais, a resolução política mais planejada e coerente em face dessa adversidade data de 1375 e consiste na Lei das Sesmarias, particularmente famigerada como um empreendimento de estímulo ao progresso de Portugal por meio do restabelecimento da lavoura, então negligenciada e sem trabalhadores em consequência da Peste Negra e das agitações sociais que o surto acarretou. A Lei das Sesmarias reunia relevantes instruções no tocante ao desenvolvimento do pauperismo e da mendicância – não somente sentenciava esses sujeitos, como também os impelia ao trabalho, sendo por isso tão célebre. No entanto, agrupava determinações e padrões de proibição e inspeção que, através de longa investigação, demonstram relação com leis posteriores dos séculos XVI e XVII contra a pobreza, em especial a vagabundagem e a mendicância⁷⁵.

O tema foi ganhando importância à medida que o trabalho se sobressaía como atividade capaz de purgar os pecados, sobrepondo-se na mentalidade da sociedade portuguesa ao ponto de construir o conceito de ociosidade associando a ele o vadio e a preguiça, bem como apontando a falta de senhor, de trabalho e de meios de subsistência como responsáveis pela caracterização da vadiagem, posteriormente tipificada como um crime.

A apreensão com os desfavorecidos foi paulatinamente modificada pela sistemática da triagem dos pobres válidos. A Lei de Sesmarias estabelecia que todos os sujeitos pobres apreciados pela justiça local deveriam ser objeto de uma inspeção aprimorada que determinasse a sua idade e habilitação para o trabalho. Outro excerto indicava a necessidade de uma maior fiscalização sobre indivíduos que ostentassem hábitos religiosos ao solicitar esmola, usando como pretexto a doação a instituições religiosas, mas sendo para o próprio sustento.

[...] E aqueles que acharem andar, ou viver em hábito religiosos que não são professos dalguma das ordens aprovadas como sobredito é, digam-lhes e mandem que vão lavrar e usar do mester da lavoura, fazendo-se lavradores por si, se o fazer puderem e quiserem, nem obra mester que lhes mandarem, desde que lhes for mandado que sirvam, e obrem do dito mester quaisquer que sejam das adições sobreditas. Sejam açoutados pela primeira vez e constrangidos toda guisa para

⁷⁵ ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 26, n.44, p.347-371, 2010, p.99.

servir e se daí em diante não quiserem, sejam açoutados com pregão, e deitados fora de nossos reinos.⁷⁶

As condenações impostas aos culpados correspondiam a açoitamento público ou privado e, em caso de reincidência, expulsão do reino. A austeridade da legislação contra os mendigos e vadios se dava sem distinção aos deficientes físicos, advertindo sobre a necessidade de obter autorização para solicitar auxílio.

[...] E aqueles que forem achados tão fracos, ou velhos, ou doentes por tal guisa, que não possam fazer nenhuma obra de serviço, ou alguns envergonhados que já fossem honrados e caíram em míngua e pobreza, de guisa que não podem escusar de pedir esmolas, e não são para servir a outrem dêem-lhes as justiças alvarás para que possam pedir suas esmolas seguramente e qualquer homem, ou mulher que acharem andar pedindo sem recado, ou sem alvará de justiça, dêem-lhe a pena sobredita (açoite).⁷⁷

Com inúmeras limitações enunciadas, somente os idosos, fracos ou enfermos que efetivamente não suportassem esforço físico, portanto, não conseguissem trabalhar disporem de licença para pedir esmolas. Fazia-se uma excepcional distinção da nobreza decaída “envergonhada”, indivíduos distintos, mas pobres que, assim como os pobres inválidos, poderiam esmolar sem cerceamento.

[...] E para se cumprirem e porem em obra estas cousas que assim por nos são ordenadas temos por bem e mandamos que em cada uma cidade e vila de cada uma comarca e província das correições sejam postos dois homens bons dos melhores cidadãos que em essas cidades e vilas houverem, os quais hajam de saber todas herdades que há, em cada uma comarca que são para dar pão e não são lavradas, e façam que sejam lavradas e aproveitadas para pão e hajam poder para constranger os senhores delas, que lavrem, ou façam lavrar e semear, pela guisa que sobredito ordenado é.⁷⁸

As orientações apresentadas na legislação portuguesa eram empreendidas por uma força policial (não era polícia) elaborada com a finalidade de fiscalização através de

⁷⁶ Cf.: RAU, Virginia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Presença, 1982.

⁷⁷ Cf.: Ibidem.

⁷⁸ Cf.: Ibidem.

moradores informantes incumbidos de esclarecer o ofício ou meios de sobrevivência dos sujeitos investigados.

[...] E outrossim dos mendigantes e dos outros sobreditos, que andam em hábito de religião. E isto mesmo aos vintaneiros que são postos por guardadores das freguesias e das ruas e praças que dêem recado a estes sobreditos homens de todas as pessoas que acharem esouberem, casa um na sua freguesias, rua, ou praça da condição sobredita per nomina que faça deles para serem constrangidos para lavrar e semear pão na terra quw lhes for dada por essa justiça, e se não puderem, ou não quiserem por si manter lavoura, deem-nos a quem os houver mester para lavrar e semear pão, e não para mester.⁷⁹

Uma vez obtidas essas informações (ocupação, costume e até vícios), eram transmitidas para os funcionários de justiça, ou seja, à justiça era atribuída autorização para perseguir e punir os vadios e mendigos (sem licença), impondo-lhes a condição de trabalhadores compulsórios ou degredados. Desse modo,

Efetivamente, a lei de Sesmaria de 1375 demonstra uma estruturação das normas e do controle da mendicidade, principalmente a vadiagem. O conjunto de normas apresenta a questão do trabalho compulsório com medida disciplinadora dos vícios e erros dos sujeitos no cotidiano e assim evitando impulsiona-los para a ociosidade e vagabundagem. Representando, da mesma maneira, um importante discurso inovador no concernente aos hábitos de caridade e assistência aos pobres. Era necessário diferenciar o pobre merecedor (inválido), que o corpo social condescendia e ajudava, ou até de algumas manifestações privadas, religiosas e governamentais para a caridade. Caso o contrário esses elementos sejam válidos solicitavam o ostracismo do Reino.

Vale ressaltar o pioneirismo do combate a vadiagem em Portugal através da lei a importância da Lei de Sesmaria de 1375, onde o monarca português designava que os mendigos seriam presos pela justiça local, desde que os vissem possuir “tai corpos, saúde e idade, que bem poderiam servir em qualquer mister bem como os vadios seriam presos pelas justiças dos lugares, e constrangidos a servir na lavoura ou em outro mister.”⁸⁰

Enfim, no século XIV, sua existência aumentou em toda a Europa – uma Europa deteriorada pela peste, pela guerra e pela fome. As legislações inglesas, francesas e

⁷⁹ Cf.: RAU, Virginia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Presença, 1982.

⁸⁰ FERNANDES, Paula Guilhermina Carvalho. Os vadios no Porto de início do século (1901-1906). **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, série II, v. XI, 1994, p.334.

portuguesas que buscavam combater a vadiagem e determinar a indispensabilidade do trabalho foram soluções instantâneas diante desse evento. As leis e as instituições de caridade se transformavam, mais do que em qualquer outro momento, em dispositivos das autoridades no enfrentamento à miséria.

Sem diferenças substanciais em relação às legislações dos outros estados europeus, já que inúmeras leis foram elaboradas simultaneamente, as leis portuguesas contra os mendigos “válidos”, os vagabundos e todos os que se recusassem ao trabalho regular possuíam duas particularidades. A primeira era inédita: representavam o pensamento de um governo central. A segunda, foram aplicadas em todo o território “nacional”, o que na época era relativamente difícil.⁸¹

Uma análise mais precisa sobre esses textos normativos fornece indícios importantes acerca de como o conceito de vagabundagem foi definido socialmente, como o “ocioso” ou “preguiçoso” passou a ser considerado perigoso, demandando a criação de medidas para lidar com essas pessoas. A inclusão de viajantes, ciganos, árabes e judeus nessas legislações no início do século XVI revela os critérios subjacentes à ideia.

Conforme já ressaltado, diversas medidas, leis e legislações contra os mendigos, os desocupados e, em especial, os vadios surgiram concomitantemente em diferentes pontos da Europa, sendo necessário observar o conceito de “vadios” no contexto das Ordenações Filipinas (Livro V, título 68):

Dos Vadios (1)

Mandamos, que qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mestér (2), em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alhêo, passados vinte dias do dia, que chegar a qualquer Cidade, Villa, ou lugar, não tomando dentro nos ditos vinte dias amo, ou senhor, com quem viva, ou mestér, em que trabalhe, e ganhe sua vida, ou continuar, seja preso, e açoutado publicamente.

E se fôr pessoa, em que não caibão açoutes, seja degredado para Africa per hum anno (3).

[...]

E na cidade de Lisboa os Corregedores da Côrte e da Cidade, e Juizes de Crime dela, se informarão particularmente cada trez mezes, se há nella algumas pessoas ociosas e vadias, assim homens, como mulheres.

⁸¹ ABREU, Laurinda. Beggars, vagrants and romanies: repression and persecution in Portuguese society (14th–18th centuries). *Hygiea Internationalis*. Linköping, v. 6, n. 1, 2007, p.41-66.

E achando que as há, as mandarão prender, e cada hum deles procederá sumariamente, sem mais ordem, nem figura de Juizo, que a que fôr necessaria para se saber a verdade.

E os ditos Corregedores darão suas sentenças á execução sem appellação, nem agravo.

E os Juizes darão appellação e agravo nos casos, em que couber.

E parecendo a cada hum dos ditos Corregedores, que merecem mór castigo, o farão saber aos Dezembargadores do Paço, e com seu parecer alterarão as ditas penas, mandando-os embarcar para o Brazil (1), ou para as Galês (2), per o tempo, que lhes bem parecer (3).⁸²

Outra observação necessária, ao analisarmos o título 68, são os constantes acréscimos de parágrafos:

1. E allegando cada hum dos ditos vadios, que os vinte dias desta Ordnção não são passados, ou que teve justa causa para andar nos ditos lugares, eles serão obrigados a provar do dia, que o alegarem, a dous dias seguintes.

E mandamos a todos os Julgadores que sobre este caso tenham particular cuidado, e sejam muito diligentes em prender e castigar os taes vadios (4).⁸³

A vadiagem no século XV era revestida de inúmeros significados. O Padre Raphael Bluteau, em seu Vocabulário Português e Latino (1712-1721), reitera o significado das Ordenações Filipinas, apresentando os vadios da seguinte forma:

Vadio. Segundo liv. 5. Tit. 68; he que chega a hum lugar, & deixa paffar vinte dias fem tomar amo, ou aquelle que não vive com amo, ou aquelle que não vive com amo, nem tem officio, nem outro mister, nem ganha sua vida, nem anda negociando algum negocio seu, nem alheyo, ou o que tomou amo, & o deixou, & não continuou a servir.⁸⁴

⁸² ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Código Philippino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Estabelecido através dos Alvarás de 2 de Junho de 1570 e Alvará de 16 de Junho de 1579, sendo uma reformulação das Ordenações Manuelinas (1513). O título LXXII, "Dos vaadios", dispõe: "Mandamos, que qualquer homem que nom viuer com fenhor, ou com amo, nem teuer Officio, nem outro mefter em que trabalhe, e guanhe fua vida, ou nom andar neguoceando alguu negocio feu, ou alheio, paffados vinte dias do dia que chegar a qualquer Cidade, Villa, Ou Lugar, nom tomando dentro nos ditos vinte dias amo, ou fenhor, com que viua, ou mefter em que trabalhe, e ganhe fua vida; ou fe o tomar, e defpois o leixar, e nom continuar, feja prefo, e açoutado pubricamente; e fe for peffoa em que nom caiba açoutes, feja degradedado pera as partes d'Alem por huu anno."

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 (1711), p.345-346.

Apesar de exprimir a definição das Ordenações Filipinas, Bluteau vai mais além, apontando o vadio como sujeito “vagabundo” e lembrando o uso desses indivíduos, “Milhares de Hespanhoes vadios, com se fez o Exército”. Mais adiante, prossegue com notícias de Portugal: “[...] muitos se fazem Vadios, andando, pedindo esmola pelas Cidades & Villas.” E descreve o vagabundo como “O que anda vagando, que não tem domicilio, nem vivenda certa”⁸⁵.

Vadio. Vagabundo. Vid. no seu lugar. Milhares de Hespanhoes *Vadios*, como que se fez o Exercito [...].
Muitos se fazem *Vadios*, andando pedindo esmola pelas Cidades & Villas. Notícias de Portugal.
Vagabundo. O que anda vagando, que não tem domicílio, nem vivenda certa.⁸⁶

De acordo com o dicionário de Antônio Morais Silva, finalizado em 1789, a partir do Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau, sendo reformado e complementado, vadio (adjetivo) seria “o que não tem officio, emprego, nem modo de vida, vagamundo, ocioso”⁸⁷. Observamos também o termo vagabundo (adjetivo): “o que anda vagando, sem domicílio, sem vivenda certa”.

Posteriormente, em dicionário próprio de Antônio Morais Silva, impresso em 1813, vadio foi definido retomando a conceituação das Ordenações Filipinas⁸⁸, mas adicionando outro exemplo:

Vadio, adj. O que não tem amo, ou senhor com quem viva, nem trato honesto, negocio, ou mester, ou officio, emprego, nem modo de vida, vagamundo, ocioso. *Ord. 5. T. 68.*

⁸⁵ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 (1711), p.346.

⁸⁶ Ibidem, p.345-346.

⁸⁷ SILVA, Antônio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau**. Reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Volume 1: A-K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 505. O termo vadio mantinha quase o mesmo sentido, porém sem possuir senhor e não mais sendo extraído da Ordenação Filipina.

⁸⁸ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Vol.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.471-2. A percepção dos vadios nas Ordenações Afonsinas foi um grande feito de Moraes Salles, porém ele não apresenta o trecho completo (Livro 1, Título LXX: Do que pertence apuramento dos gualliotos). Item 16: “Vos mandamos, que ponhades nas vintenas todos los gualleguos, e estrangeiros, posto que nom sejam naturaaes do lugar, e andarem ao mar, e ao rio a pescar, e em barcas de carreto, e de passar, posto que nom sejam arreiguados, declarando logo em vosso livros como soom vaadios: mandamos aos ditos vintaneiros, que os ponham em suas vintenas pera os averem pera nosso serviço, quando os mester ouvermos.”

§. O que não é arreigado na terra, e vive nella de sua indústria; v.g. pescando, carregando, e passando gente em barcas. *Ord. Af. 1. 70. 16. v. B. 1. 4. 4.*

[...]

Vagabundo, adj. O que anda vagando, sem domicilio, nem vivenda certa. “porque nem tu tées Rei, nem patria amada; mas vagabundo vas passando a vida”. *Lus. VIII. 61.*⁸⁹

Consoante as inúmeras definições fornecidas pelos dicionários Bluteau e Morais, ambos tomam como referência textos legais, como anteriormente observamos. Já no caso da Europa, conforme notou Robert Jütte, “vadio” representava uma ofensa socialmente arraigada que refletia um duplo problema: a questão da mobilidade espacial e social no início da Europa Moderna.⁹⁰ Os infratores deveriam ser presos e punidos não por causa de seus atos, mas pela sua posição marginalizada na sociedade.

Uma vez mais, a evolução da linguagem traduz a evolução dos conceitos e “traí” certas percepções. Um termo “novo” medieval entrava em uso para discernir os pobres, mendigos, entre outros grupos, inserindo-se de vez no vocabulário no século XVIII, ao mesmo tempo devidamente analisado por Joaquim José Caetano Pereira de Sousa:

Vadios se dizem aquelles, que andarão errantes aqui, e ali, e não tem moradia fixa. Debaixo deste nome se compreendem todos aquelles, que não tem profissão, nem officio, nem domicilio certo, nem bens, do que subsistao, e que além disso não podem dar prova de boa vida, e costumes por pessoas de fé, antes são suspeitos por pessoas de fé, antes são suspeitos do contrário.

Vagabundo, ou vadio, he o que anda errante, e não tem domicilio certo. A respeito da vagabundos que por causa da Invasão andarão [...].⁹¹

No tocante à classificação dos vadios, diversos humanistas e religiosos divergiam sobre esse tema, pois compreendiam ser muito difícil agrupar em categorias os vagabundos, mendigos, em sua maioria pobres que se negavam a se sujeitar a qualquer autoridade, em especial à Igreja, como também eram desconhecidas as causas que os reduziram a essa

⁸⁹ SILVA, Antônio de Morais. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

⁹⁰ JÜTTE, Robert. **Poverty and deviance in early modern Europe**. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

⁹¹ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes**: R-Z. Vol. 3. Lisboa: Rolland, 1827.

situação, tornando-se um problema cada vez mais relevante. Porém, observações realizadas em inúmeros estudos possibilitam compreender algumas características associadas ao conceito de “vadios”, como a falta de meios de subsistência, além das condições corporais, unidas à ausência de profissão, ofício ou mister para ganhar a vida. Assim, esse sujeito despertava, com razão, a preocupação da sociedade em toda a Europa. Não obstante a inexistência de leis, a atenção se voltava não para o exercício contínuo dessa atividade, mas sim para o seu exercício habitual, pois era a ociosidade que diversas vilas e cidades modernas passavam a combater.⁹²

Quanto à mendicidade, tratando-se de um problema dos mais complexos e de difícil solução, sua repressão abrangia unicamente os falsos pobres, os que exploravam a caridade pública por vício e ociosidade, também apresentados como vagabundos. Esses sujeitos nunca são vistos como pessoas que procuram emprego, mas não encontram. Os discursos oficiais levam a entender que muitos indivíduos recorriam à caridade pública ou particular porque não queriam trabalhar, não pela necessidade de apelar a esse meio para garantir a subsistência.⁹³

Em certo sentido, pela semelhança dos conceitos, conclui-se que a vadiagem e a mendicidade são dois estados próximos, um depende do outro para existir. Raramente os vadios desamparados não recorrem à mendicância, exceto os vadios que são sustentados por senhores ou particulares, pois necessitam deles como agregados, mas por quaisquer circunstâncias podem ser entregues à própria sorte.⁹⁴ Ambos são acusados de angariar recursos não para a sua subsistência, mas para seus vícios e devassidões. Só no período contemporâneo esses conceitos podem ser compreendidos como distintos, até então “quem diz vagabundo diz mendigo e quem diz mendigo diz vagabundo”, sendo assim tratados pelas primeiras legislações sobre o tema.

A questão da vadiagem é complexa, pois em muitos casos pode ser uma necessidade, mas nem todos os vadios são semelhantes, a personalidade desses indivíduos varia. Esse fato é observado por diversos pesquisadores na Europa, pois muitos seriam errantes ou viajantes, enquanto outros seriam errantes por necessidade de subsistência.

O vadio de maneira geral é um ser independente e consciente. Inúmeras obras literárias exaltaram suas peculiaridades, muitas vezes visto como um herói por não se entregar

⁹² SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.62.

⁹³ ABREU, Laurinda. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, 2010, p.97.

⁹⁴ FERNANDES, Paula Guilhermina Carvalho. Os vadios no Porto de início do século (1901-1906). **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, série II, v. XI, 1994, p.334.

ao cotidiano, não ligando para razões econômicas ou sentimentais, ou como um aventureiro por se mudar constantemente de lugar sem temer a imagem “privativa”, fundamentando-se nas suas orientações pessoais. Na Europa costumava ser malvisto, por sua inaptidão em se adaptar às formas sedentárias da vida social, podendo ser um perigo devido a essa vivência solitária ou sem vínculos.

De fato, inúmeros discursos mais ou menos organizados de religiosos e autoridades locais a respeito desses indivíduos encontravam eco entre os moradores das vilas. O vadio deixava de ser apenas um pobre sem vínculos, era apresentado como elemento desajustado, de difícil ajuda, um pobre que se nega ao trabalho, do qual se pode esperar qualquer forma de delito, sujeito que apenas sob intervenção das autoridades poderia realizar um trabalho honesto, deixando de ser “inútil” para produzir algo para a comunidade.

A vadiagem, que segundo as legislações francesas seria o estado daqueles indivíduos que não têm um determinado domicílio nem meios de subsistência, tampouco possuem comércio ou profissão, demonstraria propensão do sujeito a se tornar criminoso, constituindo, por assim dizer, a primeira etapa para o crime. O vadio, sem profissão e desprovido de recursos, seria forçado a procurar por meios impróprios, que o conduziram à cadeia pública.

Como consequência dessas legislações, o problema da repressão e do controle da vadiagem trouxe algo inédito: muitos indivíduos passaram a ser perseguidos antes de se tornarem criminosos, eram presos, açoitados e obrigados a trabalhar por serem representados como vadios ou mendigos. Foram esses grupos eleitos para realizar obras públicas, trabalhos não remunerados e como contingente para determinações régias. O próprio termo “vadio” já representava uma condenação por parte dos moradores ou das autoridades, em um cenário em que desde o seu nascimento o pauperismo era constante.

A vadiagem, segundo os pensadores iluministas, não representava mais do que uma regressão ao estado natural, ao nomadismo, não coadunando com os ideais modernos, sendo recorrentemente ignorados pelas autoridades os usos e costumes nômades, que refutavam a ideia de sedentarização, sobretudo de outras regiões como a América Portuguesa. Mas também cabe lembrar a intencionalidade dos sujeitos no continente europeu de recorrer às florestas ou à migração para fugir de impostos, trabalhos compulsórios ou atividade militar. A vadiagem era também uma forma de resistência dos moradores sem espaço hierárquico que buscavam não serem considerados inferiores.

O vadio, o mendigo e até mesmo o viajante são sempre apresentados como perigosos, porque inúmeros espaços buscam atribuir a esses sujeitos ociosos todos os vícios, sendo o caminho para a perdição, para o crime, por onde surgiriam os assassinos, ladrões, a violência. É interessante notar que somente os vagabundos nobres, ricos e outros sujeitos privilegiados eram poupados dessa perseguição – podiam ser preguiçosos, não trabalhar e, caso ficassem pobres, mendigar sem licença.

O balanço realizado acerca do termo medieval subsidiará o desenvolvimento dos próximos capítulos. Na conjuntura econômica moderna, a presença de pobres e, em particular, de vadios impôs um contraponto em uma sociedade escravocrata na América Portuguesa, em especial na Capitania de São Paulo.

CAPÍTULO II – A PERCEPÇÃO DOS VADIOS EM SÃO PAULO

As balizas cronológicas que separam André Botelho (1622), Amaro Domingues (1635), Manoel Fernandez Giga (1637), Belchior Barreiros (1649), Sebastião Martins Pereira (1653), Braz Rodrigues de Arzão (1677), Manuel Paz Botelho (1705), Francisco de Salles Ribeiro (1763) e Morgado de Mateus (1765) assinalam uma transição nas medidas de controle e combate à vadiagem na capitania de São Paulo⁹⁵ – até a sua restauração era assumida pela câmara da vila, depois elevada à condição de cidade de São Paulo.⁹⁶

A distinção das mentalidades dos homens bons paulistas⁹⁷ e do governador e capitão-geral Morgado de Mateus em relação aos vadios encontrava-se propriamente no fato de que os paulistas desconvidavam os sujeitos vindos de outra parte, sobretudo os comerciantes “forasteiros”, aos quais atribuíam o sequestro do escasso numerário local. Em último caso, os vereadores criticavam a ociosidade, apenas sujeitos vindos de “fora” eram designados vadios, que em determinados momentos foram expulsos ou incumbidos de funções como reparos públicos. Todavia, o recém-chegado D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão reiterava a necessidade de vencer as resistências dos sujeitos livres ociosos, preguiçosos e vadios utilizando-os para o trabalho e, assim, aplicar as instruções vindas do Reino.⁹⁸

⁹⁵ Todos os nomes citados até o ano de 1763 são de procuradores do conselho da câmara da vila/cidade de São Paulo. Eleitos trienalmente, estavam entre as suas atribuições principais cuidar dos reparos e consertos referentes às casas, fontes, pontes, chafarizes, poços, calçadas, caminhos e outros bens do conselho. Requeriam dos vereadores o reparo dos bens não consertados e, em alguns casos, assumiam a função de tesoureiro do conselho onde não havia esse ofício. Por isso a ênfase na perseguição dos vadios, tomados como um problema e também uma solução para a mão de obra escassa.

⁹⁶ RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p.187-250. Conforme Russel-Wood, na Brasil colônia “a Coroa preservou sua suserania, embora concedesse amplos poderes a indivíduos em troca de seu empenho em assumir responsabilidades específicas” (p.198). Cf.: BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1981. Charles Ralph Boxer, em seus estudos sobre as instituições do império marítimo português, apresenta a importância das Santas Casas e das Câmaras Municipais. Cf.: ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Porto: Afrontamento, 1984, p.18. “[...] as monarquias absolutistas introduziam os exércitos regulares, uma burocracia regularmente, o sistema tributário nacional [...]. As monarquias como no caso a portuguesa utilizou um sistema político que pouco a pouco abriu oportunidade para a intervenção do cotidiano dos seus súditos, pois buscava normatizar, ordenar e disciplinar esses sujeitos, assim ocorreu na Metrópole e nas demais colônias.”

⁹⁷ BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.342. Maria Fernanda Bicalho apresenta um acordo da Coroa no Antigo Regime, pois o poder dependia da aplicação dos representantes locais (vereadores), “através de um profundo corporativismo, de solidariedades estamentais, laços de patrocínio e clientelismo incentivados pela Coroa”, apontando o desejo dos colonos de receber honras e mercês conferidas pelo rei, mas sobretudo “as oligarquias locais entreviam a possibilidade de serem incorporadas ao aparelho estatal”.

⁹⁸ AZEVEDO, João. **O marquês de Pombal e a sua época**. 2ª. ed. Lisboa: Livraria Classica Editora de A.M. Teixeira, 1909, p.7. Segundo o autor, um dos principais pontos do governo do Marquês de Pombal foi a consolidação do poder régio, buscando, nesse aspecto, controlar as decisões em sua administração.

A indiferença a respeito dos homens livres e pobres nas obras dos cronistas Marcelino Pereira Cleto⁹⁹ e Pedro Taques¹⁰⁰ é muito relevante. O primeiro apresenta a Capitania de São Paulo no século XVIII vivendo a plena “decadência”, enquanto o segundo, o genealogista, procura exaltar os grandes antepassados dos paulistas, dada a necessidade de defender os interesses dos naturais da terra em relação à imigração de colonos portugueses no referido século, ocupando os postos da “nobreza da terra”.

Nesse período, a ideia da “decadência” não estava atrelada à não inserção da capitania de São Paulo nos quadros do comércio exterior, mas sobretudo à perda da autonomia política e do prestígio em relação ao Império Ultramarino Português, devido à descoberta das novas minas nas regiões de Goiás e de Mato Grosso. A decisão da retirada da autonomia da Capitania se dava em decorrência da necessidade de que as novas capitanias possuísem um governador controlando a captação dos impostos. Porém, após 17 anos do “eclipse”, ou melhor, da decisão de D. João V, em 9 de maio de 1748, que implementou as novas capitanias de Goiás e Mato Grosso, deliberou não ser necessário que houvesse em São Paulo um governador com patente de capitão-general.¹⁰¹

No período do reinado posterior, D. José e o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e futuro Marques de Pombal, reorientaram a atenção das Índias para o Brasil, buscando então povoar a colônia rumo à interiorização, sobretudo nas regiões castelhanas de fronteira, tomando posse de um território de disputas diplomáticas, de um lado, para legitimá-lo e, de outro, para utilizar os vassalos portugueses como povoadores.¹⁰² Essa política “pombalina” resultaria na criação de inúmeros povoados e vilas, que em sua maioria deveriam aproveitar as antigas aldeias indígenas controladas pelos jesuítas e elevadas a essa condição após a expulsão dos seus fundadores (1759) e a criação do Diretório dos Índios.

Tendo como referência, como exemplo, a Capitania do Grão-Pará e a Capitania de São Paulo, a libertação “teórica” dos indígenas deveria atender às políticas pombalinas, visando expandir a mão de obra livre e o contingente populacional para novos povoamentos, em geral, em regiões de litígio com os castelhanos. Para isso, a solução seria unir os naturais da terra com os elementos “inúteis”, obrigando-os a viver em novas povoações e, assim, se

⁹⁹ CLETO, Marcelino Pereira; BRUNO, Ernani Silva. **Roteiros e notícias de São Paulo colonial, 1751-1804**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977. O cronista defende a transferência da cabeça da capitania de São Paulo para Santos.

¹⁰⁰ LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. **História da capitania de São Vicente**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

¹⁰¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 73, 1952, p.122-123.

¹⁰² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, p.77.

fixar ao solo, fazendo o homem trabalhar regularmente nas roças. Em contrapartida, a Coroa Portuguesa refutava a tendência verificada entre os colonos, homens brancos livres e portugueses, até o século XVIII, de se adaptar à vida dos naturais da terra, adotando seus usos e costumes, fazendo pequenos roçados itinerantes e recorrendo à pesca e à caça. Ao ponto de El-Rey D. João V e depois seu sucessor, D. José, lançarem inúmeras leis proibindo os sítios volantes.¹⁰³

Chegando ao Rio de Janeiro, o novo governador da Capitania de São Paulo, em 1765, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido como o Morgado de Mateus, um nobre militar de confiança do Conde de Oeiras, se propôs a reorganizar a capitania recém-desmembrada do governo do Rio de Janeiro. Inúmeras metas foram apresentadas pela Carta de Instrução, entre elas a principal, a questão militar, porém o governador e capitão-general sabia que essa questão não seria solucionada sem antes resolver a questão social dos paulistas.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.: -- Cada dia me vou formalizando mais nos inconvenientes que se seguem ao serviço de Deos e de S. Mag.^ç, e ao bem comum deste Estado por cauza do máo methodo da lavoura que em toda a parte se pratica, fundando-se somente no uso das rossas de Matto Virgem.

O primeiro inconveniente hé o da falta a Deos, que hé o creador de tudo, o Summo bem, e a fonte de toda a felicidade, não pode haver couza boa, e só para senão cahir neste erro se deverião arriscar todas as conveniências do mundo, quanto mais seguindo dela na minha opinião a mesma miséria que se experimenta.

O segundo inconveniente hé a falta de Sociedade, pois sendo esta a principal das obrigações civis, se acha totalmente arruinada e caminha a passos largos para o seo precipício, levando atrás de si a ruina de todo o Estado, porque consistindo ella na união com que os Homes se ajudam huns aos outros, nada hé tanto contra esta união, como o referido methodo de lavoura que se pratica.¹⁰⁴

A diferença da mentalidade “ilustrada” do governador Morgado de Mateus em relação aos colonos estava justamente na ênfase dada à “decadência” e à “pobreza”, culpando-as pela falta de justiça e pelos seus vícios, pois eram apresentados como vadios, preguiçosos e ociosos.

¹⁰³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O trabalho livre em São Paulo** - século XVIII. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, p.6.

¹⁰⁴ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.1-2.

O terceiro hé a falta de Justiça, porque vivendo os homens fora de povoado, metidos pelos mattos sem ouvirem mais que a sua família, faltos de instrucção, e de doutrina, e athé dos primeiros princípios da nossa Fée, que hão de ser senão peyores do que feras, porque esta pela falta de aptidão, e de discursso podem fazer hum damno semelhante; mas os homens dotados de talento, abandonados á ley da natureza, e creados ente as brenhas como feras, são capazes de outros mayores damo-nos; e quando o não pode esperar deles utilidade alguma, nem para o Reyno do Céu, nem para o de S. Magestade que Deos Guarde [...]

Eu falo da mayor parte do Povo desta Capitania que vive assim por este modo, não falo daqueles filhos do Reyno que tem cazas de negocio, fazenda, ou lavras estabelecidas, nem daqueles fidalgos Paulistas que se conservão com seu modo de vida [...], ou a mayor parte do tempo em povoado, pois hé certo que eles tem toda a civilidade que se requer.¹⁰⁵

Dentro dessa perspectiva do relato do governador, contemplamos o “vadio” ou “preguiçoso” como culpado pelo mau método da lavoura. A ausência de técnicas no cultivo do campo seria decorrência da falta de fé católica, da vida em sociedade, de conhecimento dos homens sobre a justiça. O vício da ociosidade era estimulado através da vida nas matas, possibilitando um isolamento desses sujeitos, que, isolados, não reconheciam nenhuma autoridade, apenas suas próprias famílias, vivendo feito “selvagens”¹⁰⁶.

A raiz de todo o mal hé o methodo da lavoura que se pratica, e estou persuadido que se descubrir modo de se emendar este methodo se acharão juntamente os meynos de atalhar os referidos inconvenientes, e as razoes em que me fundo são as seguintes:

Estes homens não podem passar sem comer, hé a primeira e mais vigente necessidade da vida. Para terem o necessário alimento ignorão todos os meynos que não sejam o de hirem fazer roças em matto virgem, e estão tão preocupados desta opinião, que nem hum só há que não diga que não pode nestes Paizes haver outra couza; até os mesmos filhos do Reyno, que cá vivem de há muitos anos, são deste parecer; todos affirmão que terra hé fria, e que não tem sustância sinão na superfície; que se não pode usar o arado, que alguns já uzarão dele, que tudo se lhe perdeo; e finalmente todos falam pela mesma boca.¹⁰⁷

A ação do governador português objetivava destruir o costume paulista da busca pelo “mato virgem”. No primeiro momento, o foco eram os colonos já afeitos à sociedade civil, pois, mesmo civilizados, pouco a pouco poderiam “esquecer” a doutrina da civilização e

¹⁰⁵ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.2-3.

¹⁰⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 73, 1952, p. 93.

¹⁰⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.3.

seguir os passos dos indígenas e outros colonos descivilizados. A distância entre as vilas e povoações civis era apontada como fator importante para esses vícios dos moradores, apontando que a última vila fora erigida em 1705, desde lá até 1765 nenhuma outra povoação havia sido elevada à condição de vila.¹⁰⁸

Os precários meios de controle e repressão entre a administração e os moradores paulistas, nos últimos anos do século XVIII, motivaram o governador e capitão-general da Capitania de São Paulo a elaborar um plano de combate à vadiagem, proibindo a população de viver dispersa, metida pelos matos, assim evitando o isolamento. Apresentava-se a ideia de que tudo o que planta dá, a não ser devido ao mau método e à “suma preguiça e negligência não só dos naturais, mas dos filhos dos mesmos filhos do Reino que se conformam”.¹⁰⁹

As análises efetuadas pelo Morgado de Mateus nessa documentação e nos fatos por ele relatados demonstravam a integração da agricultura mercantil paulista com outras áreas da colônia e seu desenvolvimento, mas também apresentavam os costumes locais como “obstáculos” às políticas pombalinas na Capitania de São Paulo. Depois de tomar conhecimento dos usos e costumes paulistas e das potencialidades dos meios locais, em um período em que Portugal sofria constantes déficits e dificuldades econômicas, o governador desejava aumentar a produção agrícola local, visando o mercado internacional, porém esbarrava nos costumes e preconceitos em relação ao uso do arado e do estrume, que atrasavam o desenvolvimento da Capitania.

A administração do governador e capitão-geral elege exaltar os desafios enfrentados, evitando abordar os relatos da presença mercantil, sobretudo na cidade de São Paulo. A temática do desprezo pelo trabalho era mais relevante ao Morgado de Mateus, que indicava esse fator como motivo da “pobreza” na capitania de São Paulo. A pobreza e a descendência eram temas frequentes nos discursos do governador no século XVIII, principalmente para

¹⁰⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.4-5. D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão apresenta a situação da capitania de São Paulo, com suas 38 freguesias, apontando que os habitantes viviam dispersos, não ouviam as missas, devido à distância de suas moradas, em função da necessidade de procurar mato virgem para plantar, mudando de domicílio constantemente. O astuto governador e capitão-general, em um primeiro momento, não percebeu a dispersão dos paulistas como resistência contra as elites locais, detentoras do poder e das melhores propriedades através das sesmarias. Além disso, a vinda para a cidade ou as vilas ocorria apenas nas festas, mas não representavam sujeitos “selvagens”, pelo contrário, a fuga os desobrigava dos serviços públicos.

¹⁰⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.7.

destacar as dificuldades locais¹¹⁰ e caracterizar as questões internas como urgentes antes de organizar um continente militar para envio à fronteira ao sul.

Embora precoces, as primeiras medidas do Morgado de Mateus para combater o descaso dos naturais em relação ao trabalho surtiriam pouco efeito. Porém, as sementes do combate aos elementos viciados estavam lançadas.

O primeiro que esta diligencia se deve hir fazendo pouco a pouco, mas com tal vigilância, e cautelas que sempre esteja diante dos olhos este intento para impedir que de novo se não estabeleçam citios volantes, e ganhar com destreza os que já estiverem estabelecidos para os reduzir ao povoado, e por tal modo que esta repentina novidade não cause espanto, nem faça afugentar o Povo.

A segunda hé que com as mesmas cautelas se hade principar ao mesmo tempo em todas as Capitánias, para que se os apertarem em hum não passem logo a outra, pois não tem que perder, nem móvel que levar, passam a esses recôncavos e em ves de remédio acrescentar-se-há p damno.

A terceira hé haver certas datas de terra mais pequenas, com pequeno estipendio que possam pagar os pobres, porque as datas grandes de sesmaria com estipendio grande na Secretaria e confirmação no Conselho, só servem para os ricos, tem o inconveniente que eu mostro adonde fala nas sesmarias, e não se segue dellas autoridades de povoar como se requer, e para que forão instruídos.¹¹¹

[...] raiz de todo o mal hé o methodo da lavoura que se pratica, e estou persuadido que se descubrir modo de se emendar este methodo se acharão juntamente os meyo de atalhar os referidos inconvenientes, e as razoes em que me fundo são as seguintes:

Estes homens não podem passar sem comer, hé a primeira e mais vigente necessidade da vida. Para terem o necessário alimento ignorão todos os meyo que não sejam o de hirem fazer roças em matto virgem, e estão tão preocupados desta opinião, que nem hum só há que não diga que não pode nestes Paizes haver outra couza; até os mesmos filhos do Reyno, que cá vivem de há muitos anos, são deste parecer; todos affirmão que terra hé fria, e que não tem sustância sinão na superfície; que se não pode usar o arado, que alguns já uzarão dele, que tudo se lhe perdeo ; e finalmente todos falam pela mesma boca.¹¹²

¹¹⁰ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.7-8. O Morgado de Mateus acreditava que a percepção negativa dos paulistas em relação ao trabalho ocorria devido ao trabalho escravo dos negros, porém não chegava a citar que não era bem visto em Portugal, sendo necessária uma longa legislação antivadiagem para torná-lo “obrigatório”.

¹¹¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.9-10.

¹¹² Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.3.

Em dezembro de 1766, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, enviou a referida carta a Sebastião José de Carvalho e Melo com o objetivo de informá-lo sobre as condições políticas e econômicas de São Paulo. Todavia, um ano antes, em 6 de novembro de 1765, o Morgado de Mateus expediu um edital para todas as câmaras da Capitania de São Paulo, para chegar ao conhecimento dos moradores das cidades e seus distritos que:

[...] mandaram elles ditos vereadores se registrassem no livro das ordens reaes, assim mais na mesma verença se receberam duas cartas do illustissimo e excellentissimo senhor governador e capitão general acerca dos homens vadios que vivem nesta cidade e seu distrito sem officios, e de más artes, e outra carta acerca dos índios das aldeias desta capitania, para mandar recolher todos os índios que estiverem por esta vidade ás suas respectivas aldeias, e para proceder na nomeação de três sujeitos capazes para um deles escolher elle dito senhor general para diretor dos ditos índios, cujas cartas as mandaram os ditos officiais da Camara a mim escrivão registassem no livro de registro e ordens reaes [...].¹¹³

Com essa correspondência o Morgado de Mateus objetivava conhecer a população livre e ociosa da cidade de São Paulo, sendo rapidamente atendida e respondida pelos homens bons paulistas no termo de vereança no dia 9 de novembro de 1765.

[...] da mesma provisão e na mesma vereança se escreveu ao illustissimo excellentissimo senhor general em resposta da que escreveu a este Senado, em que por ordem do mesmo senhor nomearam para diretor dos índios e nomearam a Antonio Fernandes do Valle, a Francisco Monteiro de Gouvêa, e a Jacintho José de Abreu, e na mesma passou um mandado para se cobrar de Francisco Cubas do Prado [...]

[...] e se mandaram passar dois editaes um para os índios das aldeias desta capitania se recolherem ás suas respectivas aldeias, e outro para se fazer certo aos moradores desta cidade e seu districto que todos que tiverem em suas casas homens vadios os dêem ao manifesto para se proceder na forma que determina o illustissimo e excellentissimo senhor governador e capitão general e por não haver mais que prover na presente vereança houveram sua vereança acabada de que para constar mandaram fazer este termo assignaram.¹¹⁴

¹¹³ Actas da Câmara de São Paulo - v.15, p.95-96.

¹¹⁴ Actas da Câmara de São Paulo - v. 15, p.96-98.

Até certo ponto, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão e os futuros governadores e capitães-generais não inauguraram a percepção e a prática da perseguição aos habitantes considerados ociosos, preguiçosos, vagabundos e vadios. Em 26 de novembro de 1622, na então vila de São Paulo, reuniram-se os oficiais da câmara, os vereadores¹¹⁵ Bartholomeu Gonçalves, Manuel Francisco Pinto e Francisco Jorge e o Procurador do Conselho André Botelho para discutir sobre o bem comum da terra, ocasião em que o referido procurador apresentou queixas contra os vadios e forasteiros na vila:

[...] requereo o dito provedor do cōselho aos ditos offisiaes da câmara dizendo que nesta villa avia algũs homẽs forasteiros e vadios pelo que elles ditos offisiaes da câmara provesẽ nisso e mandasẽ despejar a terã e pelos ditos offisiaes á câmara foi dito, que elles proverião no cauzo como lhes parecesse just^a e de tudo se fez este termo de vereasão eu callixto da motta escrivão da câmara o escrevi – Manoel Pires – Manoel fr^{co} Pinto – Bartholemeu Glz – Fr^{co} Jorge-Andre Botelho.¹¹⁶

Em 20 de outubro de 1635 foi elucidada a percepção de vadiagem dos moradores da vila paulista, passando a se considerar forasteiro¹¹⁷ como sinônimo de vadio, em especial pela ausência de vínculos locais, ocupação, ofício ou trabalho. Esse sujeito era apontado pelo Procurador do conselho e pelos demais homens bons como danoso à sociedade colonial:

[...] pelo procurador do conselho foi dito que nesta vila avia mt^{os} omes vadios forasteiros que erão em prejuízo desta vila e povo pelo que lhes requeria os mandassem despejar desta vila o que visto pelos ditos ofisiaes da câmara mandarão que se fixase quortel que dentro de quootro dias despejasem todos os forasteiros que não tñhã tenda aberta para trabalhar com pena de seis mil rs e de trinta dias de cadea

¹¹⁵ AZEVEDO, Carmen Lucia de. **Fiscais e meirinhos:** a administração no Brasil colonial. Vol. 86. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.133. Os vereadores eram eleitos trienalmente para servir durante o período de um ano. Entre as suas atribuições, deveriam zelar por todo o regimento das obras do conselho e da terra, bem como por tudo o que pudesse beneficiá-la ou favorecer seus moradores; fiscalizar a atuação dos juízes no cumprimento da justiça; avaliar o estado dos bens da municipalidade, tomando as devidas providências; designar, com os juízes, o carcereiro da municipalidade; despachar com os juízes os feitos das injúrias verbais e pequenos furtos, sem dar apelação; taxar os ordenados dos oficiais da municipalidade e determinar o preço de certos produtos; zelar pelo cumprimento das tarefas atribuídas aos oficiais da municipalidade; administrar o bem do conselho; taxar os ordenados dos oficiais mecânicos, jornaleiros e moços e moças de solada; e determinar os preços das louças, calçados e outras mercadorias. Entre outras atribuições.

¹¹⁶ Actas da Câmara de São Paulo - v. 2, p.491.

¹¹⁷ Nem todo forasteiro era compreendido como um vadio, como vemos no caso de Pero Jorge, que era “forasteiro e falsiante se podia auzentar e levantar com as obras com a pena que lhe paresese [...] que visto pelos ditos ofisiaes da câmara mandarão dose notefiquado o dito pero jorge alfaiate que com pena de seis mil rs não trabalhasse sem dar fiança as obras a qual fiança sera feita em notas e outrosi requereo o dito procurador”. Actas da Câmara de São Paulo - v. 4, p.317-318.

para o que se fixase quoartel de que se fes este termo eu ambrosio pr^a tabalião e escrivão da câmara que ho escrevi¹¹⁸ [...].¹¹⁹

O Procurador do conselho Manoel Fernandez Giga e os vereadores que integravam a câmara municipal de 1637 ficaram encarregados de solucionar a questão da presença dos vadios. Assim, em 15 de novembro do referido ano, foi divulgada na sessão a decisão:

[...] os vereadores fr^{co} João Bareto e juis Bernardo de Souza e o procurador do conselho e sendo juntos pelos ofisiaes da câmara foi dito ao procurador do conselho se ele tinha que requerer o fisese e pelo procurador do conselho foi dito que lhes requeria da parte de sua magd^e [...]

E loguo no dia atrás declarado em câmara pelo procurador do conselho Manoel flz foi dito e requerido aos ditos oficiais ordenasem faxinas na forma de lei e puzerem o corte de carne a pregão e mandassem carpir os cardos e espinhos que avia nesta vila porquanto serquavão esta vila e estravavão as serventias dela e que outro si obrigassem aos verendedores e ofisiaes venderem e as obras que lhes dessem e que tirem todos suas taixas e regim^{tos} na forma da lei e que nesta vila andavão vadios que não tinham ofisios pelo que lhe requeria os mandassem notificar por hu quartel que tomasem amo ou despejasem a tera dentro nos dias que lhe parecer o que visto pelos ditos ofisiaes da câmara mandarão se fixase quoartel pera as sobreditas couzas e que os vadios despejasem dentro de oito dias tudo com pena de seis mil rs eu ambrosio pr^a escrivão da câmara que escrevi [...].¹²⁰

A proposta do uso dos vadios na Vila de São Paulo de certa maneira interessava para suprir a necessidade de mão de obra, ora para as atividades mercantis, ora nas obras ou reparos públicos. Desse modo, a partir daí alguns requerimentos visavam a utilização desses elementos ociosos para o bem comum da comunidade, como providência contra a “infestação” desses elementos.¹²¹

¹¹⁸ AZEVEDO, Carmen Lucia de. **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Vol. 86. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.985. Entre suas atribuições estava despachar, na câmara, com os juízes, os feitos provenientes dos almotacés, de quantias entre seiscentos e seis mil-réis, sem apelação e agravo. Segundo essas funções, a primordial eram as obras do conselho, o sossego público e as questões fiscais, por isso viam com maus olhos os comerciantes vindos de fora, pois eram mais propensos a não recolher as taxas ou não adotar os preços determinados pelas câmaras.

¹¹⁹ Actas da Câmara de São Paulo - v. 4, p.267.

¹²⁰ Actas da Câmara de São Paulo - v. 4, p.329-330.

¹²¹ AZEVEDO, op. cit., 1985. Devido à ausência de recursos suficientes para os reparos e as obras do conselho ou públicas, era reiterado o uso dos vadios, sempre tão perceptíveis aos olhares dos procuradores do conselho.

À primeira vista, o trecho supracitado referindo-se aos forasteiros como vadios parece apenas ser um caso em um documento. Mas não seria de se estranhar a repetição e a determinação das autoridades paulistas na reflexão crítica sobre esse problema. A leitura das atas da câmara da vila e depois cidade de São Paulo nos permite situar ambos como sinônimos e notar que os “desconhecidos” suscitavam medo nas autoridades e nos moradores da São Paulo colonial. De qualquer forma, a interpretação acerca dos vadios por parte dos homens bons seguia no século XVII, embora inúmeros autores apresentem esse medo dos viandantes, desconhecidos e vagabundos como vindo de Portugal “medieval”.

Em 23 de janeiro de 1649, os vereadores da vila de São Paulo, depois de inúmeras deliberações, como acerca da necessidade da construção de uma nova cadeia pública, e os meios necessários para isso, em um local mais apropriado, passaram a discutir sobre o comércio da aguardente e por último o procurador do conselho, Belchior Barreiros, advertiu em relação à presença dos forasteiros e vadios:

[...] a este resp^{to} e que perq^{to} vinhão muitos forasteiros de fora vadios e que podião ser de grande damno ao bem comum requeri que nenhu morador recolhesse com pena de seil mil r^a sem pr^o vir dar conta a esta câmara ou aos juízes ordinários ou qualquer deles e que pera isso se fixase quartel o que visto pelloos ditos officiaes da Camera assim o mandarão se fizesse de que fis este termo em que assinarão m^{el} coelho da gama escrivão da cam^{ra} que o escrevi [...].¹²²

Além das preocupações reveladas, a elite paulista colonial visava arraigar um ponto de vista negativo acerca de forasteiros de qualquer espécie, culpando-os por todo mal, não apenas pela ociosidade ou preguiça. Reiteradamente denunciava-se a evasão de numerário promovida.¹²³

[...] da dita câmara aboixo assinados por elles foi mandado ao p^{dor} do conselho requeresse o que conviesse ao bem comu o qual requireo que mandasse ao alcaide dosse dar busca aos forasteiros em suas caixas o fatos que desta villa levão pera a villa de santos porque tinha notisia levão desta todo o dinheiro ficando esta villa sem nenhum o

¹²² Actas da Câmara de São Paulo - v. 5, p.358-359.

¹²³ Actas da Câmara de São Paulo - v. 5, p.189. Atribuindo a fuga do dinheiro da terra à presença dos forasteiros, devido ao entendimento de que os recursos locais eram retirados pelos vindos de fora, que na percepção da Câmara em nada ajudavam a economia local.

que visto pellos ditos officiaes assim o mandarão de que fis este termo [...].¹²⁴

[...] que mandassem os ditos officiais da câmara por hu quartel a que nhu forasteiro vendesse suas fazendas senão a troquo de drogas da terra e que não levase nhu forasteiro dinheiro desta villa pera a de santos ne outra parte, e pellos ditos officiais da câmara foi consultado todos juntos em câmara que se pusesse hu quartel nos lugares publicuos e acostumado a que nhu forasteriro vendesse suas fazendas e mercancias senão diguo a troquo de d^{ro} senão de drogas da terra, e que outrossim não fosse usados levarê d^{ro} pera baixo com pena que o que o contrario fizesse pagar seis mil reis pera obras deste comselho e acuzador [...]¹²⁵

Essa tradição paulista colonial, em que certamente o “estrangeiro”, comerciante, viandante e outros “estranhos” eram malvistas, a qual iria continuar por todo o século XVIII, diferia o termo forasteiro em inúmeras situações, mas no geral voltava à perspectiva clássica de vadio:

Aos dezanove dias do mês de dezembro de mil e seis sentos e corenta e três anos ma casa onde se faz verassão estando hahi o juis ordinário fr^{co} Cubas e o verador Pedro da silva e verador Amaro Dominges e verador m^{el} de gois rapozo e procurador do conselho fr^{co} borges e estando juntos em câmara pera trataten do bem comum llogo pelo dito procurador foi dito que requeria a elles ditos officiais mandaseu por quarteis que todos os moradores digo forasteiros despejasen desta vila os que não tem nella que fazer nen teu ofisios outrossim mandasse por coarteis que todos mandasen fazer caminhos e serventias pera esta villa e alimpar as testadas e pellos ditos officiais foi mandado se puzesse coarteis do que requireo o dito procurador [...]¹²⁶

Em consonância com esse entendimento de forasteiro no século XVII, foi apresentado o problema da deserção de inúmeros soldados, apontados como criminosos, pois, fugindo das suas obrigações, vinham de outras partes da América portuguesa, buscando a Capitania de São Paulo como refúgio. A orientação foi proferida na sessão da câmara do dia 4 de agosto de 1653, pois em sua grande maioria representavam indivíduos vadios:

¹²⁴ Actas da Câmara de São Paulo - v. 5, p.131.

¹²⁵ Actas da Câmara de São Paulo - v. 5, p.150.

¹²⁶ Actas da Câmara de São Paulo - v. 5, p.172-173.

[...] procurador do conselho sebastião miz (Martins) pereira, ao coal perguntarão se tinha que requerer para o bem comum deste povo e pelo dito procurador foi dito que porcoanto as praças da Bahia e Rio de Janeiro estavam desfandadas por os muitos soldados q'das ditas praças fugião para esta capitania, e que era nessesario acudirse a tão grande dano, porque além de virem fugidos com o soldo de sua Mag.^{de} se ofereçem pera irem contra as justiças de sua Mag.^{de} o que era publico e notório, além de outros insultos de roubos de cazas e pezas que levão furtadas pera o porto de Santos, pelo que requeria a suas merçes acudissem a isso mandando fixar hu coartel, que todo a forasteiro que assistir acudão a esta câmara, aos nove dias deste prezente mez de agosto a darem rezão de si, de sua vida, e offiços de que vivem, e o cabedal que cada hu tem de seu trato e manejo, o que visto pelos oficiais da câmara mandarão que se fixasse coartel publico em lugares acostumados pera vir a noticia de todos pera vierem a câmara seguinte os farasteiros todos pera se saber de que vivem e offiços que tem e os que não tiverem offiços ou trato de que vivão despejarão a terra, donde não serão prezos e pagarão de pena seis mil r.^s de que fis este termo [...].¹²⁷

Assim, verifica-se que antes a presença de “forasteiros” e “vadios” eram apenas acontecimentos isolados, mas, ao serem exaustivamente identificados pelas autoridades paulistas, surgiu a lógica de se fazer distinção entre os comerciantes e os sujeitos ociosos. Em 28 de agosto de 1677, os oficiais da câmara junto com os vereadores apontaram a necessidade de controlar os indivíduos sem ocupação.

[...] já por vezes havia Requerido como neste livro consta pelos coais foi dito hasim ho fariam com brevidade e assim mais q'se desse a execusão as ordes q'de novo vieram na matéria de juízes devertidos e mais nas ordens visto ser lei q'ho primsipe nosso sr deos o guarde assim ho mandar e assim mais q'os forasteiros q'na villla estivessem não tendo hofisio nem mercancia loguo dentro de três dias despejase a villa com pena de seis mil reis applicados pera hobras do conselho e acuzador de q'fis este termo [...].¹²⁸

Após um “intervalo” das referências à vadiagem, agora no século XVIII, a câmara da vila de São Paulo colocou em pauta os problemas ocasionados pelos mercadores forasteiros, apontando, na sessão do dia 25 de janeiro de 1705, três grandes inconvenientes para a economia local e o sossego público:

¹²⁷ Actas da Câmara de São Paulo - v. 6, p.51-52.

¹²⁸ Actas da Câmara de São Paulo - v. 6, p.452-453.

Aos 25 de Janeiro de 1705 nesta v.^a S.P. em as cazas do com.^{co} dela ahy pelo procurador dela foi deito o requerimento seguinte que para o bem comum deste povo he muito conveniente e necessário prohibir com graves penas, q nenhum homem frausteiro nem por sy, nem por entreposta pessoa traga escravos a vender nesta terra pellas rezoins seguintes; Primeira rezão, o exorbitante preço por que os vendem, alterando cada ves mais, como atravessadores dellas comprandoas, em seguida e terceira mão em Santos e no Rio de Janeiro com prejuízo destes moradores, q mandando buscar pessas ao Rio de Janeiro se lhes dificultão os despachos, por estarem esgotadas as duzentas pessas, q sua Magestade tem quartado para esta terra; Segunda Rezão que as sommas de dinheiro procedidas das tais venda de negros se levão, ou em ouro que poderá ser em pô, com prejuízo dos quintos reais, ou em dinheiro inda assim aos poucos pondo esta republica em termos de ficar distituida de todo o dinheiro [...] Teiceira rezão o risco de q as ditas pessas tragão bixigas.¹²⁹

Mas o grande problema abordado nessa sessão era outro. Então os vereadores recorreram às Ordenações Filipinas, livro V, título 68, enquadrando esses indivíduos “insubmissos” conforme as leis de Portugal. E, no caso da referida sessão do dia 25 de janeiro de 1705, o tema mais importante em pauta era a necessidade de melhorar o controle e a repressão em relação aos vadios. O requerimento do Capitão-Mor Manoel Paes de Abreo é bastante elucidativo sobre esse ponto. Em primeiro momento, reclamava da presença deles:

[...] Quarta rezão, o prejuízo q recebem os criadores de gado pellos arredores desta villa, que nos ditos arredores tem seos corrais, com frutos que lhe fazem os ditos escravos enquanto estão na quarentena, e os seos condutores os não dispoim; e porq.¹⁰ acresce demais a quantidade de negros, e de seos condutores por serem. M.^{tos} os que andão na carreira deste negocio, se expremmenta mayor falta, e carestia de mantimentos em tempo que há deles tão grandes necessidades, que não alcançando aos naturais, e moradores, e estando estes em p.^{ro} lugar, outrosi que se de a execusão o que sua Magestade dispoim na sua ordenação L.^o 5 tt.^o 68, acerca dos vadios, que não tem officio em, que trabalhe ou negocio algum seo, ou alheo, de acuja assistência rezultão a este povo muitos inconvenientes, porque com seos maos exemplos, e procedimentos se conrompem os bouns costumes em toda a matéria; outrosi se notifiquem por edital publico que apareção em câmera os soldados do prezidio do [...] que nesta villa e seu termo estiverem a apresentar suas baxas, com cominação de queo os que assim o não fizerem serão prezos e a sua custa remetido ao seo governador por serem aqui ociosos, e na sua praça necessários por estar o reino com gerra actual, e declarada e temeremce invazoins de inimigos nas praças da costa do mar deste estado [...]¹³⁰

¹²⁹ Actas da Câmara de São Paulo - v. 8, p.93-94.

¹³⁰ Actas da Câmara de São Paulo - v.8, p.94-95.

Não deveríamos achar estranho quando encontramos tais noções negativas em relações aos vadios nos discursos dos homens bons paulistas. Nas reflexões ocorridas na câmara municipal, inúmeros crimes eram atribuídos aos vagabundos, afinal, eles estavam inseridos parcialmente na sociedade e, portanto, propensos a cometer delitos.¹³¹

Em 29 de janeiro de 1763, o capitão Francisco de Salles Ribeiro acusava os vadios de roubarem os gados.

[...] Dizem os criadores de gados vacuns desta cidade e os de seu termo que são tantos, e activos os roubos que experimentam os suplicantes que principiando os ladrões de gados estes insultos chegaram a tanto que já dos mesmo curraes sacam a laço as rezes que roubam acautelaram os suplicantes este damno tendo nos curraes sentinelas nocturnas e não conseguiram com esta providencia o tal remédio: porque dos campos em que pastam são as rezes sacadas a laço ficando infructuosa contra este damno toda a providencia: e por [...] estes actuaes roubos a gente vadia de que abunda o termo desta cidade e lhes fomenta e facilita os ânímos para os roubos de rezes o tal estrago e liberdade que se está praticando nas casas desta cidade em caa uma das quaes muitas pelo inveterado costume são já conhecidas todas as semanas se cortam rezes para vender ao publico como se fora açougue havendo este feito construir a espensa das rendas deste Senado [...] como é estylo em todas as cidades e villas do reino de Portugal principalmente no Brasil.¹³²

O Morgado de Mateus constatava a Capitania de São Paulo completamente desorganizada, uma terra sem povo, conhecia apenas as autoridades das câmaras municipais, sem funcionários eficientes para administrar a justiça e, principalmente, a questão militar, devido aos baixos contingentes e à curta obediência. A ideia de uma capitania “sem povo” não representava um vazio demográfico, pelo contrário.

¹³¹ O motivo da percepção de combate aos vadios não era apenas a ociosidade, mas também inúmeras políticas de controle fiscal, sendo considerada gente vadia as pessoas que cortavam açougues próprios (sem pagar o tributo), consideradas responsáveis pelo roubo de gado. Mesmo assim, os próprios vereadores acreditavam ser impossível um controle efetivo “porque os ladrões podem trazer para o açougue público da cidade a carne das rezes que roubam”. Actas da Câmara de São Paulo - v. 14, p.458-459.

¹³² Actas da Câmara de São Paulo - v.14, p.458.

Em estudo baseado nos maços populacionais instaurados pelo próprio governador em 1765, Marcílio mostra que a população da cidade de São Paulo era de 20.000 pessoas (cf. Tabela 1), quando muitas abordagens historiográficas a apresentavam como vazia.¹³³

Tabela 1 – População de São Paulo

Ano I	A Cidade	A Capitania	Porcentagem de II e III IV
1765	20.873	80.000	26,09
1772	21.272	100.537	21,15
1798	21.304	158.450	13,44
1803	24.311	188.379	12,9
1816	25.486	219.867	11,59
1836	21.933	326.902	6,7
1872	31.385	837.354	3,75
1890	64.934	1.384.753	4,69
1900	239.820	2.282.279	10,51
1920	579.033	4.592.188	12,61
1940	1.326.261	7.180.316	18,47
1960	3.825.351	12.974.699	29,48

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. – Hoje fazem três annos que desembarquey felizmente nesta America em o Rio de Janeiro, aonde logo dei principio a executar as ordens de S. Mag.^o que Deos G.^e pelas Instruções que V. Ex.^a foi servido dirigir-me, daquelle porto passeia a esta Capitania, que estava morta (1) a qual achei a autoridade da Justiça tão abatida, que os delinquentes paseavão sem pejo, em outras parte não encontrava, e a sua administração era geralmente tão irregular, como provam os factos que a V. Ex.^a exponho por documentos certos de cazos succedidos [...]

Estava esta Secretaria sem arestos, e sem papeis por onde se pudesse governar (2), e foy preciso fazer tudo de novo segundo a minha ideia, e assim o puz por obra, não sei se bem, ou por mal, porem dei providencias e ordens para tudo, e conforme o meu sistema os povos se conservão em pás, em obediência, e em respeito.

¹³³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: Pioneira, 1974, p.99. A historiadora apresenta as fontes utilizadas para a elaboração da tabela. Em 1765, a lista nominativa da população livre da paróquia da sé, nos Documentos Interessantes, volume 62. Juntamente com o quadro da população livre da capitania do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, cota E15/G – 75 n.º. 12. Nesse ano, não constando escravos, apenas homens livres e seus respectivos fogos. Os escravos só viriam a figurar nos próximos anos. Cabe salientar que a cidade de São Paulo deu origem a diversas vilas, assim como outra capitania, Curitiba. Porém, a historiadora Heloisa Liberalli Belloto apresenta um número bem diferente, descrevendo a capitania possuindo 60.000 almas em 1765. (p.77)

Tenho evitado os distúrbios, o delictos, e toda a maquina se move facilmente, e sem violência, e deixo a meus sucessores hum bem trilhado caminho [...] ¹³⁴

A mesma frase acima é citada por Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, que acrescenta que a capitania, em sua restauração, possuía o mesmo número de vilas e povoações já existentes no começo do Setecentos.¹³⁵ Após a descoberta de metais nas regiões das minas, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, nenhuma outra vila havia sido criada dentro da área paulista, a última a ser fundada era a vila de Pindamonhangaba.

O que nos interessa aqui mais propriamente ao resgatarmos a dimensão da capitania de São Paulo é a mentalidade da administração colonial acerca de seus habitantes, pois a interpretação de “decadência” não coaduna com o número de freguesias (38), vilas (18) e cidade (uma) em 1765. Por ordem de fundação, da mais antiga para a mais recente: São Vicente (1532), Iguape (1538), Santos (1545), São Paulo (1554), Cananéia (1561), Itanhaém (1561), Mogi das Cruzes (1611), Santana de Parnaíba (1625), São Sebastião (1636), Ubatuba (1636), Paranaguá (1653), Itu (1654), Jundiaí (1655), Jacareí (1657), Curitiba (1654), Sorocaba (1654), Guaratinguetá (1657), Taubaté (1705) e Pindamonhangaba (1713).¹³⁶

Afinal, como todo início de administração aparentava uma ruptura, nota-se a valorização das suas ações como governador e inúmeros relatos sobre o abandono, a pobreza e a desorganização da capitania. Em um relato ao Conde de Oeiras, afirmava D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão que:

As rendas da Fazenda Real de Sua Magestade que Deos Guarde nesta Capitania são tão deminutas, e tem chegado a tal decadência os fundos do seu rendimento que não hé possível poderem chegar para os gastos ordinários que para a conservação deste Estado se devem fazer todos os annos, de sorte que absorvido todo o rendimento não só fica exausto o cofre de todo o dinheiro das sias rendas, mas não bastando aos precisos pagamentos, e o que mais hé impossibilitado dos meynos de prosseguir nos aumentos desta Capitania, e no meyo dos seus

¹³⁴ Correspondência do "governador da Capitania de São Paulo ao Conde de Oeiras, dando as informações sobre os três primeiros anos de sua administração relativa aos desafios que encontrava na Capitania de São Paulo", de 5 de julho de 1768. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.27-28.

¹³⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1777)**. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2007, p.77.

¹³⁶ MARCÍLIO, Maria Luíza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: EdUSP, 2000, p.138-139.

negócios que se não podem conseguir sem proporcionadas despesas.¹³⁷

O leitor deve se lembrar de como Morgado de Mateus descreve a decadência da capitania e os motivos do fim da idade do “auge” dos descobrimentos dos bandeirantes. Mas, neste momento, pode ser interessante uma apuração mais detalhada desse aspecto a partir da interpretação dos maços de população realizados em 1765.¹³⁸

A cidade de São Paulo, com aproximadamente 20.000 habitantes, não era de fato “vazia” ou sem “povo”, realmente não representava esse cenário desolador, de certa maneira, pois os moradores “nobreza da terra” e os demais habitantes, até mesmo os detentores de cabedais, viviam esparsos pelas redondezas das vilas, em chácaras, sítios ou pelos matos.¹³⁹ A observação do governador leva a crer que muitos indivíduos estavam entregues ao “atraso” de civilidade, aos usos e costumes locais, praticando modesta agricultura.

[...] Distingue-se da lavoura de subsistência na conceituação aceita, desde que se destina exclusivamente ao auto abastecimento familiar. Vivendo sempre “atrás do mato virgem”, os homens limitavam-se ao convívio exclusivo da família, batizavam-se quando adultos, “pela impossibilidade das distâncias”, e aborrecidas a condição de soldados. Tratava-se da maior parte da população da capitania, segundo a afirmação do seu governador, que vivia “assim por este modo”. As tentativas para revigorar, desde 1766, as normas legais que proibiam o nomadismo e a dispersão das populações, e as obrigavam a se reunir em aglomerados de pelo menos 50 famílias, revelaram-se inoperantes pelo fato que implicavam em transformar completamente os métodos vigentes da lavoura praticados pela maioria.¹⁴⁰

De maneira geral, esse modo de vida representava uma resistência dos mais pobres aos desígnios das autoridades, que, sob o olhar do governador, tomavam como preguiça, ociosidade e vadiagem dos paulistas. Esse discurso era, na verdade, uma forma de pressionar os habitantes a aceitar inúmeras medidas administrativas que D. Luís tencionava

¹³⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.82-83.

¹³⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: Pioneira, 1974. O referido estudo problematizou a visão de “decadência”, pois apresenta os dados da população da cidade e da capitania de São Paulo.

¹³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História - Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, nº. 1, 1966, p.55-111.

¹⁴⁰ CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 26, nº. 4, 1972, p.104.

implementar.¹⁴¹ Os habitantes mais jovens e dispostos ao trabalho, por exemplo, deveriam ser utilizados para a finalidade militar ou a fundação de novas povoações.

Esses sujeitos eram perseguidos tanto na cidade como em toda a capitania, desertando para os matos, nem bem chegando à idade mínima para integrar as tropas. Em alguns casos, a “dispersão” em si se dava pela preocupação dos pais, pois eram pequenos agricultores necessitando da mão de obra para as suas roças – as longas jornadas em regiões distantes ameaçava a própria subsistência. Por isso o despertar do espírito “bandeirante” não conseguia captar a atenção dos paulistas no Setecentos¹⁴².

Essas adversidades levavam o Morgado de Mateus a exaltar os inconvenientes constatados, mas habitavam a capitania pouco mais de 60.000 pessoas, o que, mesmo se deduzirmos as mulheres e crianças, não representava escassez populacional.¹⁴³ Devido aos variados projetos de fomento econômico e à questão militar no eixo sul, o número de habitantes parecia ser insuficiente para promover a agricultura e o progresso da terra.¹⁴⁴ Cabe ainda considerar que o próprio governador e capitão-general inviabilizava a sedimentação dos paulistas, devido à utilidade desse contingente para as exigências militares da Metrópole e à emigração forçada para explorações em sertões desconhecidos, embora reclamasse da pobre população.

De fato, a estagnação com que o Morgado de Mateus deparou-se na capitania de São Paulo era mais resultado da perda da autonomia política durante 17 anos¹⁴⁵, mas tratou o governador de investir contra os moradores dispersos e, principalmente, os vadios distribuídos pelos “sítios”, que em sua maioria só apareciam nas partes urbanas em ocasiões de festas, metidos pelos matos e seus “sítios volantes”.

¹⁴¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2007, p.60-73. As instruções “pombalinas” e do vice-rei, Conde Cunha, representavam os objetivos da Coroa para o ultramar, podendo ser entendidas como a necessidade de defesa territorial, expansão econômica e fortalecimento do poder real. As instruções em si, são fundamentalmente militares e bem específicas, posteriormente, incluíam desenvolvimento econômico, a administração da capitania, abarcando as adequações sociais e políticas.

¹⁴² Ibidem, p.61. Defendia-se o uso dos paulistas para fins militares pois, segundo Pombal, “Todas as Histórias do Brasil e do que se tem passado nesse continente nos ensinam, que nelle forão os paulistas os flagelos dos Castelhanos”.

¹⁴³ CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 26, nº. 4, 1972, p.99.

¹⁴⁴ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 73, 1952, p.60. No entendimento do governador, esse contingente disponível era insuficiente, as próprias cifras transcritas pelos censos são problematizadas por ele, devido à dispersão das populações, que atrapalhava os recenseamentos e os projetos do governador.

¹⁴⁵ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.27-28.

[...] S Mag.^e que Deos Guarde já tem dado nesta matéria huma grandíssima providencia na Carta que foi servido dirigirme firmada de sua Real Mão de dous de Julho de mil setecentos sessenta e seis, em que com admirável resolução mandou executar a Ley da policia e prohibir os Citios volantes, e a Ordem para que os moradores se ajuntem em Povoações civis de cincoenta vizinhos para cima; cuja orden de S. Mag.^e que Deos Guarde me deixa cheyo de gloria e contentamento: porem como a consistência e eficácia da mesma ordem pende da emenda e methodo da lavoura, sem a qual não será possível deter os homens e executar-se bem este remédio [...].¹⁴⁶

A dimensão desse problema foi cuidadosamente detalhada pelo Morgado de Mateus nos seus relatos, que permitem ver com clareza o quanto era importante a integração territorial, sobretudo entre as 38 freguesias, que distantes umas das outras impossibilitavam que muitos de seus habitantes vivessem de acordo com a civilidade. De fato, a distância elevada dificultava uma vivência em sociedade, porém é exagerado por parte do governador o relato sobre a desconfiança dos paulistas dispersos:

[...] das distancias em que vivem; até a mesma desobriga da Quaresma cuido que não cumprem muitos, e os rapazes baptizão-se adultos, tudo pela impossibilidade das distancias em que vivem, e estas ocasionadas de procurarem de comer atraz do mato virgem, mudando e estabelecendo o seu domicilio por onde o há. Este costume de viverem dispersos, metidos pelas rossas, tem feito habito de sorte que só fazem gosto da solidão e para ella fogem. Se alguém lhe foge, ou fica tão assustado, e preocupado, que nem o chapeo lhe tira, e se lhe dizem a mínima palavra desconfia, e mata logo.¹⁴⁷

Não era apenas disso, definitivamente, que se tratava a abordagem do Morgado de Mateus, afinal, os usos e costumes locais evidenciavam na maior parte da população uma “terrível” tradição, a de plantar em suas roças para comer. A disponibilidade de terra era vasta, mas a mão de obra era apenas a familiar, e as técnicas agrícolas iam mudando constantemente, acompanhando-os mata adentro para garantir as futuras produções de suas lavouras, buscando sempre terra nova.¹⁴⁸

A esse respeito, talvez fosse o governador um dos maiores interessados na análise e no desenvolvimento das técnicas agrícolas paulistas no século XVIII logo nos primeiros dias

¹⁴⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.8.

¹⁴⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.5.

¹⁴⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 72, 1952, p.96.

de sua administração. Nesses relatos é recorrente o pavor do Morgado em relação à maneira como se faziam as plantações – as roças eram pequenas e as técnicas, quase inexistentes, tudo reduzido a constantes derrubadas de árvores, queimadas e baixa produtividade.¹⁴⁹

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, verifica-se que o Morgado pouco citava a presença de grandes latifundiários paulistas, preferindo “estimular” os produtores atrasados a utilizar novas técnicas e a viver em sociedade.¹⁵⁰ Outro negócio pouco comentado era o comércio de bestas e muars¹⁵¹, buscados próximo às fronteiras ao Sul, conhecidas como Viamão, para a comercialização nas Minas, não obstante a importância dessa atividade comercial em benefício da Real Fazenda, uma das principais fontes de renda da região.

O raciocínio do governador induzia a pensar que toda a lavoura mercantil paulista não “bastava”, nem mesmo o comércio de Sorocaba com os animais era suficiente, buscando introduzir novos produtos agrícolas destinados ao mercado externo para a recuperação das “parcas” economias paulistas.¹⁵² E, ao explicar essas preocupações econômicas, o Morgado parecia estarecido com o modo de vida extremamente pobre dos caiçaras no litoral, que viviam da pesca, ocasionalmente extraíam madeiras e alimentavam-se de farinha. Por isso o governador e capitão-general procuraria incentivar a produção da cana-de-açúcar, algodão e a pecuária, principalmente nas modestas vilas situadas no interior, buscando remediar a pobreza desses moradores.

O verdadeiro motivo da pobreza, segundo o discurso do Morgado de Mateus, seria o menosprezo pelo trabalho, pois São Paulo não tinha “povo”, quer dizer, uma sociedade integrada aos desígnios da Coroa Portuguesa, excetuando-se os nobres, filhos do reino, comerciantes e outros oficiais mecânicos. A grande maioria era uma “classe” marginalizada fluida na sociedade colonial, vadios, pobres, indígenas aculturados que repugnavam o trabalho, pois o viam como atividade indigna realizada pelos escravos negros.

¹⁴⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 73, 1952, p.94.

¹⁵⁰ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.11.

¹⁵¹ ELLIS JÚNIOR, Alfredo. O ciclo do muar. **Revista de História**. São Paulo, v. 1, nº. 1, 1950, p.73-81.

¹⁵² Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 34, 1901, p.374. As baixas arrecadações entre 1764-1765 pelas câmaras municipais são apontadas como fontes relevantes para endossar a ideia de pobreza, mas é notória a existência do descaminho e não pagamentos pelos moradores dispersos. O senado de São Paulo arrecadou 666\$511, gastou 681\$685, tendo déficit de 15\$174. Paranaguá arrecadou 450\$570 e gastou 487\$312, déficit 36\$742. Santos arrecadou 311\$966 e gastou 342\$030, tendo déficit de 30\$064. Guaratinguetá arrecadou 163\$046 e gastou 181\$070, déficit 18\$024. Itu arrecadou 154\$760 e gastou 130\$363, superávit de 24\$397. Sorocaba arrecadou 146\$130 e gastou 117\$934, superávit 28\$196. Mogi das Cruzes arrecadou 137\$683 e gastou 129\$902, superávit 7\$781. Taubaté arrecadou 137\$602 e gastou 123\$964, superávit 13\$098. Sebastião arrecadou 130\$153 e gastou 164\$010, déficit 33\$857.

Já não eram escassos os braços negros na capitania paulista, “mulatos” e negros ocupavam postos destinados à agricultura mercantil e pouco a pouco exerciam outros ofícios e misteres. Mas, segundo a administração, eram insuficientes para suprir a mão de obra necessária, que deveria ser complementada pelos homens livres pobres e pelos indígenas residentes nos aldeamentos, demandados não só para o trabalho, mas também para o militarismo crescente.

Essa imagem de crise econômica era exaustivamente lembrada pelo governador, apresentando as ínfimas arrecadações das câmaras por toda a capitania.

[...] Juiz, Vereadores, e Officiaes da Camara da Cidade de São Paulo. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Havendo a Omnipotencia Divina avizando a estes Reynos em dia primeiro de Novembro próximo pretérito com hum terremoto tão funesto, que em cinco minutos de tempo arruinou os Templos, os Palacios, os Tribunais, e as Alfandegas com as mercadorias que nelas se achavão para pagar os direitos, e a mayor parte dos edificios particulares de Lisboa, sepultando estes estragos, e consumindo de incêndios que seguirão hum grande numero de pessoas de todos os estados; me pareceo participar-vos logo este infausto sucesso por confiar na bondade e honrados propensões dos meus fieis vassalos dessa Cidade (São Paulo), e sua comarca [...] que todas as partes do corpo politico tem sempre com a sua cabeça, e pelos seus interesses que se lhe seguirão de ser prontamente re-edificada a Capital destes Reynos, e seus Dominios, me hão de servir nesta urgente ocasião com todo lhe for possível [...] ¹⁵³

Sabe-se que essa imagem da pobreza é arraigada, sendo necessário, em certa medida, relativizar ao interpretar o discurso do governador. Na verdade, ele cumpre a sua função retórica, discursiva. Nem mesmo el-Rey acreditava que a pobreza de São Paulo fosse extrema, recorrendo a uma série de representações aos governadores solicitando o recolhimento de novos impostos. Nesse estabelecimento de novos impostos, apresentava todas as principais atividades e econômicas e comerciais da capitania de São Paulo. Assim, para a venda de cavalos de fora da comarca (Rio Grande de S. Pedro do Sul) seriam pagos 200 réis; a venda de mulas, 300 réis; o gado de fora, ao ser comercializado na comarca, 100 réis; cada fardo que viesse para a cidade ou dela passasse, 100 réis; quaisquer gêneros, 20 réis; cada barril de aguardente, 20 até 40 réis; cada arroba de fumo, 60 réis.¹⁵⁴ Posteriormente à chegada do

¹⁵³ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.47-48.

¹⁵⁴ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.48-54.

Morgado de Mateus, essa cobrança continuou, mas passou a cobrir os soldos dos sargentos-mores e demais membros das tropas.¹⁵⁵

Considerando o pedido do monarca, podemos observar com clareza o delinear de tributações na Capitania de São Paulo, como o imposto dos dez anos destinado à reconstrução de Lisboa após o terremoto, somando-se a outros impostos relevantes para o Real Erário, então conhecidos como “quintos”, “entradas”, “passagens dos rios”, “dízimos”, “ofícios de justiça” e “arrematações de contrato”. Tais tributações também orientavam essa constante fuga dos moradores ao redor das freguesias, pois representava uma forma de não pagarem os tributos exigidos sobretudo pelas câmaras municipais.

Essa noção de capitania empobrecida em todos os sentidos tem sido bastante questionada pela historiografia contemporânea, mas os descaminhos dos tributos são algo extremamente difícil de analisar, representando um obstáculo para a execução das orientações pombalinas e de outros projetos do governador. Recorrentemente o próprio governador era o responsável pela “estagnação” da capitania, pois solicitava aos moradores que doassem suas criações e produções agrícolas para os militares ou para as expedições distantes.

Continuando a análise do breve retrospecto da correspondência do governador, verifica-se que, assim como ele delimitou, parecia ser impossível contar com grande número de habitantes nas povoações e vilas. Todavia, é necessário lembrar que a cidade de São Paulo atraiu inúmeros colonos portugueses vindos das Minas e de outras capitanias, contestando a visão de que outras regiões ofereciam melhores perspectivas¹⁵⁶.

Contudo, talvez o aspecto mais interessante da interpretação do governador D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão seja o seu pessimismo e, ao mesmo tempo, a esperança no reerguimento da capitania, é nesse sentido que deve ser interpretado. Ao subir a serra já havia completado um ano de governo, chegando a São Paulo em 1766. Também nesse sentido devemos entender as finalidades do seu discurso a respeito da escassez da população, pois mesmo esse fator sendo aferido, ele não deixou de aplicar a política de alistamento militar obrigatório, considerada arbitrária, à qual ele próprio daria prosseguimento ainda mais rigoroso. Logo no início da sua administração, ordenou ao comandante militar da Praça de Santos a instauração de quatro companhias de aventureiros paulistas, totalizando por volta de

¹⁵⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **A autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1675-1775)**. Alameda: São Paulo, 2 ed. 2007, p.173-200.

¹⁵⁶ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **"A teia Mercantil."** Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda (2010). p.55-76.

200 homens, que a mando do governador haviam sido enviados para a região da Viamão, já em setembro de 1765.

Todas as determinações régias estavam concentradas nas tensões e conflitos da zona fronteira do Sul. A capitania de São Paulo foi continuamente responsável pelo envio de homens válidos, a ponto de reviver a tradição do “medo” em relação aos alistamentos militares. O alistamento era odiado pelo temor de ter de se fardar e se armar às próprias custas, não receber os pagamentos regularmente e, o pior, abandonar as suas roças de “subsistência” deixando sua família à espera.

Toda essa mobilização ocorreu nos primeiros anos do governo do Morgado. Além da instauração de tropas no litoral e no Vale do Paraíba, o Morgado de Mateus alistou contingente para as 12 companhias de cavalaria e infantaria destinadas à cidade de São Paulo e às vilas serra acima, totalizando 975 praças. Com o início do alistamento para o serviço militar intenso, muitos homens habilitados a viver nas povoações, fazendas e a exercer ofícios trataram de se refugiar nas matas ou fugir para outras regiões.

Levando em conta esses anseios do Morgado e a obrigatoriedade do serviço militar, pode-se inferir a contribuição do conflito no eixo sul para a diminuição da mão de obra paulista disponível. Por sua vez, o movimento de repulsa ao recrutamento militar só iria se agravar, e a estratégia adotada era a larga dispersão dos moradores, buscando regiões distantes para habitar em sítios volantes e incultos, onde não lhes restaria outro caminho senão cuidar de sua família e sua sobrevivência. Por esse motivo o censo realizado na cidade de São Paulo em 1769 não indicava a presença de muitos homens adultos, somente 649 indivíduos, enquanto 867 eram mulheres.¹⁵⁷

Mas o grande problema percebido na aproximação do governador “ilustrado” da realidade da capitania de São Paulo envolvia a pouca disposição dos seus habitantes brancos para o trabalho em geral, ainda intensificada para o trabalho agrícola. Sendo fato que a questão do trabalho perpassava por uma concepção nova e radical vinda do Reino, consolidada através das leis de controle e perseguição aos vadios, passando assim a ser malvisto em todo o Brasil Colônia.

Já que entramos na questão do trabalho no contexto colonial, talvez seja útil um breve relato sobre essas categorias tão importantes para a colonização portuguesa. Na época, os ofícios mais citados pelas atas da câmara eram os “mecânicos”, carpinteiros, ferreiros,

¹⁵⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.285.

pedreiros, alfaiates, seleiros e outros – equivalentes à camada intermediária. O trabalho era fiscalizado e seus preços, determinados pelos vereadores, sendo recorrentemente atribuídas funções a muitos moradores das vilas. De maneira geral, a maioria dos indivíduos trabalhava na lavoura ou na criação, mas geralmente de subsistência e realizada por brancos. Mas o desejo de todos os indivíduos era a obtenção de escravos negros para viver de seus trabalhos.

A indisposição moral e física para o trabalho na agricultura era uma tradição medieval portuguesa, mas talvez tenha sido intensificada nas colônias. Nas origens de São Paulo, o uso de escravos indígenas foi recorrente até 1606, e mesmo com a proibição a atividade agrícola continuou a existir sem essa mão de obra, embora se alegasse que “ficava tudo muito ermo”.

Entretanto, os inúmeros depoimentos do Morgado de Mateus permitem observar que as povoações da capitania em sua visão eram “todas tão pequenas, ainda as de maior nome falta gente e sem nenhum modo de ganhar a vida”, porque sem manufatura, sem comércio, sem vida social, nada mais restava senão “os campos incultos, tudo coberto de mata brava, a lavoura e mau método”. Vivendo dispersos, os habitantes não se beneficiavam do convívio social e menos ainda dos ensinamentos da igreja. Estavam esquecidos os homens das obrigações com que nasceram para com a sociedade, donde a desordem dos costumes, os vícios, “excrementos delitos de que todos os dias se ouvem tristes noticiais”.¹⁵⁸

Nesse ponto, o governador mostrava descaso com a agricultura, que era a principal atividade econômica colonial. Dizia que só se plantava em pequenas áreas, onde se derrubava a mata virgem,

[...] pelo pouco que custa e pela repugnância que tem de se sujeitarem ao maior trabalho de cultivarem os campos. Apenas colhe casa uma para seu sustento próprio, muito pouco sobeja para vender ao publico. Ninguém trata de aproveitar os efeitos do Pais, por cuja causa se acha o Povo reduzido a mais lastimosa pobreza.¹⁵⁹ Documentos interessantes v.23 p. 253

Nessa forma específica de evidenciar a realidade, faz o governador repetidas advertências a respeito, deplorando a pouca disposição dos moradores para o trabalho, as diminutas áreas que cultivavam, com roças de mera subsistência, o costume de queimarem

¹⁵⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.253.

¹⁵⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.253.

sucessivos talhões de mata para a semeadura, o nenhum empenho em melhorar os métodos rotineiros e pouco produtivos de cultivo.

Também os ofícios e trabalhos necessários à população urbana eram todos relegados a escravos, índios e negros, poucos moradores brancos se sujeitavam a executá-los, até porque tais funções os incapacitavam para os cargos de governança da terra, bem como para as demais funções públicas. Uma vez que tais ofícios caberiam a peões e na colônia eram atribuídos aos escravos, tanto quanto os trabalhos da lavoura, relutavam os habitantes em exercitá-los.

Citando os casos da mineração e dos engenhos de açúcar, Morgado de Mateus culpava os negros, dizendo que não produziam o equivalente ao que consumiam, sendo incerto o lucro de seu trabalho. Além disso, impediriam a lavoura, porque, como escravos, desestimulariam os homens livres a recorrer a essa honrada ocupação. Daqui, finalizava o governador, nasceria não só grandíssimo prejuízo da falta de víveres, da carestia e da dificuldade em que se achavam, mas também a miséria enfrentada pelo povo, valendo-se de bichos imundos.

Na mentalidade de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, era indispensável a utilização da mão de obra local, a utilização dos vadios era uma ação imprescindível em todo o Império Português. A Coroa e, principalmente, as câmaras municipais do ultramar utilizavam os escravos, delinquentes, indígenas e os vagabundos para a construção de obras públicas, limpezas, reparos e, sobretudo, para o uso militar. Eles foram majoritariamente relevantes para a árdua reconstrução de Lisboa em 1760 e, no caso colonial, para as atividades que requeriam elevada força ou contingente de empregados.

Ainda no início da administração “pombalina” da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o governo inaugural após a retomada da autonomia político-administrativa, jurava que nestas terras não havia povo:

[...] A ociosidade hé outro mal, e raiz de muita iniquidade Iniquitas Sodomaie - Otium ipsius - Na brevidade de huma carta me não cabe ponderar os inconvenientes deste vício nestas terras; V. Ex.^a os compreende, e por isso tocarei brevemente os principaes abusos, para que V. Ex.^a com a sua clara inteligência lhe vá applicando outros remédios além daqueles que eu ainda não alcanço.

Nestas terras não há povo, e por isso não há quem sirva ao estado: excepto muito poucos mulatos que uzão seus officios, todo os mais não são Senhores, ou escravos que servem aquelles Snrs : Estes são

obrigados a terem escravos de todos os officios, nenhum he perfeito [...].¹⁶⁰

Além disso, ao longo dessa correspondência remetida para o Marques de Pombal, verifica-se o impacto do escravismo na sociedade colonial, que, à medida que outros filhos do Reino iam chegando, ficava cada vez mais tentada a obter escravos, pois representava uma distinção local.

[...], algum official que vem do Reyno, passado pouco tempo logo se mete a Senhor; compra escravos, ensina-os, e passa-lhes o offcio, fica recolhendo os jornaes; este sobem a preços altos, e ninguém pode fazer obras; elles não tem que fazer, e está a cidade por edificaes. Tão bem não havia outra graduação até o tempo que se levantarão as tropas senção a de branco, mulato, e negro: porque dentro destas três diferenças ninguém se reconhecia: nenhum livre do Reyno, em cá chegando, logo se desprezão dos seus amos: as mulheres não tem occupação alguma, nem que ganhem a vida, poucas costurão ou fião; excepto algumas mulatas, huma camisa manda de fora.¹⁶¹

Morgado de Mateus foi, possivelmente, o primeiro observador desses costumes a realizar essa denúncia, que influenciaria a gênese do discurso decadentista. Talvez somente por essas observações os historiadores “clássicos” apresentavam uma capitania muito pobre. Todavia, a adversidade descrita pelo governador e que o deixava tão desconfiado era em relação às camadas populares. Estas despertaram o interesse do Morgado, que considerava os homens brancos livres ociosos por conta da sua simplicidade e do desejo de obter escravos – todos queriam ser senhores. Seria esse o ponto exato da terra “sem povo”, um local sem súditos respeitosos, portanto, com vassallos indisciplinados.

Sintomaticamente, D. Luís Antônio buscava desterrar os vícios locais, pois contaminavam até os vassallos do reino que se mudavam para São Paulo, os quais não vinham dispostos a reconhecer e respeitar as autoridades locais, lidando também com esse outro problema:

[...] Os filhos do Reyno, que passam a esta terras, e não vem dirigidos a quem os governe, ou não acertão em caza donde aturem, poucos se aproveitão, a mayor parte deles vem rapazes, e mal criados, dão nesta largueza sem sogeição alguma, enchem-se de vícios pela facilidade do

¹⁶⁰ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.378.

¹⁶¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.378-379.

Paiz, e ficção volantes, vão passando de Capitania em Capitania, enchem as Minas de vadios, e a metade deles (que hé o mayor inconveniente) depois de vagarem pelos nossos domínios, vão para os de castella, e daqui nasce que, sobre sermos poucos, estão as fronteiras de Castella mais povoadas de Portuguezes.

S. Mag^e tem passado ordens apertadas para não passarem sem Provisão suas mulheres ao Reyno, em ordem a aumentar a propagação: nada se consegue, os homens vão varando, ellas ficão solteiras as milhares: o inconveniente está em dous pontos, e são a vadiação dos homens, e a dificuldade dos cazamentos; os homens vivem a vencer as dificuldades dos papeis [...].¹⁶²

Daí a aflição do governador para dar uma serventia a esses vadios, alheios à vida em sociedade, criminosos ou acometidos pela preguiça; homens sem serventia deveriam ser convertidos em vassalos fiéis, instruídos pela fé e submissos às leis do Reino.

A geração seguinte à do Morgado daria uma atenção ainda maior aos vadios, devido à veemência e ao desespero do governador investido em oposição a esse grupo. Em face da desorganização da capitania, o governador procurou o auxílio da câmara:

[...] mandaram elles ditos vereadores se registrassem no livro das ordens reaes, assim mais na mesma verença se receberam duas cartas do illustrissimo e excellentissimo senhor governador e capitão general acerca dos homens vadios que vivem nesta cidade e seu distrito sem officios, e de más artes, e outra carta acerca dos índios das aldeias desta capitania, para mandar recolher todos os índios que estiverem por esta vidade ás suas respectivas aldeias, e para proceder na nomeação de três sujeitos capazes para um deles escolher elle dito senhor general para diretor dos ditos índios, cujas cartas as mandaram os ditos officiais da Camara a mim escrivão registassem no livro de registro e ordens reaes [...].¹⁶³

A percepção das autoridades da câmara, de certo modo, coadunava com a do governador em relação à vadiagem, então apresentaram as providências a serem tomadas, salientando:

Um dos princípios por que em todos os séculos se têm visto descahir as maiores republicas é por deixarem introduzir nos seus povos o desprezo das leis e a ociosidade: esta uma das razões por que vemos a pobreza desta America sendo um paiz que pela sua fertilidade, e riqueza devia ser um dos mais opulentos do mundo: razão por que em

¹⁶² Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.379-380.

¹⁶³ Actas da Câmara de São Paulo - v. 15, p.95-96.

observância da carta do illustrissimo e excellentissimo senhor governador e capitão general desta capitania do primeiro do presente mez e anno (1765) em que ordena que nos nossos districtos, façamos acto exame de viver de cada família, e achando nós homens e outras pessoas vadias que não são uteis a republica os obriguemos a que tomem officios: ou alías se sujeitarem a plantar roças, e viverem em terras aonde passam ser corrigidos pela justiça secular, e ecclesiastica, e trabalharem em occupaões uteis á mesma republica, evitando por este modo a grande ociosidade que se tem introduzido nesta cidade e seus districtos, e por isso ordenamos a todas as pessoas desta cidade e seus districtos que em suas casas tiverem pessoas vadias, sem sujeição de quererem trabalhar para elles mesmos, ou tiverem noticia de algum qualquer e, outra parte: nos farão saber dentro de trinta dias para provermos na forma que nos ordena o illustrissimo e excellentissimo senhor general desta capitania dando-nos a saber em papel com seus nomes vidas costumes: e para que chegue a noticia de todos mandamos lavrar o presente edital que se publicara nesta cidade [...].¹⁶⁴

A principal singularidade do Morgado de Mateus em relação a outros cronistas vinculados ao discurso decadentista é que ele não falava apenas sobre a pobreza paulista, apresentava também seus motivos recorrendo aos vadios da “terra”. Entendia que sem o empenho destes em nada iria se alterar o destino nada animador da capitania.

Nesse sentido, na capitania paulista existia uma população a ser colonizada, educada, submetida, de modo a deixar o vício do nomadismo, sobretudo os indígenas e mamelucos que estavam fora das aldeias, fator esse agravado pela expulsão dos inacianos. Índios e vadios deveriam ser controlados pela Coroa, que necessitava aumentar seus subordinados, seus trabalhadores e até mesmo a arrecadação de impostos. Consequentemente, os colonos também poderiam recorrer a esse contingente de mão de obra nas suas terras¹⁶⁵.

[...] ficando desta sorte oculto o que manda, e fugindo o q'executa, pela facilidade com que se paixão pelos matos a outras terras, e com que ficão no mesmo matto vivendo pelas roças e pelos chamados Citios, de que há grande quantidade sem se saber nunca, nem se pode averiguar adonte parão estes delinquentes, para poderem ser castigados como merecem os seus delitos.

Dezejando do modo possível cohibir tão escandalosos excessos, tão contrários as Leys de Sua Magestade, e a segurança das pessoas, e a tranquillidade dos fieis Vassallos do dito Snr'detreminey que nesta Capitania se pozese em pratica da Policia (Lei de Polícia) de 25 de

¹⁶⁴ Actas da Câmara de São Paulo - v. 11, p.171-172.

¹⁶⁵ MONTEIRO, John Manuel. Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. **História da Cidade de São Paulo**. São Paulo, n. 1, 2004, p.21-67.

Junho de 1760 [...]. produziria hum bom efeito, pela boa formalidade com que se acautellão os accidentes futuros.¹⁶⁶

Nota-se a peculiaridade da administração do Morgado de Mateus ao constituir um bando para observar a Lei de Polícia de 1760, com os olhos voltados para o controle e a repressão dos vadios em toda a capitania, embora a legislação não previsse as condições locais, pois havia sido elaborada em Lisboa, em um espaço urbano e principiante que não contava com polícia (algo que ainda não existia na colônia).

[...] considerando o grande numero de vadios e vagabundos que por toda a parte dos domínios dessa America anda grassando e cometendo horroroso insultos sem temor de Deus, nem das Justiças de Sua Magestade; e transportando-se de huas Capitánias para outras, para nam poderem ser presos ou vivendo nos matos sem domicilio certo ou em citios volantes, onde a maneira de membros poderes ou paralíticos do corpo humano, não são uteis para o bem comum nem para si tomando este negocio na sua Real considerassam foi servido mandar observar em todos os domínios, as Leis da Policia de Vinte Cinco de Junho de Mil Setecentos e Secenta, expedindo-me a este respeito a Carta Régia cujo theor hé o seguinte

\$ Dom Luiz Antonio de Souza, Governador e Capitam General da Capitania de Sam Paulo, Amigo Eu El Rey, vos envio muito Saudar: Sendo-me prezente em muitas e muito repetidas queixas, e cruéis,e atrozes insultos, que nos certos dessa Capitania tem cometido os vadios e facinorosos que nelles vivem como féras, separadas da sociedade civil e Comercio Humano, sou servidor ordenar que todos os homens que nos ditos certos se acharem vagabundos ou citios volantes, sejam logo obrigados a escolherem lugares acomodados, para viverem juntos em povoasoes civis pelo menos tenham de cincoenta fogos para cima com Juiz Ordinario, Vereadores, Procurador do Conselho, rpartindo-se entre elles com justa proporção as terras adjacentes [...].¹⁶⁷

Nessa direção, a Lei de Polícia deveria combater os vadios e vagabundos que infestavam a América portuguesa. Como estavam habituados à mobilidade de uma capitania para outra sem sofrer penas, esses sujeitos, segundo o governador, se valiam disso para praticar inúmeros delitos, pois não se inclinavam ante as autoridades, recorrendo aos matos sem um domicílio conhecido, incitando a parte sã da sociedade a fazer o mesmo. Excetuava-se da percepção de vadio apenas a importante mobilidade dos comerciantes e dos conquistadores.

¹⁶⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 72, 1952, p.95.

¹⁶⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 65, p.113-114.

Exceptuando-se, com tudo, primeiramente os roceiros que com criados escravos, e Fabrica de Lavoura, vivem nas suas Fazendas sujeitos a serem infestados daqueles infames e perniciosos vadios: em segundo lugar os rancheiros estabelecidos com os seus Ranchos, para a Hospitalidade, e comodidade dos viajantes, em benefício do comercio do comercio e da comunicasam das Gentes; em terceiro lugar as Bandeiras ou Tropas que em corpo e sociedade útil e louvável, vam aos certos congregadas em boa uniam, para neles fazerem novos descobrimentos; sou servido outrossim que os mesmos roceiros, Rancheiros e Tropas de Banderias tenham toda a necessaria autoridade para prenderem e Remeterem ás cadeas publicas das Comarcas mais vezinhos todos os homes, que acharem disperosos, ou seja nos ditos Sítios Volantes sem estabelecimento permanente e solido, ou seja nos caminhos e matos, remetentendo, com elles autoados [...].¹⁶⁸

Como podemos ver, em toda a sua administração orientava “que os vadios dispersos em sítios volantes” deveriam incorporar-se a povoações civis, bem como obter os sacramentos e estar disponíveis para os desígnios da Coroa Portuguesa.¹⁶⁹ Além disso, muitas ações em sua administração deveriam contar com a boa vontade dos paulistas, os quais exaltava, pois seriam “capazes sofrer os mais intoleráveis trabalhos”, mas ao mesmo tempo o mal da preguiça inviabilizava tal potencial.¹⁷⁰ Dependia deles até mesmo o policiamento de vadios e vagabundos, que deveriam ser presos ou virar mão de obra.

O Morgado de Mateus, convencido da importância do uso dos vadios, encontrava medidas para convencê-los a trabalhar regularmente, perdoando certos crimes e até dívidas de ociosos que se dispusessem a participar de povoamentos ou excursões para os sertões. D. Luís Antônio conceituava vagabundos, vadios e dispersos como semelhantes.

O último capítulo será dedicado ao uso dos vadios, pois o governador se utilizava do trabalho desses sujeitos como corretivo comportamental e como forma de integrá-los à vida em sociedade, sobretudo no uso militar, em povoamentos, na construção de novas vilas e no conserto de caminhos.

¹⁶⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 65, p.113-114.

¹⁶⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.400.

¹⁷⁰ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 73, 1952, p.66.

CAPÍTULO III – DO CONTINGENTE DO IGUATEMI PARA AS FUTURAS POVOAÇÕES

3.1 A FUNDAÇÃO DA PRAÇA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES E SÃO FRANCISCO DE PAULA DE IGUATEMI: O PURGATÓRIO DOS VADIOS

A América portuguesa estava ameaçada, em outubro de 1762, pela invasão castelhana, e as usurpações territoriais apresentavam claros sinais de represália ao envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos. Nesse conflito, a Coroa Portuguesa refutou a aliança com a França e a Espanha e acabou lutando ao lado da Inglaterra.¹⁷¹ Mesmo com o fim do conflito e o armistício de Paris, em 1763, os territórios da América portuguesa meridional não haviam sido restituídos aos espanhóis, o que indicava a iminência de uma guerra.¹⁷² Embora o governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, houvesse, ao contrário da expectativa, devolvido a Colônia do Sacramento, recusava-se a devolver os territórios do Rio Grande de São Pedro.¹⁷³

A restauração da Capitania de São Paulo, em 1765, foi uma medida portuguesa para restabelecer o controle territorial da parte meridional, visando conter os avanços espanhóis. Mesmo negociando diplomaticamente com a Coroa espanhola a devolução dos territórios do Rio Grande de São Pedro e das Ilhas de Martim Garcia, os portugueses temiam a ocorrência de novos avanços até as Minas. O Rio Grande de São Pedro era tido pelos castelhanos como uma barreira da qual os portugueses não poderiam passar. Já pelo lado lusitano, era um espaço essencial para expandir o domínio até o Rio da Prata.¹⁷⁴

Ao chegar a São Paulo, Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão encontrou as condições locais e os seus habitantes, ambos deveriam auxiliá-lo na implementação de suas determinações, recebidas através de carta de instrução. Essa carta havia sido elaborada no dia 26 de janeiro de 1765, pelo Conde de Oeiras, encarregando-o do restabelecimento dos corpos

¹⁷¹ LEONZO, Nanci. **As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 1975, p.28.

¹⁷² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, p.105.

¹⁷³ “Ofício do Governador Interino do Rio de Janeiro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier Mendonça Furtado”. Rio de Janeiro, 30/01/1763. Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa, Cx. 72, Documento 12.

¹⁷⁴ TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p.202.

de milícia na capitania de São Paulo. Apresentava como prioridade de seu primeiro ato convicções que em parte nunca deixaram de orientá-lo até o último ano de sua administração, em 1775.¹⁷⁵

Apoderando-se da Colônia do Sacramento, em 30 de outubro de 1762, D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, alcançou posses em territórios da América portuguesa, até a anexação do Rio Grande de São Pedro, em 12 de maio de 1763. A capitania de São Paulo deveria fornecer tropas e mantimentos necessários para a reconquista dessa área. Com isso se deu a restauração da capitania de São Paulo, sendo administrada por um militar de alta patente, o experiente em guerras Morgado de Mateus.¹⁷⁶

As diretrizes “pombalinas” enfatizavam a necessidade de garantir a defesa da fronteira sul e desenvolver a economia, devendo-se estimular a variação na produção agrícola e viabilizar o “gerenciamento”, como no caso do recenseamento – instrumento valioso para apresentar o número de habitantes das capitanias e sua qualidade (livres ou escravos) –, possibilitando o planejamento das futuras medidas a serem realizadas.¹⁷⁷

Ao ser nomeado governador da restaurada capitania de São Paulo, o Capitão-General D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão deveria zelar pela sua defesa¹⁷⁸, contendo os avanços por parte dos espanhóis na América meridional, e ainda reconstruir a administração e a economia da capitania, a qual, segundo o próprio Morgado de Mateus, encontrava-se em declínio pelo descaso dos naturais. Mas, na realidade, procurava dar vulto às dificuldades na criação de novas tropas e justificar as altas despesas para enviá-las a regiões distantes.¹⁷⁹

Essa defesa da parte meridional deveria ser delegada aos naturais da terra – quais sejam, os paulistas aptos à vida militar –, devido à inexistência de fundo da provedoria paulista para criar e fundar novos corpos de tropas regulares. Seu plano apresentava o processo de militarização, visível nas tentativas de criar e organizar tropas de ordenanças.¹⁸⁰

¹⁷⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007. A historiadora elenca todas as recomendações recebidas pelo Morgado de Mateus, mas evidencia o sentido militar. (p.58-73)

¹⁷⁶ Ibidem, p.71.

¹⁷⁷ TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

¹⁷⁸ BELLOTTO, op. cit., p.52.

¹⁷⁹ As instruções advertindo sobre os poucos recursos da provedoria de São Paulo apresentavam a necessidade do uso dos paulistas “voluntários”, assim como dos indígenas para povoar e combater no interior e, principalmente, nas fronteiras com a Espanha. Ibidem, p.62.

¹⁸⁰ As instruções sobre a questão da defesa traziam ordens severas, às quais se juntava o temor da invasão espanhola no Rio Grande de São Pedro. Embora o governador e capitão-general acompanhasse os conselhos do

Assim, o Morgado de Mateus escreve para o Conde de Oeiras pretendendo construir na América meridional uma barreira defensiva e até mesmo outra ofensiva: no caso do empreendimento do Iguatemi, projeto cuja construção e manutenção contavam inicialmente com o apoio da Coroa. O objetivo do governo era desviar o foco das tensões com os espanhóis do Sul para o Oeste, mas caiu em descrédito com a hostilidade espanhola partindo pelo sul.¹⁸¹

A apropriação da fronteira com o Paraguai vizinha da Capitania do Mato Grosso era uma interpretação pessoal do governador e capitão-general D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, pois apresentava a melhor defesa em caso de uma possível ofensiva espanhola. Em uma área de posse incerta e pouco habitada, era próxima dos rios e caminhos percorridos pelos antigos paulistas.¹⁸²

É sabida a importância dessa região, sobretudo para a vila paulista de Porto Feliz, um entreposto comercial com as vilas do Mato Grosso, em especial a vila de Cuiabá, era uma área bem conhecida dos paulistas devido às constantes penetrações via os rios Tietê e Paraná.¹⁸³ Todos os esforços do governador nessa região não contariam com resistências do governador do Mato Grosso, como enfrentava na região sul, viabilizando novos domínios, povoamentos e possível alargamento nos territórios da América portuguesa.

Em correspondência endereçada ao Conde de Oeiras no segundo ano de sua administração, o Morgado de Mateus alegou a ocupação das fronteiras no extremo oeste, vizinho com a América espanhola, porém foi repreendido pelo Conde e advertido em relação à necessidade de colaborar para a defesa e as povoações já existentes na direção do Rio Grande de São Pedro. Porém, foi deferido o seu pedido, e logo em seguida ele iniciou os preparativos para as primeiras excursões para a região. Tal área já havia sido descrita pelos bandeirantes e monçoeiros desde o século XVII, mas frequentemente causava conflitos entre os paulistas e os castelhanos.¹⁸⁴

ministro Conde de Oeiras e do Vice-Rei Conde de Bobadella, era necessário elaborar seus próprios planos e medidas para reestruturar a defesa do eixo-sul.

¹⁸¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O presídio do Iguatemi: função e circunstâncias (1767-1777). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 21, 1979, p.33. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.25.

¹⁸² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.89-172.

¹⁸³ Idem. **Monções e capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁸⁴ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 14, 1895, p.69-72.

Faz-se-me preciso recomendar a vm toda brevidade na expedição do França¹⁸⁵, em que não deve haver perda de tempo na Sua partida, por assim ser conveniente, e a mesma brevidade praticará vm na outra que lhe vai recomendada pelo ajudante de Salla, a que tudo vm fará dar a devida execução Com aquella eficácia, que espero da Sua honra, e atividade e do conhecido Zelo, Com que Se emprega no serviço de Sua Magestade Com a mesma brevidade me dará vm. Conta do que tiver executando a este respeito e do mais que lhe conceder para o bom êxito desta diligência. Dz g.^e a vm. S. Paulo de Julho de 1766.¹⁸⁶

A necessidade de dissimular o projeto era clara nas instruções do Morgado de Mateus referentes ao Iguatemi. Obrigou o capitão-mor de Itu, conhecido Salvador Jorge Velho¹⁸⁷, a manter cautela e segredo, não deveria divulgar os objetivos nem para os demais membros da expedição.

Veio o que vm me dis Sobre terem chegado noticias certas dos homens, que vm fez entrar no matto, e como se achão já tão perto de vm, por justos motivos me ocorrem se for preciso, que vm com maior cautela, e Segredo os faça suspender o sítio, em que me dis estão athe chegar Segundo avizo qur fico dispondo para o que vm deve practicar, e Seguir, e no entanto ponha vm toda a observância para que se não devulge a pessoa algua o terem chegado, nem quem são, ou parte de vereda que tomarão [...] Dz g.^e a vm. S. Paulo 6 de Novembro de 1766.

A organização do projeto do Iguatemi obrigou o governador e capitão-general a solicitar auxílio ao capitão-mor Salvador Jorge Velho, porém a missão de fazer o projeto sair do papel ficou a cargo de João Martins de Barros. Natural de Itu, contava com a admiração do Morgado de Mateus, expressa na sua correspondência:

Da honra, e capacidade de vm fio tanto que com toda a certeza espero o bom êxito na expedição a que vm, vay para o fim da grande, e útil projecto que não ignora; e como do Seu prudente juízo e boa direcção

¹⁸⁵ Antônio de França saiu da cidade São Paulo em novembro de 1766, atendendo às solicitações do Morgado de Mateus, para auxiliar Salvador Jorge Velho e João Martins de Barros na fundação da colônia do Iguatemi. Segundo Heloisa Liberalli Bellotto, essas autoridades supracitadas conheciam o projeto, mas em caso de indagações por parte dos naturais ou dos espanhóis deveriam mentir, apontando que estavam indo em direção aos sertões do Ivaí. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O presídio do Iguatemi: função e circunstâncias (1767-1777). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 21, 1979.

¹⁸⁶ Correspondência para o capitão-mor de Itu, Salvador Jorge Velho. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.4-5.

¹⁸⁷ O capitão-mor era bisneto do famoso bandeirante Domingo Jorge Velho, reconhecido pelo valioso serviço prestado à Coroa Portuguesa na destruição do Quilombo dos Palmares. Então prestando a função de viabilizar o projeto do Iguatemi.

Se deve esperar todo o acerto, Sou a dizer a vm. Que he chegado o tempo da execução projectada com o pretexto da expedição do Iway, e descobrimentos daquelas campanhas em que espero vm fassa tam relevantes serviços, que sirvão de exemplo aos naturaes, de obrigação para mim e de objeto de Regia grandeza para premialos. Para isto Se fazer em tempo hábil Se faz precisa a mayor brevidade nesta expedição, que há de sermayor do que tínhamos praticado, e Logo hua atraz da putra, e outra, para o que he necessária a mayor força e cuidado na prontidão das Canoas, e mantimentos na forma que ordeno ao Capitão Mor, e lhe mando conferir com vm. Para que haja toda a advertência do preciso porque para tudo já temos dinheiro, tenha vm. Muito cuidado, em que Se me não falte aos homens que sabe com preciso Sustento, e ao prncipal fará vm. Hum recado da minha parte, e que esta semana lhe mando roupa para se vestirem; porque tudo vm. Obre com aquelle Segredo que se requer, e de que o faço responsável. Tenha vm. Saúde muito perfeita, e deme occaziões, em que passa mostrar a grande vontade que tenho de dar gosto a sua pessoa, que Dz g.^e S. Paulo 10 de Novembro de 1766.¹⁸⁸

Sem fundos para a fundação do Iguatemi, visava os recursos da vila de Itu . Em inúmeras solicitações feitas pelo Morgado de Mateus ao capitão-mor Salvador Jorge Velho, exigia mantimentos, pessoas e canos.¹⁸⁹ Ao constituir as primeiras expedições no ano de 1766, era recorrente o auxílio de espanhóis foragidos do Paraguai e encontrados por Antônio França Silva – os uniformes pareciam destinados a eles.¹⁹⁰

Do ponto de vista de João Martins Barros, nas correspondências enviadas ao governador havia na autoridade de Itu uma tremenda má vontade na época, ou uma espécie de dificuldade do capitão-mor, denunciando a não colaboração adequada. Esse cenário acarretaria complicações às instalações, devido à inconstância no envio de mantimentos e outros gêneros, levando o próprio governador a escrever para Salvador Jorge Velho exigindo:

Vejo o que me dis Sobre a falta de mantimentos que he preciso cuidar muito, por q'he necessário muita quantidade e como não será fácil Suprir toda de milho. Se pode também mandar fazer além dos mil e cem alqueires, q'já me aviza estão repartidas algua mandiocas p.^a a primeira Sahida, visto não termos remédio. Eu também mandei ordem para Sorocaba. Como vm Saber, e até agora me não veyo resposta: mande vm. Lá Saber o que nisso há. Tambem mando agora ordem

¹⁸⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.6.

¹⁸⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.4. São exaustivas as solicitações realizadas ao capitão-mor Salvador Jorge Velho.

¹⁹⁰ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.6-7. As obsessões do governador Morgado de Mateus em relação ao Iguatemi iriam causar futuros desentendimentos entre ele e o capitão-mor Salvador Jorge Velho, devido às elevadas atribuições à vila ituana. Para o capitão-mor deveria fornecer farinhas, feijão, capados e cachaça.

para o mesmo efeito, para Parnahyba, porem com tudo não Sésse vm. De continuar na segurança de todos os mantimentos, q´Se fazem precisos, e sendo necessário dinheiro, me faça avizo para o remeter. Em quanto aos Cuyabanos, Como lhe não faz prejuízo o esperem mais algum tempo, poderão esperar pelo novo mantimento. Vay ordem para apertar gente, que vm. Mostrará João Miz, lhe dará recomendações minhas, e com elle consistira o que Se há de fazer para a escolha da gente que Sempre deve ser a Satisfação dele e q´em primeiro Lugar vão com elle de boa vontade: em ultimo cazo obrarão tudo o que lhe ordeno na Carta de Ordens, recomendo-lhes porem não violentem os cazado, q´forem bem procedidos e q´cuidão nas Suas Vidas, nem também os filhospesoa de bem q´não forem acostumados aquelle exercício: com todos os mais não haja excepção de pessoa assim no Ordenança como nas Tropas [...] Dz g.^e vm. S. Paulo 12 de Novembro de 1766.¹⁹¹

Todos os homens válidos, portanto, os homens pobres e sobretudo os vadios, deveriam integrar a primeira excursão, em um primeiro momento buscando “voluntários”¹⁹², mas caso necessário deveriam empregar a violência para convencer esses sujeitos, pois muitos espanhóis fugitivos já haviam desertado antes mesmo do ingresso na nova colônia. Finalmente o governador encontrava um purgatório para despejar os vadios e ociosos, a colônia do Iguatemi. Assim escreveu para o capitão-mor Salvador Velho.

Porquanto Se faz preciso para a extensão dos Domínios de Sua Magestade aumente desta Capitania, e interesse do bem Comum, explorar os Sertões, e campanhas do Ivay, a cuja expedição mando o Guarda Mor João Miz Barros e atendendo a que o dito me representou quer levantar hua bandeira de duzentos homens e lhe Serei dificultoso podelo fazer Sem ordem minha, por Se hacharem os mais capazes de poderem ir embaraçados na Tropa auxiliar. Ordeno a vm que Logo em recebendo esta faça saber a todos os homens do Seu districto da ordenança como dos que estão Soldados nas tropas axiliares, q´todo o que quiser hir para o descoberto, e expedições do Ivay o poderá fazer livremente hindo alistar-se com o dito João Miz Barros, ajustando-se Soldos, com que a Fazenda Realmanda assistir aos q´voluntariamente se forem empregar em tão útil Serviço; e quando absolutamente, esquecidos da honra, Zelo, e fidelidade, com que devem empregarse no real Serviço pertendão dele, por qualquer que seja o motivo, Logo sem excepção de pessoa fará vm. Prender todos os homens Solteiros assim vadios como outros quaesquer que sejam, os fará remeter para esta cidade para se lhe sentar praça na guarnição da marinha, donde caresse de gente: do mesmo modo executará vm esta ordem nos

¹⁹¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.9-10.

¹⁹² MOURA, Américo Brasiliense Antunes de. Governo do Morgado de Mateus no Vice-Reinado do Conde da Cunha. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo, n. 52, 1938, p.55.

cazados, que tiverem pouco domicilio. S. Paulo 12 de Dezembro de 1766.¹⁹³

Acompanhando essa leitura, poderíamos avaliar que o segredo da expedição não iria perdurar, principalmente na vila de Itu, que era fonte de inúmeras remessas de mantimentos, pessoas e canos. Por essa razão, o próprio governador elaborou uma carta falsa para o capitão-mor divulgar pela sua vila e arredores, afirmando que tudo isso era necessário para uma bandeira de João Martins de Barros pelos sertões desconhecidos.

Como se faz preciso penetrar os Sertões do Ivaí para os descobrimentos, e haveres daquelas Campanhas em utilidade do Estado, e do bem comum, e desta diligencia há de hir João Miz de Barros com hua bandeira, ou com as que julgar serem precisas nesta expedição; Ordeno o vm q'logo sem demora cuide em mandar prontificar as Canoas, que se julgar serem precisas, e do mesmo modo os provimentos necessários para o sustento da gente, que há hir, que logo se devem ir aprontando, e lhemandei assistir a Real Fazenda com o necessário; não haja nisto perda de tempo, e me avize vm logo de tudo o qual se fz preciso para remeter. Dz. G.^e a vm. São Paulo 14 de Dezembro de 1766.¹⁹⁴

O pretexto de explorar os sertões do Ivaí, ou melhor, o vale do Rio Ivaí. Nesse aspecto, seguiram o roteiro formulado pelo governador, utilizado como desculpa nas primeiras expedições. Bellotto aponta que, devido a essas dissimulações portuguesas, era impossível dissociar o Sertão do Ivaí, quando na verdade era o Iguatemi.¹⁹⁵

Porém, o segredo do Iguatemi não era um dos maiores problemas. As principais dificuldades eram apresentadas por João Martins de Barros, a primeira seria o baixo número de canoas para o transporte do contingente. Aliás, se o “exclusivo” auxílio ituano era insuficiente, o provimento solicitado à vila de Sorocaba era ignorado.¹⁹⁶

A forma como o governador se desesperava em suas correspondências citando a constante demora, pois não havia partido a primeira expedição, torna-se evidente na carta de 4 de janeiro de 1767. Escrevia exigindo maior empenho do capitão-mor Salvador Jorge Velho

¹⁹³ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.10-11.

¹⁹⁴ Correspondência para o capitão-mor de Itu. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.11-12.

¹⁹⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O presídio do Iguatemi: função e circunstâncias (1767-1777). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 21, 1979, p.36.

¹⁹⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.14.

em fornecer os mantimentos e os meios para ensacá-los, além das reclamações exacerbadas pela ausência de canoas – para prepará-las, as autoridades deveriam utilizar o trabalho de índios, para tanto bastaria obtê-lo. E, por último, sobrava até para seu homem de confiança, João Martins de Barros, porque tanto ele como o capitão-mor não haviam enviado o número de gente que já estava listada.¹⁹⁷

Continuemos acompanhando o desespero do Morgado de Mateus em sua documentação, agora no trecho em que escreve para o capitão-mor da vila de Jacarehy. O governador e capitão não criava falsas promessas, mas mantinha a tradição portuguesa de propor pagamentos às tropas ou aos demais voluntários, oferecendo um soldo de 100 réis por dia, pago, no entanto, apenas no ingresso.

Recebo a carta de vm, com data de cinco de janeiro em que me dá parte das duvidas, q' encontra nos capitães para deixarem a Listar seus soldados, na bandeira de vm, e que nas mesmas ordenanças encontra a mesma opposição, e pouca vontade dos soldados, que procura, talvez q' julgando pouco lucro, a que vão se expor ao trabalho, sera a cauza porque se retirem de entrar nelle, e por esse motivo o não queiram acompanhar [...] pratique vm, a factura dessta gente para seguirem o seu partido debaixo do ajuste de Cem reis de Soldo por dia, e sustento necessário para os transportes, por tudi se lhe há de pagar logo pela Real Fazenda antes de partirem. Este he o methodo mais eficaz para os persuadir [...]¹⁹⁸

Apesar dos inconvenientes citados pelo Morgado de Mateus, o capitão-mor regente João Martins de Barros finalmente fundou o Iguatemi em 22 de setembro 1767, nas proximidades do rio de mesmo nome, posteriormente denominado Praça de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula de Iguatemi. Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão finalmente inaugurou sua “poderosa diversão pelo Oeste”.

Imediatamente João Martins de Barros determinou o início da semeadura para a implantação de roças e averiguação das redondezas, direcionando os alicerces para o estabelecimento da povoação que levaria o nome da padroeira de devoção de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. Porém, a povoação do Iguatemi era mais próxima a Curuguati, muito distante das povoações paulistas e, portanto, vulnerável a futuros conflitos e ocupação por parte das tribos ou do governo espanhol.

¹⁹⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.16-17.

¹⁹⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.20-21.

Heloísa Liberalli Bellotto foi pioneira nos estudos referentes à fundação do presídio do Iguatemi e suas circunstâncias, abordando a estratégia do Morgado de Mateus de sangrar a ofensiva espanhola pelo lado em tese mais vulnerável. Tal escolha teria ocorrido em consequência de dificuldades encontradas pelo governador para a ação na região sul, embora tenha insistido e investido recursos para viabilizá-la até o final de sua administração.¹⁹⁹

Bellotto observa que a fundação se baseava nas instruções pombalinas, principalmente no ponto da defesa de áreas fronteiriças. Mas também ressalta que as instruções solicitavam prioridade para a região sul. O Conde de Oeiras e futuro Marques de Pombal, porém, temia que a queda da região sul diante do governador de Buenos Aires pudesse estimular um avanço na restaurada Capitania de São Paulo, deixando vulneráveis as regiões do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Por isso cabia à capitania de São Paulo organizar um tampão defensivo entre os domínios da Américas espanhola e portuguesa.²⁰⁰

A Coroa Portuguesa visava uma ação conjunta das capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, mas inúmeros desentendimentos favoreceram a iniciativa própria. Então, o Morgado de Mateus abandonou a ofensiva conjunta e priorizou a fronteira do Paraguai, na qual acreditava que as forças castelhanas se dividiam em dois eixos, favorecendo a retomada da região sul da América portuguesa.²⁰¹

A Praça de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula de Iguatemi não foi um mero devaneio do Morgado de Mateus, a ideia surgiu a partir de um motim ocorrido na vila paraguaia conhecida como Curuguati, por volta de 1766. Na referida vila, inúmeros habitantes se rebelaram contra as atitudes de uma autoridade local, mas não foi só isso, o chefe da revolta, D. Mauricio Vilalba, foi responsabilizado pelo assassinato do referido tenente. Ao ter ciência desse fato, o governador de São Paulo se “solidarizou” com D. Mauricio e seus rebeldes; em retribuição, obteve o auxílio deles nas expedições que visavam a instalação do presídio. Embora para todos os efeitos responsabilizavam uma bandeira interessada nos sertões do Ivaí.²⁰²

Esses rebeldes andavam dispersos quando encontraram a “tranquilidade” nas margens do Rio do Iguatemi, uma área propícia para a pesca, a caça, a criação de animais e a agricultura, mas, na interpretação do governador, com fácil acesso para a capitania de São

¹⁹⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, p.105.

²⁰⁰ Ibidem, p.66.

²⁰¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 14, 1895, p.69-72.

²⁰² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O presídio do Iguatemi: função e circunstâncias (1767-1777). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 21, 1979, p.37.

Paulo. Logo o Morgado de Mateus se convenceu das vantagens da região, acreditando que não haveria local mais propício para instalar uma colônia.

Parece que a expedição de reconhecimento também acreditava nisso, por isso a partir de 1766 o governador não parava de lançar correspondências para os capitães-mores apresentando e defendendo a primeira expedição. Porém, era nítido o desconhecimento do governo de São Paulo em relação à realidade das vilas paulistas próximas, pois pensava ser possível a obtenção de contingente, mantimentos e de canos, querendo tudo pronto no mesmo ano. Exaustivamente cobrava a autoridade ituana e as das demais vilas, de certo modo, responsabilizando-as pelo atraso da fundação, concretizada apenas no ano seguinte (1767). Além dessa ocupação do Iguatemi, tinha em seus planos a fundação de outra colônia na Barra do Rio Registro, conforme apontado por Glória Kok.²⁰³

Parece que o plano do presídio do Iguatemi era muito audacioso, pois devia representar uma área de defesa e de consolidação do povoamento, mas não contava com o ânimo dos paulistas, mesmo as tropas e companhias não desejavam transferir-se para aquela região. Portanto, a ocupação foi realizada através de cooptação violenta da população livre e pobre, sobretudo de indivíduos que não possuísem ofício, fossem solteiros e não tivessem residência fixa. Nesse aspecto, a percepção da vadiagem era utilizada pelos capitães-mores das vilas e das autoridades ligadas ao projeto do Iguatemi, obrigando os vadios, ociosos, indígenas e qualquer indivíduo destituído.

Commum, explorar os Sertões e Campanhas do Yvay, á cuja Expedição mando o Guarda Mor João Martins Barros, atendendo a que o d.^o me representou quer levantar huma bandeira de duzentos homens, e lhe será dificultoso podelo a fazer, sem ordem minha, por se acharem os mais Capazes de poder ir embarcados na tropa auxiliar: Ordeno a Vm.^{ce} que logo em recebendo esta faça saber a todos os homens do Destricto assim da Ordenança como dos que estão soldados das tropas auxiliares qur todo o que quiser ir para os descobertos e Expedições de Yvay, o poderá fazer livremente, indo se alistar com João Martins Barros, e ajustar-se aos respetivos soldos com a Fazenda Real manda assistir aos que voluntariamente se forem empregar em tão útil Serviço [...] com que devem empregar-se no Real Serviço, pertencem sem excepção de passoa alguma fará Vm.^{ce}

²⁰³ KOK, Glória. **O sertão itinerante:** expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, São Paulo, 1998, p.298.

prender todos os homens solteiros, assim vadios, como outros quasquer que sejam, e o dará remeter [...].²⁰⁴

Havia ainda uma dificuldade extremamente subestimada, pois as condições naturais, diferente do que se pensava, não eram favoráveis para agricultura. Além disso, sendo uma região de difícil acesso, mais um obstáculo era o envio de mantimentos, que, quando enviados, já chegavam impróprios para consumo. Mas isso não preocupou o governador, acreditando ser viável seu intento devido à presença de vilas “vizinhas”. As necessidades elementares para a sobrevivência não tardariam a estimular a produção local a qualquer custo.

[...] e fabricas de róssas, com q'possão se sustentar -se. Costa- me, q Almoz.^e Antonio de França se tomorão humas pequenas terras, q'lhe forão dadas confr.^e a minha ordem, em q'tinha chácara ao pé do resinto dessa Praça abeirando o Rio e como Vm.^{ce} não igora p m.^{to} que este pobre homem tem servido nessa expedição para cuja causa se não deve desatentar, ordeno que sem demora, ou duvida algumase lhe façam entregar as ditas terras na fr.^a em q' lhe forão dadas, e se houver quem se oponha a esta minha determinação, pratique Vm.^{ce} em observância as minhas ordens.²⁰⁵

O Capitão-Mor Regente João Martins de Barros julgava acertada a escolha da região feita pelo governador, acreditando nas potencialidades do Iguatemi, porém as tropas, ordenanças e voluntários não compartilhavam a mesma opinião, pois logo em seguida à chegada já existiam rumores de possíveis insubordinações, que, de certa maneira, já emergiam antes do ingresso.

Se embarquem, e antes disso Se lhe fazer o pagamento, com que lhe assiste a Real Fazenda, e para que nestas não haja prejuízo pela fuga, q'podem fazer alguns soldados depois de receberem o pagamento, aos que forem menos estabelecidos e não tenham responsável por elles, Se lhes fara Logo prender os paes ou mulheres, sendo cazados, ou

²⁰⁴ Correspondência para o capitão-mor de Parnaíba, havendo outra cópia entregue para o capitão-mor de Itu e outra para o de Sorocaba. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 67, p.18.

²⁰⁵ Correspondência para o Tenente-Coronel do Regimento. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 7, 1894, p.77. Nos “Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo” (vol. 10, 1895) é apresentada a relação de povoadores e, junto, as propriedades no Iguatemi. Mesmo com a determinação do governador, ocorreu uma concentração de terras nas mãos dos soldados, ou nas mãos de povoadores provenientes de outras vilas, como Itu, Sorocaba e São Paulo, que contavam com agregados ou escravos para plantar. Impossibilitando o acesso à terra aos mais pobres, restando-lhes apenas o trabalho em terras alheias.

parentes mais chegado, se lhes declarará, que ficão retidos na prisão até constar por aviso do Comandante, que passarão a barca de Pentenduba Sem desertarem [...].²⁰⁶

Além da questão dos pagamentos que em muitos casos não eram realizados, a preocupação principal se dava em relação aos mantimentos. Muitos estragavam antes mesmo do envio, e os que sobreviviam ao traslado ficavam estragados pela umidade. Devido a essas privações, cada vez mais pessoas eram contrárias ao ingresso no Iguatemi, até mesmo a pólvora mandada ficava inutilizada, em uma região cercada por inimigos e povos indígenas.

Somando essas adversidades em uma localidade desabastecida de auxílios, remota e extremamente afastada de São Paulo, os voluntários conviviam no isolamento e sofriam as consequências no seu dia a dia. O desgaste ocasionado pelos poucos recursos enviados pelo governador ia se intensificando na mesma medida das crescentes chuvas e da presença de insetos.²⁰⁷

Se nas primeiras excursões a fundação do presídio do Iguatemi representava o destino de degredo criado pela Capitania de São Paulo, nos Setecentos essas políticas iriam crescer devido à necessidade de povoamento nas áreas de litígio com a América espanhola, portanto iremos nos centrar no envio de vadios, vagabundos, ociosos, criminosos e prostitutas.

As mulheres q'voltarão do porto de Aritaguaba para essa Vila, e se acham retidas na cadeia á minha ordem, manda Vm.^{ce} soltar logo exeptuando inácia Roiz da Guerra, que será conservada na mesma prizam, ou obrigada a dar fiança de viver honestamente e com socego, sem pertubar o Bairro, em q'assiste, sob pena de que havendo novas quiexas contra ellas ser remetida infallivelmente para a mais remota Povoação das q'novamente se tem erigido nesta Capitania. As mais fará Vm.^{ce} entregar os documentos inclusos q= lhes pertecem para poderem cuidar na conclusão de seus cazamentos [...].²⁰⁸

Nessa perspectiva, a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi tornou-se um purgatório para os indivíduos considerados desclassificados. Pelo entendimento do capitão-

²⁰⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.45.

²⁰⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 6, 1894, p.191.

²⁰⁸ A correspondência endereçada ao capitão-mor de Sorocaba dá a entender que as mulheres presas eram prostitutas, porém Inencia Roiz possuía um agravante devido ao fato de ser alcoviteira. Portanto, a punição era maior. Mas, em relação às prostitutas, eram direcionadas a casamentos com homens solteiros para constituir família no Reino. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 7, 1894, p.89-90.

mor João Martins de Barros, a praça deveria receber apenas tropas, ordenanças com finalidades bélicas, devido às dificuldades em manter uma população destituída e insubmissa, que viria a inaugurar uma série de problemas na manutenção do presídio.

3.2 USO DOS VADIOS: DA EXPERIÊNCIA INICIAL NO IGUATEMI PARA A UTILIDADE EM NOVAS POVOAÇÕES

O governo do capitão-general D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão foi a mais longa administração da capitania de São Paulo, tendo durado de 1765 a 1775.²⁰⁹ Personificou-se nos discursos de decadência, pobreza, desorganização e da inaptidão dos naturais em relação ao trabalho.²¹⁰ Ao longo dos seus 10 anos, passou influências ilustradas de uma forma de viver portuguesa conservadora.

Nos primeiros anos do Morgado de Mateus à frente da administração paulista, para a restauração da capitania, os objetivos eram a formação de “um povo”, uma tentativa de implantação da agricultura de exportação e a ocupação das zonas limítrofes.²¹¹ Contudo, a empresa do Iguatemi, anteriormente citada, mereceu uma atenção especial. Historiadores influenciados pela historiografia clássica a apresentavam como um projeto fracassado²¹² devido à sua breve existência, porém cabe ressaltar sua importância para se compreender a população mais pobre da capitania e, inseridos nela, os aclamados vadios.²¹³

Para a primeira análise, torna-se necessário examinar a primeira fase do presídio do Iguatemi (1766-1770), a cooptação dos voluntários para levar adiante o plano de ocupação dessa região tão distante da cidade de São Paulo.²¹⁴ Eram preponderantemente dois tipos de

²⁰⁹ PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.644.

²¹⁰ MEDICCI, Ana Paula. **Entre a "decadência" e o "florescimento"**: capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

²¹¹ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte**: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), FAU/USP, São Paulo, 2010, p.16.

²¹² MOURA, Américo Brasiliense Antunes de. Governo do Morgado de Mateus no Vice-Reinado do Conde da Cunha. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, n. 52, 1938.

²¹³ JARDIM, Caio. **A capitania de São Paulo** (sob governo do Morgado de Mateus, 1765-75). São Paulo: Departamento de Cultura, 1939. Caio Jardim apresenta os vadios na administração de São Paulo, em um período que favorece os estudos das bandeiras. SOARES, Lucas Jannoni. **Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa: São Paulo (1765-1775)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

²¹⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O presídio do Iguatemi: função e circunstâncias (1767-1777). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 21, 1979, p.42. Depois de 1770, muitos desclassificados

povoadores desse empreendimento: os militares, que em muitos casos já eram integrantes das tropas “auxiliares”, pagas ou companhias; e os povoadores “voluntários”, contingente necessário para viabilizar a povoação, cabendo a eles o trabalho nas obras públicas, na agricultura e, em último caso, tomando armas para defender as fortalezas de invasores diversos. O Morgado de Mateus preferia o ingresso de voluntários casados e com família, para formarem as futuras gerações.

Como se vê, o governador e capitão-general dava certas orientações para os capitães-mores das vilas de Sorocaba e Itu, entre outras, aliciarem os povoadores, mas indivíduos casados, com família e titulares de cabedal, conforme as solicitações, eram refratários ao ingresso na povoação do Iguatemi.²¹⁵ Então, D. Luís Antônio desviou-se integralmente de suas recomendações, obrigando o ingresso da arraia-miúda para colocar em funcionamento o seu projeto.

Do mesmo modo, é significativa ao longo da documentação estudada acerca do Iguatemi a necessidade de recorrer à violência e à prisão desenfreada dos indivíduos com pouco “ânimo” em relação à fundação, condenando famílias inteiras para conseguir o contingente necessário. Principalmente após a primeira expedição e a percepção da realidade local, despertavam medo e preocupação a estrutura disponível, a ausência de auxílio e, o pior, as doenças.²¹⁶ Porém, cabe notar que as primeiras levas de expedicionários foram agraciadas com terras, mesmo os destituídos de recursos, após uma velha recomendação do jesuíta Antonil aos vadios, “tenham enxada e foices”²¹⁷.

Entretanto, mesmo assim, eram constantes as fugas e deserções ao menor sinal de novas solicitações de povoadores por parte das autoridades nas vilas, apresentando-se como uma incerteza para as populações mais pobres, pois, sem ter escravos e cabedal necessário para o investimento nas roças, esses sujeitos temiam ser utilizados como trabalhadores sem salários.²¹⁸ Mas a tensão principal advinha da dificuldade de ingressar naquelas partes e da inconstância do envio de gêneros em cada expedição determinada por D. Luís Antônio. Outra

continuaram a ser enviados, mas no geral eram encaminhados para outras povoações, devido ao incômodo que causavam.

²¹⁵ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 10, 1895. Apresenta essa mudança no perfil dos povoadores.

²¹⁶ KOK, Glória. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, São Paulo, 1998, p.294-333.

²¹⁷ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Vol. 2. São Paulo: EdUSP, 2007.

²¹⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 10, 1895. Ver a família de Domingas de Siqueira, viúva. Não tomou terras por não ter posses para cultivá-las.

preocupação crescente era quanto às incertezas em relação ao futuro trazidas pela ausência forçada de suas tarefas habituais.

Nas constantes expedições organizadas pela autoridade, apenas os mais desatentos deixavam de notar algo estranho em relação ao empreendimento, devido ao numeroso contingente militar e aos métodos empregados para evitar fugas pelos matos. Portanto, a dissimulação em relação aos sertões do Ivaí não convencia mais ninguém.²¹⁹

Outro entendimento acerca dessas novas “bandeiras” preocupava os habitantes: as frequentes interferências no cotidiano das vilas próximas. Como no caso das vilas de Itu, de Porto Feliz e de Sorocaba, onde eram requeridas inúmeras derramas de gêneros agrícolas, além de pessoas para acompanhar essas expedições. Considerava-se distúrbio nas roças locais a cooptação da mão de obra local. As incessantes “solicitações” do Morgado de Mateus incomodavam inclusive os capitães-mores dessas vilas e impactavam os seus moradores.²²⁰

Em linhas gerais, o confisco das riquezas locais para o pagamento de gêneros, soldos e principalmente objetos destinados à viagem tornou-se exaustivo. E os que nada possuísem, sem domicílio, ofício ou ocupação, se viam obrigados a ingressar em uma jornada rumo ao desconhecido. As limitações das vilas vizinhas instigavam a agressividade por parte das autoridades locais, que viam insuficientes os recursos destinados para as povoações. Inclusive todas as vilas paulistas deveriam fornecer pólvora, toicinhos e animais para o Iguatemi.

Já referidas as dificuldades em relação ao envio de gêneros, outro fator exaustivo era a cooptação de pessoas de qualquer qualidade, ocupação e idoneidade. A dificuldade era tão grande que o Morgado de Mateus perdoava dívidas, crimes (com exceção dos de primeira cabeça) e inclusive agraciava os povoadores com a isenção do emprego de armas. Mesmo assim eram poucos os que se disponibilizavam para o ingresso voluntário.²²¹

Por esses motivos, em diversas correspondências os governadores orientavam os chefes de expedições a levarem correntes de ferro, colares, seis grilhões, algemas para evitar as fugas e punir os desertores. Em um primeiro momento afirmaram que esses itens seriam

²¹⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901; vol. 6, 1894; vol. 7, 1894; vol. 8, 1895; vol. 9, 1895; vol. 10, 1895. São recorrentes as fugas para os matos e as deserções. Por isso a mudança no perfil dos ingressantes para a empresa do Iguatemi.

²²⁰ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901; vol. 6, 1894; vol. 7, 1894; vol. 8, 1895; vol. 9, 1895. São reiteradamente solicitados mantimentos, armas e remédios pelo Morgado de Mateus. Cobrava ainda cooptação dos capitães-mores de todas as vilas de São Paulo, não poupando nem as “miseráveis” vilas do litoral paulista.

²²¹ KOK, Glória. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, São Paulo, 1998, p.315.

utilizados nas levas de negros que integrariam as futuras expedições, mas desde o início já deveriam ser usados em todos os indivíduos desordeiros.²²²

A orientação de evitar o uso da violência se tornava letra morta, pois os próprios militares representavam os principais desertores, mas, independentemente da ocupação, eram punidos com açoites e até seis anos de trabalho compulsório, não restando dúvidas em relação ao medo dos paulistas ao serem chamados para as futuras expedições.²²³ Entretanto, a promessa de garantia de alimentos objetivava o ingresso do maior número possível de pessoas, e as terras disponíveis eram insuficientes, portanto haveria a necessidade de trabalhar em terras alheias. E mesmo as roças plantadas na Praça de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula de Iguatemi não assegurariam a subsistência de seus moradores, constantemente entregues à fome e a doenças.²²⁴

Apesar do cenário desolador em torno da Praça do Iguatemi, devemos considerar que muitos voluntários acreditavam na visão do paraíso terrestre propagada pelo governador. Inúmeros povoadores levavam toda a família, agregados e, em caso de sujeitos mais ricos, certa quantidade de escravos. Portanto, não eram arraia-miúda. É importante revelar a estratégia de famílias que visavam levar parentes, agregados e poucos escravos na tentativa de enriquecer.²²⁵

Mas, como o desenvolvimento da agricultura era nulo devido às fortes chuvas, às precárias condições da região e ao mau método da lavoura, era natural a necessidade de entregar cada vez mais e mais “voluntários” a força e, conseqüentemente, obrigar as demais vilas paulistas a enviar milho, mandioca, toucinho e remédios. A necessidade de impulsionar a atividade agrícola era tamanha que o próprio capitão-mor regente ficou incomodado de ver inúmeros soldados terem de trabalhar nas roças. Reafirmando ao Morgado que era inviável manter a defesa tendo que trabalhar ao mesmo tempo.²²⁶

As principais preocupações dos voluntários se tornavam conhecidas na sua partida, incitando a fuga e deserção, à medida que tomavam conhecimento dos relatos, dos perigos,

²²² Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 76, 1954, p.130.

²²³ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.49.

²²⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, p.262.

²²⁵ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 10, 1895, p.17. Povoador de número 11, José Alz Pimentel, residia no bairro de S. Bernardo do Campo com sua esposa Catherina Maria. Quando residiam na cidade de São Paulo, foram listados pelo maço de povoação, com um filho, Jose. Quando se mudaram para Iguatemi possuíam mais uma filha, Gertrudes. Conforme informações cruzadas, o mesmo se deu com Catharina Borges, viúva, sendo a povoadora 12. (p.18) Era viúva, porém levou seus filhos e escravos para o Iguatemi. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 62, p.189.

²²⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 34, p.34.

das distâncias e sobretudo da dura realidade. Porém, pareciam não suscitar medo em relação ao futuro do Iguatemi por parte do governador, empenhado em seu projeto, para o qual não pouparia elementos desclassificados para aumentar os povos.

Em que pese a origem do presídio do Iguatemi, inúmeras obras privilegiavam métodos violentos para a cooptação dos elementos “voluntários”, principalmente a terrível prática de mandar prender a família e empregados dos desertores. Até mesmo casamentos eram promovidos pelo governador para o envio de famílias a essa povoação, levando inclusive padres para ministrar missas e os sacramentos dos povoadores, e inclusive recomendando a eles o auxílio da fé para curar os doentes. Ao mesmo tempo, passava a solicitar o envio de mulheres solteiras, viúvas e inclusive prostitutas para purgarem seus pecados, constituindo família.

De fato, as práticas lançadas para constituir a povoação não eram inéditas, sendo utilizadas pelo Império Ultramarino Português desde período longínquo. A estratégia do degredo foi amplamente adotada para povoar regiões e, assim, purgar os pecados dos sujeitos viciados. A administração do governador, embora inserisse essas medidas como ação punitiva, pouco mudava a resistência desses sujeitos, que não queriam ser transformados em povoadores.²²⁷

Ao passo que as fugas e deserções se tornavam regra, foi estabelecida a pena de morte para os insubmissos. Em 1770, após longo período da fundação do Iguatemi, penas como o trabalho compulsório, o açoite e a prisão eram recorrentes. Um fato curioso se deu quando uma povoadora casada e com filhos foi abandonada pelo marido desertor, mas se prontificou a trabalhar com sua família na propriedade.²²⁸

Retomando os casos das penas, a partir de 1770, foi reforçada a repressão e o controle de indivíduos foragidos e desertores, que não iriam findar na administração do Morgado de Mateus. A situação se intensificara devido aos inúmeros ataques dos paraguaios em solo do Iguatemi reivindicando o território. Aumentando ainda mais os temores dos habitantes, que já conviviam com os ataques dos indígenas vizinhos.

Em contrapartida, o Morgado de Mateus, mesmo em período de intensificação dos conflitos no eixo sul, exaltava a tese da excursão para o oeste após as invasões ao sul. Via, no

²²⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno atlântico**: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.90.

²²⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 10, 1895, p.52. Rita de Campos era viúva, mas veio com a filha Maria, casada com Vitorino Dias. O último desertou, deixando as mulheres cuidando das roças. Sem escravos ou agregados.

entanto, seu prestígio decair, mesmo assim apresentava a importância da ocupação dessa área fronteiriça.²²⁹ Contudo, não obstante os inconvenientes já elencados da empresa do Iguatemi a partir da sua fundação, ele foi indispensável para o uso dos vadios não apenas na povoação, como também nas áreas que auxiliavam a produção de gêneros e canoas, atuando sobretudo na povoação de Piracicaba.

O clima de desolação era recorrente no Iguatemi. A maior parte dos “voluntários” se evadia, consolidando a resistência de fuga pelos matos, buscando sustento em áreas afastadas ou até regressando para vilas de onde saíram. Preferiam ser punidos, presos a continuar a viver no purgatório terrestre. Buscava-se aplicar inclusive a Lei de Polícia, já adotada na capitania em relação aos vadios, insubmissos e criminosos, exigindo a apresentação de passaporte para o transporte de uma área para outra. Mas, em geral, pouco funcionava devido às condições locais.

É importante salientar que o que mais afetava a povoação, sem dúvida, eram os ataques orquestrados pelos paraguaios, que, cientes das adversidades internas, sabiam que não enfrentariam resistência. Somava-se a tudo isso o relato de Teotônio José Juzarte, feito a pedido do Morgado, culpando os vadios, a ociosidade e o desleixo dos naturais em relação à situação em que o povoado se encontrava.²³⁰

Voluntários insubmissos, o conjunto de povoadores “inúteis” do Iguatemi formariam contingentes que constituíram novas expedições, sendo obrigados pelos chefes sertanistas, Ajudante Mel José Alberto e Antônio Lopes de Azevedo, como citado pelo Morgado de Mateus. Em um primeiro momento, deveriam ser enviados ao Porto de Ararituaba.

Por quanto se faz preciso remeter em leva para o porto de Ararituaba os prezos Bagabundos q’Se achão neste corpo da Guarda, para dali se remeterem para as p.^{es} q’ determino a Antonio Lopes de Azevedo nas Ordens q’lhe encarrego. Ordeno ao Ajudante de Infantaria M.^{el} José Alberto faça a conduta dos ditos prezos, para o porto referido e dali para o ponto que o determinar [...]. DI v. V p.73.

Os desclassificados socialmente pareciam tumultuar a grande empresa do Iguatemi, mas não eram só os vadios, os vagabundos referidos eram em maior parte soldados

²²⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, p.229.

²³⁰ JUZARTE, Teotônio José; SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko. **Diário da navegação**. São Paulo: EdUSP, 2000.

desordeiros e desertores. Depois de sair da prisão, deveriam ser enviados para o porto de Ararituaba e ser utilizados como povoadores de Piracicaba.

Logo partir com a mayor brevidade fazendo-se as clarezas necessárias para o pagamento dos gêneros contebuidos, Sem q' possa haver prejuízo na real fazenda, e nas pessoas q' della hão de haver os seus pagamentos, e tanto esta diligencia, com as mais q' lhe encarrego para arrumação dos Bagabundos q' faço remeter para o porto de Ararituaba fará executar na forma que lhe ordeno, dirigindo ao povoador de piracicaba as providencias q' lhe ensinuo para estabelecimento do povoadores q' na presente ocasião lhe serão entregues, de q' tomará conta, para os arrancar, e governar, na forma das ordens de sua majestade e para q não possa mais haver o mais leve embaraço e prejuízo da real serviço mando a todas as juntas, officas das tropas auxiliares, e ordenanças, de todo axilio.²³¹

A precariedade e as dificuldades encontradas no Iguatemi iriam selecionar os voluntários novamente, sendo a preferência por sujeitos casados, com família e de boa procedência. Mesmo assim ainda seriam enviados elementos desajustados, mas a partir de 1768 a prioridade era encaminhá-los para Piracicaba.²³²

O Ajudante M.^{el} José Alberto entregara a vmc.^e os prezos vagabundos que Constão da relação por mim rubricada de que vmc.^e deve tomar conta e fazer-lhe acentos de suas naturalidades. Com os mesmo hirá vmc.^e povoar a margem do rio Tiete os sítios de Avanhandava. Barra de Piracicaba, e Itapura, e os mais que forem convenientes para o bem dos povos, na forma q' vmc.^e insinuar a Antonio Lopes a q.^m confiro as providencias que a vmc.^e deve participar para q' tudo se execute na forma que determino. Dessa povoação assistirá vmc.^e com mantimentos aos homens, e com alguma ferramenta para o serviços, que lhe deve governar na forma dos mais de que está encarregado e não Sriva a vmc.^e de dificuldade de distancia em q' ficão os sítios em que mando se estabeleção os povoadores; porque como a estrada he o rio, hindo vmc.^e arranchalos e assignarlhes os serviços q' devem fazer, de tempos em tempos lhe vai passar revista e dar Ordens p.^e os mais q' hão de Seguir deixandolhe alguns Canos mais capazes de que possa fiarse para que os governe, e deste modo, imda que seja com mais trabalho fará vmc.^e com a sua boa atividade hum grande serviço [...].²³³

²³¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.73-74.

²³² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 34, 2017, p.9.

²³³ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.75.

Vadios ou não, os “corpos” que ocasionavam inúmeros problemas na praça da Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi deveriam ser despejados em outras regiões onde pudessem ser mais úteis, assumindo funções como a construção de canoas.²³⁴

Estimo boa naticia q´me dá de ter partido a dez do corrente a esquadra das Canoas, em q´vai embarcada a Segunda expedição do Ivay, e q´juntamente partirão os vagabundos para entregar ao Povoador de Piracicaba para ingrossar a nova povoação q´tenho dado principio naquele Rio. [...] ²³⁵

Tal era a resistência dos habitantes locais em integrar expedições e povoações distantes que, durante o governo do Morgado de Mateus, recebiam propostas de perdão de dívidas e crimes para ingressar no Iguatemi ou povoações próximas ao Rio Tietê. Deixando a cargo dos capitães-mores a tarefa de oferecer essas “dávivas” aos destituídos.²³⁶

A todos as pessoas q´ desta Ordenança se achão alistados para se irem estabelecer na nova povoação do Ivay, dará a vmc.^e todo o auxilio necessário para a recadação de suas dívidas, e disposição dos bens q´possuïrem, os quaes lhe fará vender, e comprar pelo seu justo preço para pessoas q´tenhão possibilidade, sem q´tenhao prejuízo de se lhes perder com sua mudança o pouco que possuem, e de q´se podem ajudar para principio do seu estabelecimento [...].²³⁷

Indiretamente, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão apresentou as objeções encontradas ao uso dos vadios, de homens livres pobres e outros indivíduos nas expedições ou povoações. A posse de poucos bens ou mesmo a ausência destes demonstrava a vulnerabilidade desses indivíduos, que dependiam apenas do próprio trabalho. Ao serem designados para áreas remotas e encontrar qualquer adversidade, se entregavam a uma miséria ou pobreza ainda maior do que aquela em que já se encontravam.²³⁸

²³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. “De uma povoação - a atual cidade de Piracicaba - sabe-se mesmo que só conseguiu vingar, nos primeiros tempos, depois que os moradores se dedicaram a fabricar e vender canoas.”

²³⁵ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.76.

²³⁶ JARDIM, Caio. **A capitania de São Paulo** (sob governo do Morgado de Mateus, 1765-75). São Paulo: Departamento de Cultura, 1939, p.38.

²³⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.110.

²³⁸ JARDIM, op. cit., p.38-39.

O alcance e os limites das suas políticas em relação a essa arraia-miúda causavam uma ruptura no seu cotidiano, obrigando esses sujeitos a buscar a sobrevivência em sítios volantes ou servindo em serviços temporários. Ao serem levados para áreas distantes, e não possuindo recursos, muito menos escravos, ficavam sujeitos ao trabalho em terras alheias ou em situações análogas à escravidão, pois em diversas situações eram submetidos ao trabalho compulsório.²³⁹

A resistência encontrada pelo governador era decorrência também da não compreensão das realidades vividas ou dos usos e costumes locais. Em sua visão, esses sujeitos eram similares aos indígenas, portanto, vagabundos. Pela insistência de suas ações, acabava por responsabilizar os capitães-mores e, principalmente, a justiça, acreditando que ambos propiciavam a propagação de vícios como a preguiça, a ociosidade e a vagabundagem. Criticava exaustivamente as autoridades locais.

Se todos os Capitães, e oficiais de Justiça Cuidassem na obrigação q'lhe assiste p.^a terem verdadeiro Conhecimento das pessoas q'entrão e sahem nos seus Destritos, não teria Vmc.^e ocasião de eu lhe fazer a advertência que liz Sobre regugiar-se nessa Freguesia Antonio Preto Cardozo, retirando-se da de São João de Atibaya, e da deligencia p.^a q'foi nomeador pelo seu capitão mor.

Para evitar semelhantes desordens, e 'q todos vivam com obdiencia a Seus Superiores tenho expedido as ordens necessárias afim de q'se prendão os vadios q'andão volantes de hummas p.^a outras partes ou freguesias perturbando o Socego publico, e sem préstimo algum para o Real Serviço, o q'quero se execute com o mayor cuidado fazendo-os logo remeter as respectivas Freguesias de donde tiverem desertado, e de nenhuma forma consenti-los a q'se arrachem em outras partes sem q'tenhão Licença por poderem fazer; isto mesmo faça vmc.^e praticar com o d.^o Antonio Preto Cardozo de cuja fuga desculpo a vmc.^e pela certeza em q'fico de não ser Sabedor, nem para isso concorrer.²⁴⁰

A partir de 1770, durante a estabilização do Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi, e logo após o seu fim, o envio de vadios e demais degredados se alteraria, sendo encaminhados para novas regiões em função da necessidade de ocupá-las através da consolidação da defesa desses novos domínios.

²³⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 10, 1895.

²⁴⁰ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1901, p.111.

Na mesma conserva fiz tão bem partir os vagabundos de que formey os cazes para reforçar a Povoação de Pirassicaba, com ordem ao Povoador Antonio Correa Barboza para que dahy vá tomando as medidas para ir estendendo pelo Rio Tiête bayxo, naquelas paragens mais cômodas [...].²⁴¹

Tais determinações políticas envolvendo esses indivíduos evidenciam a persistência de um projeto colonial – procurando, então, reafirmar a sua autoridade –, e a contrapartida seria utilizar os vassalos insubmissos contra suas ações.²⁴² A resistência empreendida por esses indivíduos pobres era reiteradamente denominada de vadiagem, ainda estigmatizados pela fuga para o mato e pela deserção das tropas, que de certa maneira eram estratégias bem-sucedidas, devido às privações, penas e punições a que eram submetidos.

O período da administração do Morgado de Mateus seria marcado pela atuação desses elementos como forças opostas às suas medidas. Por isso ele não se cansava de salientar as instruções recebidas da Coroa Portuguesa, colocando esse “grupo” como obstáculos para melhor aplicá-las.

Porquanto S Magestade q’ Deus grande foi servido ordenarme nas instruções de 26 de Janeiro de 1765 e em outras Ordens q’ ao depois fui recebendo, q’ era muito conveniente ao seo Real Serviço, que nesta Capitania se erigissem Vilas naquelas partes, q’ fossem mais convenientes, e q’ a ellas se congregassem todos os Vadios, e Disperos, ou que vivem em sítios volantes, para morarem em Povoações Civis, em q’ se lhes pudessem administrar os Sacramentos e estivessem prontos para as occasioens do seo Real Serviço Serviço ; e no Sitio chamado- Sabauna – que fica no fim do Distrcto desta Capt. Partindo com a do Rio de Janeiro mandei fazer huma Povoação, a qual me consta me consta por informação do Tenente Coronel Ajudante das Ordens Affonço Botelho de S. Payo e Souza [...] que se acha já com bastante Cazas, e Igreja, e outros Edificios públicos em q’ se está actualmente trabalhando; e por que erigindo-se em Vila se poderá aumentar co mais facilidade Ordeno ao d.^e tenente e coronel [...].²⁴³

É importante nos determos nesses casos de fundação de vilas ou povoações, pois sobre elas incidia a necessidade do uso dos vadios, mas cabe notar que em nenhum momento

²⁴¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.113.

²⁴² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 34, 2017, p.1-17.

²⁴³ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 6, 1894, p.77-78.

se extinguiram os sítios volantes e as fugas para o mato. Por isso passaremos à fundação de Piracicaba, um caso bem-sucedido do uso dos desclassificados.²⁴⁴

Ao mesmo tempo que Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão recomendava as diretrizes para a solidificação do presídio do Iguatemi, ele cuidava da fundação de novas povoações e vilas, como a fundação de Piracicaba. O estabelecimento de Piracicaba, assim como das demais povoações, ocorreu devido à necessidade militar, facilitando a congregação dos habitantes, embora muitos historiadores exaltem essas ações como projetos urbanizadores do governador.²⁴⁵

A partir de 1767, o Morgado de Mateus difundia que o Iguatemi estava em desenvolvimento, apresentando ordem para que os capitães-mores de todas as capitanias congregassem os vadios para as futuras povoações, como veremos no último subcapítulo.

Para todos estes gastos se necessitam os rendimentos; não hé a pobreza a que impossibilita, hé o infinito numero de vadios, e peralvilhos, de que esta cheyo este Brazil, sem meyo de ganharem, nem querem sujeitar a elles, antes dando mollestia, e má fama a aquelles que se applicão a procurar licitamente a vida.²⁴⁶

3.3 OS VADIOS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO

A capitania de São Paulo, a primeira fundada na América portuguesa, se encontrava em estado crítico após sua restauração. Outras capitanias estabelecidas após a fundação de São Vicente estavam mais desenvolvidas economicamente e inseridas nos quadros do Antigo Sistema Colonial ou no Sentido da Colonização, por possuírem comércio e fornecerem produtos agrícolas para o Império Português.²⁴⁷

²⁴⁴ TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p.197.

²⁴⁵ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte:** criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), FAU/USP, São Paulo, 2010.

²⁴⁶ Correspondência de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão para o Conde de Oeiras. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 19, 1896, p.99.

²⁴⁷ SOARES, Lucas Jannoni. **Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa:** São Paulo (1765-1775). Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 2005, p.9.

A extinção da capitania de São Paulo representava, de certa maneira, uma negligência da Coroa Portuguesa em relação a essa região. Por ocasião da restauração, em 1765, Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, seguindo as instruções pombalinas, visava desenvolver a agricultura e o comércio.²⁴⁸ Isso não significa que a localidade tivesse só “miséria” ou pobreza, pois São Paulo estava integrada às atividades agrícolas mercantis devido ao importante papel da agricultura de abastecimento. Mas parece que todas as riquezas acumuladas pelos grandes proprietários paulistas não se traduziam em abundância ou relativa estabilidade para a sociedade colonial paulista.²⁴⁹

Desconsiderando-se aqueles sujeitos que tinham prosperado economicamente e socialmente, o restante da população paulista era descrita como ociosa, preguiçosa e assolada pelo mal da vadiagem. Detentora de inúmeros hábitos considerados danosos ao sossego público.²⁵⁰ O controle e a repressão à vadiagem não seriam criados por D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, mas ele intensificou essas medidas visando alterar os costumes.²⁵¹

Ao principiar sua administração no cargo de governador e capitão-general, a D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão foi atribuída a missão de reerguer a capitania de São Paulo recém-desanexada (comarca) do Rio de Janeiro. A principal meta era a questão militar, mas se fazia necessário reestruturar a vida em sociedade.²⁵²

Charles Boxer, em sua obra “O império colonial português”, analisou os valores culturais que ditavam o preconceito em relação ao trabalho manual no Império Português, apresentando relatos de cronistas e documentos da Coroa Portuguesa que evidenciaram a estigmatização negativa em relação ao trabalho.²⁵³

Caio Prado Jr. apresentou análise semelhante, refutando o binômio Senhores e Escravos e indicando a existência de uma “camada intermediária” em que estariam inseridos os sujeitos pobres, com ocupações esporádicas ou que por praticar a economia de subsistência, em diversas partes do Brasil colonial, eram mais vulneráveis a “crises” ou situações conturbadas. Portanto, a maior parte da população colonial poderia ficar desocupada

²⁴⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007, p.105.

²⁴⁹ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: USP, Humanitas, 2002.

²⁵⁰ FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O trabalho livre em São Paulo – século XVIII**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, p.87.

²⁵¹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896.

²⁵² BELLOTTO, op. cit., p.91.

²⁵³ BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1977, p.98-116.

permanentemente, recorrendo a esmolas ou à prática de atos ilícitos.²⁵⁴ Maria Odila Leite da Silva Dias ressalta a importância da análise de Caio Prado ao “elaborar o espaço do inorgânico como esfera de atuação” dos homens brancos e forros na sociedade colonial brasileira.²⁵⁵

Do mesmo modo, Sérgio Buarque de Holanda se apoia na obra “Formação do Brasil Contemporâneo” para apresentar a polarização entre senhores e escravos, intrínseca ao sistema escravagista, levando à elaboração de uma “imensa camada flutuante”²⁵⁶. Essa condição fluida não possuía posição social conhecida, vivendo os sujeitos “parasitariamente” à margem das atividades regulares e remuneradas.

Do ponto de vista dos referenciais teóricos, existe na historiografia brasileira colonial um conceito de vadio inserido no contexto da América portuguesa. Aderindo à lógica das legislações portuguesas em determiná-los conforme as Ordenações Filipinas (1603), são apresentados como sujeitos “indesejados”, pois eram indivíduos sem senhor ou amo, sem ofício ou modo de ganhar a vida. Além dessa definição, era reconhecida a importância dos vadios degredados do Reino, indispensáveis para concretizar a colonização do Brasil.²⁵⁷

Acompanhando essa questão, podemos compreender o desespero de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão ao descrever os costumes da maior parte dos paulistas: entregues à natureza, recolhendo frutos, caçando e pescando. Eram semelhantes aos indígenas, revelando o mesmo modo de vida encontrado pelos primeiros colonizadores.²⁵⁸ Essa herança dos indígenas percorria gerações, e mesmo os mamelucos e demais habitantes não produziam roças sistematicamente, despidos da ambição que fazem enriquecerem os Estados e, assim, repelindo o trabalho, decaindo na mais vil pobreza.²⁵⁹

²⁵⁴ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.285-315.

²⁵⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil - 1675-1835. In: CALVO, Alfredo Castillero; KUETHE, Allan (Eds.). **História Geral de América Latina**. Vol. 3. Paris/Madrid: Unesco; Trotta, 2001, p.2.

²⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.45.

²⁵⁷ PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-Colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.89.

²⁵⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.100.

²⁵⁹ MEDICCI, Ana Paula. **Entre a "decadência" e o "florescimento"**: capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

O Morgado de Mateus evidenciava isso como desrespeito às leis do Reino e divinas. Seriam a ociosidade, a preguiça e a vadiagem responsáveis pela decadência.²⁶⁰ A América portuguesa ainda era representada pelos relatos dos primeiros navegantes, enfatizando a ideia de que tudo que se planta se colhe, podendo se desenvolver economicamente a capitania de São Paulo, causando cobiça nas demais nações.

Portanto, os homens livres pobres, mamelucos, indígenas aculturados e forros regrediam ao estado dos selvagens.²⁶¹ No entendimento do Morgado de Mateus, não planejavam o futuro, só se preocupavam com a agricultura de subsistência para nutrir a fome. E não sobrava para comercializarem. Verifica-se que ele vinculava esses indivíduos à ideia de vadiagem porque eram “dispersos” e “itinerantes”. Segundo os preceitos das nações desenvolvidas, para o governador era necessário que se sujeitarem ao trabalho, sendo obrigados a conviver em sociedade civil, proibidos de viver em terras distantes, onde não poderiam ser corrigidos.²⁶²

No entanto, a ausência de trabalho denunciada por esse governo era uma visão equivocada. Em geral, os pequenos agricultores ocupavam-se trabalhando em suas terras por períodos entre dois e três meses. Para a mão de obra escrava, no entanto, havia trabalho regularmente em grandes propriedades, por isso esses agricultores eram entendidos como vadios. O mau método era outro ponto que o governador iria coibir, pois, ao derrubarem os matos e semearem, não se dedicavam a outras atividades regulares.²⁶³ A falta de justiça abria brechas para que esses indivíduos se mudassem para os sertões, onde viviam em habitações precárias e itinerantes pelos matos. Entregues a uma vida precária, mas tida como suficiente por recorrerem à natureza para seu sustento.

Parece que o deplorável estado da capitania de São Paulo, fortemente baseado na leitura do Morgado de Mateus a respeito dos usos e costumes paulistas, fazia sentido no século XVIII. Era um governador ilustrado, com educação militar e não compreendia a realidade vivida pelos paulistas, sem que houvesse inúmeras críticas. Devido à preguiça e à ociosidade, os naturais não aumentavam as roças, mas em relação aos ricos, mesmo em caso

²⁶⁰ FLEXOR, Maria Helena Ochi. A ociosidade, a vadiagem e a preguiça no Brasil do século XVIII. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. *Anais da XVII Reunião (SBPH)*. Curitiba, 1998, p.157-164.

²⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Nota da primeira edição: “Aqueles aspectos, precisamente, em que tal civilização, colocada perante contingências do meio, pode aceitar, assimilar e produzir novas formas de vida.”

²⁶² Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.392.

²⁶³ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 44, p.197.

contrário, o governo se silenciava, considerando que os grandes proprietários²⁶⁴ teriam o zelo e o cuidado necessário. Mas, sobretudo por possuírem escravos, eram uma péssima influência ao apresentar o trabalho como vil.²⁶⁵

No entanto, como pode ser visto nos próprios depoimentos, o Morgado de Mateus buscava meios para a consolidação da agricultura regular, como a fertilização das terras usando adubo e o emprego de ferramentas para aumentar a produtividade.²⁶⁶ Mas é evidente que atrás do discurso de pobreza, descrevendo um cenário apocalíptico, visava instigar a substituição da agricultura de subsistência pela agricultura de exportação, estimulando o trabalho e desterrando a ociosidade em benefício da Real Fazenda. Mas para isso deveria instigar a obtenção de produtos do reino, à procura da obtenção de numerários.

A maior preocupação das análises realizadas sobre o tema é o caráter “exportador”, porém as dificuldades enfrentadas para levar a produção serra acima permite observar a importância da agricultura de abastecimento para as outras capitanias, em detrimento do envio para o exterior. De certa forma, apesar de ignorarmos esse fator, o governador não tinha êxito ao tentar estimular a produção de anil, café, algodão e cana de açúcar por não exportar senão para as demais capitanias.

Nesse aspecto, em relação à “vadiagem”, os paulistas possuíam um discurso diferente, alguns atribuíam esse mal à proibição da escravização dos indígenas em 1755. Essa lei, segundo os paulistas, favorecia a ociosidade, pois era um costume o gentio não buscar o seu sustento.²⁶⁷ Mas, em relação ao Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, essa desculpa não era viável, pois a expulsão dos jesuítas e o emprego do Diretório dos Índios viabilizavam o uso e trabalho do índio. Ao escolher um diretor responsável e capaz, os índios podiam aprender a cultivar roças em suas aldeias. E com o passar dos tempos poderiam ser utilizados em outros trabalhos, porém recebendo salários, e não de forma gratuita e arbitrária.²⁶⁸

²⁶⁴ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010, p.10. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.292-294

²⁶⁵ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.392-394.

²⁶⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 23, 1896, p.5-8.

²⁶⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 44, p.196.

²⁶⁸ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 73, 1952, p.93.

A maioria dos vadios, forros, estava livre, ou seja, foi necessário obrigá-los a congregarem-se em povoações civis para impor o trabalho. Qualquer homem livre buscava o status de senhor, porém seria mais fácil enveredarem para o crime. Raros eram os indivíduos que se submetiam ao ofício voluntariamente.

Como podemos ver, o Morgado de Mateus aplicou a Lei de Polícia de 1760, não reconhecendo as condições existentes, acreditando que a vida em sociedade iria vigiar os corpos insubmissos ao trabalho, que serviriam de contingente de reserva para as obrigações militares ou “voluntários” em expedições e povoações.²⁶⁹ Decerto o ambiente não contribuía, já que não existia polícia na colônia. De fato, o militarismo crescente estimulou o envio de gente capaz para o trabalho em outras regiões, e a fiscalização para a justiça era restrita no âmbito urbano em sociedade tipicamente rural.

A única saída para o controle e a repressão da vadiagem era o uso da força, pois a mudança na mentalidade em relação ao trabalho era algo que não iria ocorrer da noite para o dia. E utilizando métodos violentos conseguiam submeter os vadios, mas também favoreciam fugas e deserções pelo medo de virarem soldados ou serem vistos semelhantes aos escravos.²⁷⁰

Mas, para além dos vícios em tese vinculados à dispersão em sítios volantes, o Morgado de Mateus esquecia que a própria vida urbana propiciava meios para a vadiação, como no caso de indivíduos que esmolavam pelas ruas, dos jogos de azar e do consumo de aguardente nas tabernas, assim como o aumento da prostituição. Mas é nítida essa omissão pela necessidade de juntar os povos em povoações civis, dissimulando certas informações.

É sempre lembrada a preocupação da “pobreza” nos discursos do governador. Encontramos registros da sua atuação como responsável pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, sendo fascinante o “silêncio”, em um governador tão preciso nas descrições de sua atividade.²⁷¹ E constatamos, não deixou registro em sua correspondência em relação à caridade pública aos velhos, cegos, surdos e aleijados. Pouco ou nada se fez em relação aos órfãos ou expostos.

²⁶⁹ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 14, 1895, p.164-168.

²⁷⁰ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 12, 1901, p.100.

²⁷¹ MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884):** contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1977, p.84. SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo no século XVIII.** Vol. 2. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1977, p.34. “Que tendo a Santa Caza de Mizericordia desta cidade [...] e também com Socorro de algumas esmolos dos fieis, lhe foi este tomado para capital de soldados.”

Exercia especial fascínio o discurso sobre a pobreza, mas não praticava essas ações, exceto pela necessidade de homens aptos ao trabalho, assim saindo da miséria. Caso contrário não haveria solução. Na quantidade e qualidade das fontes, o Morgado de Mateus não organizava as obras de caridade como em outras partes do reino. Provavelmente autorizava esses indivíduos velhos, cegos, entre outros, a mendigar sem vexame. No caso das crianças, ele procurou estimular o ensino das letras e da matemática (para os moços) e costura (para as moças), porém não contava com o apoio da câmara da cidade de São Paulo, que não concordava com os salários dos mestres.

Em uma época em que inexistiam muitos ofícios, os mais conhecidos eram restritos aos poucos indivíduos que tivessem mestre para lhes formar e, posteriormente, necessitavam da autorização da câmara para o exercício. Restava a ocupação dos vadios no campo, em terras alheias. Quanto às manufaturas, o governo tentou difundi-las, mas foi repreendido pela Coroa. Nesse sentido, a imagem do Morgado de Mateus seria a de um governador ilustrado, porém esbarrava nas restrições da Coroa Portuguesa.²⁷²

Entretanto, a respeito do uso dos vadios, durante o decênio de sua administração, o Morgado de Mateus viabilizou inúmeras povoações e ereção de vilas com esses indivíduos. Porém, as listas com seus nomes são referidas, mas não estão disponíveis, portanto, sabe-se que inúmeros homens livres, forros e carijós eram denominados vadios.²⁷³

²⁷² “Carta do Conde de Oeiras ao Morgado de Mateus. 21/07/1766. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Avisos- Cartas Régias (1765-1777), fl. 126, C00420, Livro 169.

²⁷³ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte:** criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), FAU/USP, São Paulo, 2010, p.3-4.

CONCLUSÃO

Durante as últimas décadas, numerosas pesquisas históricas têm possibilitado recuperar e aperfeiçoar diferentes temas indispensáveis para o conhecimento do cotidiano colonial brasileiro na América portuguesa. Pela importância desses estudos destacados, aqui se buscou destacar especialmente os mecanismos de inserção da exportação²⁷⁴ na economia brasileira e seus reflexos, diretos ou indiretos, nas suas concepções, bem como refletir acerca da agricultura de subsistência e os sistemas de trabalho e emprego dos habitantes livres e pobres.²⁷⁵

Do primeiro caso derivam as diretrizes relativas ao sistema da colonização brasileira, que, na ausência inicial de especiarias e de ouro, entre outros fatores, encaminharam a implantação de uma economia seguindo o “sentido” exportador.²⁷⁶ Esse tipo de exploração exigiu normas de distribuição e posse de terras, determinando a seleção de um produto e definindo o regime de trabalho a ser adotado. Uma análise dessas diretivas culminou no estudo dos dois principais séculos da colonização portuguesa associando-os a um enunciado clássico na historiografia brasileira: grande propriedade, monocultura e escravagista. Ou seja, a formação de uma sociedade rural restritiva, assentada na relação entre senhores e seus escravos e voltada para o mercado externo. Daí se originaram certas incompreensões, acreditando-se haver no engenho uma autonomia interna e proclamando uma autossuficiência e a aparentemente pouca expressão do mercado interno.²⁷⁷

Tais características de exportação não alcançaram, porém, a sociedade paulista colonial que se instalou no interior ao longo dos primeiros séculos da colonização. As atividades das bandeiras e a escravidão do gentio recebiam pouco importância por parte da colônia, porém iriam viabilizar a produção da agricultura mercantil de abastecimento e a comercialização com as demais capitanias.²⁷⁸

Posteriormente, com a descoberta do ouro e de diamantes nas Minas Gerais, deslocou-se o eixo administrativo visando um maior controle em favor da exploração

²⁷⁴ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

²⁷⁵ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Univ. de São Paulo, Humanitas, 2002.

²⁷⁶ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²⁷⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Califórnia: Univ of California Press, 1986. Embora Caio Prado Jr. e Novais nunca tenham se filiado a tal perspectiva clássica.

²⁷⁸ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

econômica do interior da América portuguesa.²⁷⁹ E viu-se um enriquecimento dos proprietários paulistas, a presença mais forte da Coroa, a chegada dos funcionários régios e a criação de redes econômicas integradas viabilizadas pelo crescimento do mercado interno.²⁸⁰

Essas mudanças, como comprovam a historiografia recente, indicavam um papel importante de São Paulo na economia colonial, embora ainda fosse sustentada pela escravidão dos indígenas, não poderia compreender a sua importância no período da atividade mineradora. As explorações das minas impuseram uma nova forma de organização socioeconômica e administrativa, a última visando conter os descaminhos e contrabandos, porém extinguindo a capitania de São Paulo, passando à condição de comarca do Rio de Janeiro.

A historiografia sobre São Paulo parecia contornar esse período (XVIII) até a sua restauração, em 1765, por acreditar que a região paulista se encontrava na miséria, vazia e sem importância por ter perdido o domínio das regiões mineradoras. Esses discursos em relação à pobreza, ao vazio demográfico e às dificuldades eram frequentemente encontrados na retórica de vereadores nas Atas da Câmara²⁸¹, porém visavam a recuperação do prestígio com a retomada da autonomia política e, principalmente, a queda das medidas vindas da Coroa em favor da proibição da liberdade dos indígenas (1755).

Assim se deu a opção por estudar a São Paulo no século XVIII, como período de referência, nesta dissertação. Ao restabelecer a capitania de São Paulo, foi indicado pelo Conde de Oeiras a escolha do Morgado de Mateus para reerguer a capitania administrativamente, necessitando dos paulistas para fornecer “corpos” visando o envio dos mesmos para restabelecer os territórios ocupados pela América portuguesa.²⁸²

O predomínio da agricultura de exportação, por sua vez, favoreceu outras grandes características singulares, tais como o povoamento da Colônia, acompanhando a sua extensa faixa litoral, em detrimento da exploração do interior, e a formação de áreas de concentração populacional sujeitas a um controle administrativo. Nesse aspecto, o governador se deparara com uma capitania desorganizada e com a retórica dos vereadores, acreditando que a região

²⁷⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

²⁸⁰ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.

²⁸¹ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Humanitas, 2002.

²⁸² BELLOTTO, op. cit., 2007.

era muito pobre, vazia.²⁸³ Mas, de certa maneira, era uma solução encontrada, porque o governador deveria mover os recursos locais para a implantação de tropas no eixo-sul, sendo esses insuficientes, então ele seria obrigado a lançar políticas para desenvolver e diversificar a produção da agricultura voltada para exportação. Dessa forma, não restava melhor saída para concentrar a população em vilas e povoados, organizando novas formas de trabalho utilizando indivíduos livres, forros e indígenas.

Embora a principal adversidade fossem os usos e costumes dos paulistas no planalto e no interior, o movimento da população mais pobre e mameluca dificultava a efetivação das instruções pombalinas, por isso a solução encontrada foi a legislação portuguesa contra a vadiagem, com as mesmas medidas adotadas pelo Marques de Pombal²⁸⁴ na reconstrução de Lisboa, obrigando os vadios a se ocuparem das construções públicas. Esse elemento inútil e perigoso deveria ser bem utilizado, porém ao transportar essas leis reinóis para a realidade local, no olhar do Morgado de Mateus, todo mundo se tornava vadio, com poucas exceções, até mesmo os filhos dos Reinos residentes em São Paulo não fugiam da acusação do governador e capitão-general.

O governador Morgado de Mateus necessitava dessa população, em um primeiro momento, para a constituição das tropas, e depois como contingente populacional nas explorações e fundações de povoações e vilas. Iniciou construindo um discurso sobre a pobreza e a miséria dos paulistas, que seriam fruto da falta do trabalho e dos terríveis costumes locais, enquadrando toda a população na vadiagem.

A agricultura de abastecimento, anterior à vinda do governador e capitão-general, era apresentada por ele timidamente, evitava falar sobre os grandes proprietários e o comércio de gado, preferindo condenar as roças de subsistência. Apresentava como terrível o hábito dos paulistas de plantar apenas o necessário, não possuindo excedentes, procurando instigar a diversificação agrícola, assim como o uso de técnicas e materiais para aumentar a produção. Porém, a maioria desses indivíduos que possuíam roças de subsistência, residentes em áreas afastadas “pelos matos”, ao colher a produção procuravam outras terras, argumentando que os solos estavam “mortos”²⁸⁵.

²⁸³ MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

²⁸⁴ MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

²⁸⁵ MARCÍLIO, Maria Luíza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: EdUSP, 2000, p.154.

Sobre esse segmento, uma arraia-miúda destituída do controle do poder local e do direito de vínculo com a Coroa e a Igreja, iria incidir as políticas de repressão e controle por parte do governador Morgado de Mateus, apresentando-os como vadios. Seguindo essas medidas, ele proibia esses indivíduos de residir em sítios volantes, sendo endereçados a povoações.²⁸⁶

Daí para frente refere-se com muita atenção à população pobre e livre. Os forros e indígenas deveriam assumir a importante função do trabalho na administração do Morgado de Mateus. Nas mais diferentes diretrizes de seu governo, ele iria recomendar o ingresso desses indivíduos, pois os mesmos seriam ociosos, preguiçosos e perigos ao sossego público, imputando aos vadios crimes, roubos e até terríveis assassinatos por viverem a lei da natureza.²⁸⁷

As análises empreendidas pelo governador não compreendiam os trabalhos realizados por esses elementos que se afastavam da vida em sociedade, pautada na distinção entre senhores e escravos, onde eles possuíam uma posição fluida.²⁸⁸ Todavia, muitas vezes negavam a posição de trabalhadores devido às péssimas condições oferecidas em ofícios manuais. Desse modo, eram em muitos casos enquadrados nas leis antivadiagem, das quais muito se valeu D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. É estonteante a quantidade de legislações sobre o controle das populações vadias e ociosas em Portugal. A vadiagem e mendicância geraram inúmeras leis a partir da Lei da Sesmaria (1375)²⁸⁹, das Ordenações Manuelinas (1513)²⁹⁰ e do título de número 68 das Ordenações Filipinas (1603)²⁹¹, cabendo ressaltar²⁹²:

1- Alvará de 8 de janeiro de 1627²⁹³

2- Decreto de 13 de agosto de 1639²⁹⁴

²⁸⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O trabalho livre em São Paulo - século XVIII**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

²⁸⁷ MARCÍLIO, op. cit., p.155.

²⁸⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.101.

²⁸⁹ Anexo 1 - Lei das Sesmarias de 1375.

²⁹⁰ Anexo 2 - Ordenações Manuelinas (Livro 5, Título 73).

²⁹¹ Anexo 3 - Ordenações Filipinas (Livro 5, Título 68).

²⁹² PEREIRA, Joaquim José Caetano (et al.). **Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes: R-Z**. Vol. 3. Lisboa: Rolland, 1827.

²⁹³ Anexo 4 - Ordenações João IV, Alvará de 8 de janeiro de 1627.

²⁹⁴ Anexo 5 - Índice chronologico remissivo da legislação Portuguesa: posterior à publicação do código Filippino com hum appendice parte I. Desde a mesma publicação até o fim do reinado do Senhor D. João V (1825, p.103).

- 3- Decreto de 16 de maio de 1644 ²⁹⁵
- 4- Decreto de 19 de maio de 1644 ²⁹⁶
- 5- Decreto de 11 de abril de 1673 ²⁹⁷
- 6- Decreto de 21 de julho de 1675 ²⁹⁸
- 7- Decreto de 16 de março de 1680 ²⁹⁹
- 8- Decreto de 4 de março de 1688 ³⁰⁰
- 9- Decreto de 7 de março de 1691 ³⁰¹
- 10- Decreto de 17 de fevereiro de 1699 ³⁰²
- 11- Decreto de 23 de setembro de 1701 ³⁰³
- 12- Decreto de 14 de fevereiro de 1702 ³⁰⁴
- 13- Decreto de 8 de maio de 1719 ³⁰⁵
- 14- Decreto de 29 janeiro de 1723 ³⁰⁶
- 15- Alvará de 14 de agosto de 1751 ³⁰⁷
- 16- Decreto de 4 de novembro de 1755 ³⁰⁸
- 17- Lei de 25 de junho de 1760 ³⁰⁹

No dia 10 de fevereiro de 1750, El-Rey D. José I elaborou um decreto, não referido anteriormente, ordenando a prisão dos vadios e ociosos para serem remetidos para a Índia. O objetivo anunciado era a indispensabilidade de combatentes, e não propriamente a intenção de enxotar a ociosidade. No império português a prisão de vadios e vagabundos constantemente

²⁹⁵ Anexo 7 - Remente ao alvará de 13 de dezembro de 1743, que na verdade remete ao alvará de 11 de abril de 1689.

²⁹⁶ Anexo 7 - Índice chronologico remissivo da legislação Portugeuza: posterior à publicação do código Filippino com hum appendice parte III. Desde a mesma publicação até o fim do reinado do Senhor D. João IV (1807, p.42-43).

²⁹⁷ Anexo 8.

²⁹⁸ Anexo 9.

²⁹⁹ Anexo 10.

³⁰⁰ Anexo 11.

³⁰¹ Anexo 12.

³⁰² Anexo 13.

³⁰³ Anexo 14.

³⁰⁴ Anexo 15.

³⁰⁵ Anexo 16.

³⁰⁶ Anexo 17 - Índice chronologico remissivo da legislação Portugeuza: posterior à publicação do código Filippino com hum appendice parte III. Desde a mesma publicação até o fim do reinado do Senhor D. João IV (1807, p.130).

³⁰⁷ Anexo 18 - Decreto de 14 de agosto de 1751, p.101.

³⁰⁸ Anexo 19.

³⁰⁹ Anexo 20 - Lei de Polícia de 1760.

escondia o verdadeiro interesse em constituir um exército efetivo; já o seu envio para outras áreas, o degredo e o serviço nos galés remetiam ao século XVI.³¹⁰

Entretanto, os anos cruciais para a consolidação de uma política generalizadora e regular de repressão e controle da vadiagem ocorreram entre 1755 e 1760. O decreto de 4 de novembro de 1755, por exemplo, arguia a indispensabilidade de combater a vadiagem (vício), quando a verdadeira intenção era a obtenção de trabalhadores para reconstruir Lisboa após o terremoto.³¹¹ A ideia era condenar os vadios para serem obrigados a trabalhar em obras da cidade (privadas ou públicas) – portanto, sem direito a receber salário. Pombal efetivara com sucesso a utilidade dos vadios, a partir de então a percepção dos vadios seria mais recorrente em toda a América portuguesa.³¹²

Já em relação à segunda lei, era criada a Intendência Geral da Polícia (25 de junho de 1760), sob influência francesa – Pombal proveu o Estado lusitano de uma organização local de policiamento extraordinariamente arrojada, delegando aos magistrados amplas autoridades. Objetivava obter as informações de todos os sujeitos ociosos, vadios ou de má ocupação, fiscalizando onde moravam, não podendo mudar sem aviso e sendo proibida a intolerância e a mendicância. Os ministros, divididos por bairros, deveriam registrar tudo em um livro de registro, detalhando nascimentos, doenças, filhos, ilegítimos, óbitos, ocupação, estado civil, idade, ofício, modo de vida ou modo de subsistência.³¹³

Os andarilhos e viajantes sem ocupação deveriam ser delatados para as autoridades, visando sobretudo os vadios e vagabundos. A mendicância sem permissão seria proibida, porque, segundo a lei, permitia aos “pobres mendigos, quando em idade, e forças corporais podem servir o reino, são causa de desordens e escândalos”. Outro ponto inaugurado por Pombal fora a obrigatoriedade do uso do passaporte interno para quem desejasse passar para outras partes do Reino. Sendo divulgados através da lei os perigos relacionados aos vadios e como eles ameaçavam o sossego público.

Por seu lado, D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão vivenciara essa experiência no reino, e pretendia reeditar as leis de 25 de junho de 1760³¹⁴, denominadas Lei de Polícia, acreditando ser possível obter os mesmos efeitos alcançados no reino. Independentemente da retórica do governador de impugnar a ociosidade, a preguiça, os vadios e seus vícios,

³¹⁰ LOPES, Maria Antónia. **Protecção social em Portugal na idade moderna**. Vol. 5. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Coimbra University Press, 2010, p.139.

³¹¹ Ibidem, p.140.

³¹² Ibidem, p.140.

³¹³ Ibidem, p.140.

³¹⁴ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 65, p.113-116.

transmitidos para a maioria dos habitantes, seu real desejo era a obtenção de povoadores, como na fundação do Iguatemi (1767-1777) e nas demais povoações. Ao fim de sua administração já eram 38 freguesias, mesmo que nem todas tenham vingado, valendo a pena citar Campinas do Mato Grosso e Piracicaba, ambas criadas para a viabilização do Iguatemi.³¹⁵

Porém, a Lei de Polícia não gerou o retorno esperado pelo Morgado, pois, não havendo polícia no caso da América portuguesa, era necessária a fiscalização por parte da justiça local e dos capitães-mores, dependendo dessas autoridades locais a identificação dos vadios – inúmeros eram identificados como vadios pelo governador, mas para a justiça local figuravam como pequenos agricultores. Porém, o Morgado de Mateus, ao tentar convencer o governador de Minas a adotar a medida, foi aconselhado a desistir, pois não existia polícia e o território era gigantesco. E, por fim, uma junta convocada pelo governador advertia certo exagero da sua percepção de vadios.³¹⁶

Mesmo contrariado, o governador insistiu, a ponto de exigir o uso de passaporte interno e, de certo modo, conseguir utilizar esses elementos inúteis em tropas e em povoações, mesmo que não extinguisse o problema. Os vadios, portanto, iriam continuar a assolar a capitania, os relatos posteriores dos governadores não iriam deixar de apontar a presença da vadiação na vida urbana, como soldados ou indivíduos que gastavam os salários em jogos de azar, bebidas e prostituição. Mesmo o Morgado de Mateus inaugurando os maços de população³¹⁷, em nenhum deles em seu período de administração foram citados os vadios. Mesmo referendando, as listas dos vadios empregados nas povoações são desconhecidas.

Mas iria despentear a percepção dos vadios por parte dos futuros governadores e autoridades locais da terra, pois até então nenhum cronista ou memorialista, com exceção dos futuros relatos dos viajantes, iriam aferir os vadios na capitania de São Paulo.³¹⁸ Nos quais aos poucos os paulistas e mamelucos iam se integrando aos preceitos dos colonizadores portugueses.³¹⁹

³¹⁵ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

³¹⁶ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 14, 1895, p.162-163.

³¹⁷ Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vol. 44, p.101.

³¹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.101.

³¹⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: EdUSP, 2000, p.155.

REFERÊNCIAS

Fontes

Actas da Camara Municipal de São Paulo (1756-1764). Publicação oficial do Archivo Municipal de São Paulo. Vol. 14. São Paulo: Typographia Piratininga, 1919.

Actas da Camara Municipal de São Paulo (1765-1770). Publicação oficial do Archivo Municipal de São Paulo. Vol. 15. São Paulo: Typographia Piratininga, 1919.

Actas da Camara Municipal de São Paulo (1771-1776). Publicação oficial do Archivo Municipal de São Paulo. Vol. 16. São Paulo: Typographia Piratininga, 1919.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1713. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 14/05/2013.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, vols. 6, 7, 9, 10, 14 (1902); 15 (1895); 19, 23 (1896); 33, 34 (1901); 65, 67 (1940); 69 (1946); 72, 73 (1952); 92 (1978).

Indice chronologico remissivo da legislação Portugeuza: posterior à publicação do código Filippino com hum appendice parte III. Desde a mesma publicação até o fim do reinado do Senhor D. João IV. Lisboa, 1807.

PORTUGAL. Leis, decretos etc. [Alvará com força de Lei da criação da Intendência Geral da Polícia e seu Regulamento, de 25 de Junho de 1760]. Lisboa: reimpresso na Officina de Miguel Rorigues, 1760. Disponível em: <<http://purl.pt/17387>>. Acesso em: 02/04/ 2013.

Obras de referência

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da História Colonial** (1500-1800). Disponível em: www.dominiopublico.DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2074>.

ABREU, Laurinda. Beggars, vagrants and romanies: repression and persecution in Portuguese society (14th–18th centuries). **Hygiea Internationalis**. Linköping, v. 6, n. 1, 2007.

_____. Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno. In: **Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad** (s. XV-XX). Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina colonial: A América Latina Colonial**. Vol. II.

ALMEIDA, Rita Heloísa. **O diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: UnB, 1997.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Afrontamento, 1984.

ANDREONI, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Itatiaia, 1982.

AZEVEDO, Carmen Lucia de. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Vol. 86. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Nova Seara; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855**. Vol. 13. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1997.

_____. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. Vol. 152. Annablume, 2001.

_____. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 34, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Presídio do Iguatemi: função e circunstâncias (1765-1777). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 21, 1979. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/revista021/rev021heloisabellotto.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

_____. **Autoridade e conflito no Brasil: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana” **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/01/2013.

_____. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP/ Fapesp, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711- 1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.

BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-1767. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 26, n.4, p. 95-123, out/dez.1972.

COATES, Timothy J. **Convict Labor in Portuguese Empire 1740-1932** - Redefining the empire, 1740-1932: redefining the empire with forced labor and new imperialism. Leiden/Boston: Brill.

CUNHA, A. G. da. **Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval**. CD-ROM. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais** (século XV a XVIII). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte**: a criação urbana e organização na capitania de São Paulo, 1765-1811. São Paulo: Alameda, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil 1675-1835. In: **História General de America Latina**. Vol. 3. Paris/Madrid: UNESCO/ Editorial Trotta, 2001.

_____. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª.ed. São Paulo: Alameda, 2009.

ELLIOTT, John. **Imperial Spain** - España, Europa y el Mundo del Ultramar (1500-1800). Madrid: Taurus, 2010.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina** (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª.ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Paula Guilhermina Carvalho. Os vadios no Porto de início do século (1901-1906). **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, série II, v. XI, 1994.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O trabalho livre em São Paulo** - século XVIII. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto – Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres pobres na ordem escravocrata**. 4ª.ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editoria Nacional; Publifolha, 2000.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força - História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1988.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. Tradução e apresentação de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da População em São Paulo no século XVIII (sic) [XVII]. **Revista do Instituto de Estudo Brasil**. São Paulo, n. 1, 1966.

_____. **Monções**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Monções e capítulos da expansão Paulista**. Organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. 4ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JARDIM, Caio. **A capitania de São Paulo** (sob governo do Morgado de Mateus, 1765-75). São Paulo: Departamento de Cultura, 1939.

JÜTTE, Robert. **Poverty and deviance in early modern Europe**. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KOK, Glória. **O sertão itinerante**: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LARA, Silvia (Org.). **Ordenações Filipinas**: Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Fragmentos Setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: Edusc, 2002.

LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenança na Capitania de São Paulo**: das origens do Morgado de Mateus. São Paulo: As Milícias. Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 1975.

_____. **Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo**: as Milícias. Tese (Doutorado em História Econômica), FFLCH/USP, São Paulo, 1979.

LOPES, Maria Antónia. **Protecção social em Portugal na idade moderna**. Vol. 5. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/ Coimbra University Press, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população (1750- 1850). São Paulo: EdUSP/ Pioneira, 1974.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700-1836**. São Paulo: EdUSP/ Hucitec, 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores de corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política - Livro II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal** – Paradoxo do Iluminismo. 2ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MEDICCI, Ana Paula. **Entre a "decadência" e o "florescimento"**: capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Administrando conflitos**: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). 2010. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra** – Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Américo Brasiliense Antunes de. Governo do Morgado de Mateus no Vice-Reinado do Conde da Cunha. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, n. 52, 1938.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. 2ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENEZES, Sezinando Luiz. Religiosos, vadios e mendigos em Portugal na Época Moderna. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História, Acontecimento e Narrativa**. CD-ROM. João Pessoa: Anpuh, 2003.

MIRANDA, Lilian Lisboa. **Gentes de Baixa Esfera em São Paulo: cotidiano e violência no Setecentos**. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9ª.ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

ODALAI, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Orgs.) **História do Estado de São Paulo: A Formação da Unidade Paulista Vol.1 - Colônia e Império**. São Paulo: UNESP, 2010.

PEREIRA, Joaquim José Caetano. **Esboço de hum dictionario juridico, theoretico, e practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes: R-Z**. Vol.3. Lisboa: Rolland, 1827.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, Heréticos e Bruxas: os degredados no Brasil-colônia**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A cidade de São Paulo**. Geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS, Mário Simões. **A vadiagem e a mendicidade em Portugal**. Lisboa, 1940.

RIBTON-TURNER, Charles James. **A history of vagrants and vagrancy, and beggars and begging**. Chapman and Hall, 1887.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e Emboabas no coração das Minas**. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 36, 1998.

SILVA, Antônio de Moraes (et al.). Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Volume 1: A-K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SOARES, Lucas Jannoni. **Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial na América portuguesa: São Paulo Colonial (1765-1775)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **O “milagre da Onipotência” e a dispersão dos Vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na Administração do Morgado de Mateus (1765-1775)**. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 31, n. 1, 2005.

_____. **Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

TORRES, Ruy A. Mendicidade. In: SERRÃO, Joel (Ed.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. IV. Porto: Livraria Figuerinhas, 1990.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas. Salvador: Itapuã, 1969.

WANDEL, Lee Palmer. **Always among us: Images of the poor in Zwingli's Zurich**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

XAVIER, Ângela Barreto. Amores e desamores pelos pobres. **Lusitania Sacra**. Lisboa, Série 2, n. 11, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1 – LEI DAS SESMARIAS (VERSÃO PARA PORTUGUÊS ACTUAL) - GLOSSÁRIO DE TERMOS

Lei das Sesmarias, 1375

AHMC/Pergaminhos Avulsos, nº 29

Exórdio da ordenação da lavoura

Por que segundo disseram os antigos sabedores entre todas as artes e obras da polícia³²⁰ e regimento do mundo não foi achada nenhuma melhor que a agricultura e pelo facto e pela razão natural se mostra que ela é mais proveitosa e necessária para a vida dos homens e das animálias, que Deus criou para serviço do homem, e ainda para ganhar e haver algo sem pecado e com honra e boa fama. E olhando esta razão, nós, Dom Fernando, pela graça de Deus, Rei de Portugal e do Algarve, e considerando como para todas as partes dos nossos reinos há desfalecimento de pão e da cevada, de que entre todas as terras e províncias do mundo devia ser muito abastada, e essas coisas são postas em tamanha carestia, que aqueles que hão de manter fazenda, ou estado, de qualquer grau de honra, não podem chegar a haver essas coisas sem muito grande desbarato do que hão. Esguardando como entre todas as razões para que este desfalecimento e carestia aconteça, a mais certa e especial é por míngua das lavras, que os homens deixam, e se partem delas entendendo em outras obras, e em outros mesteres, que não são tão proveitosos para o bem comum. E as terras e herdades que deviam ser lavradas e semeadas e que são convenientes para dar pão, e os outros frutos por que se os povos hão de manter, são desamparadas e deixadas em pousio sem proveito, e com grande dano dos povos. Porém, havendo sobre isto nosso acordo e conselho com o Infante Dom João, nosso irmão, e com o Conde Dom João Afonso, e com outros prelados e prior do Hospital e mestres da cavalaria e com os outros fidalgos e cidadãos, e homens bons dos nossos reinos, que para isto e para outras coisas do nosso serviço e prol dos ditos nossos reinos mandamos chamar para se por nisto remédio, qual pertencia para haver na terra abundância das ditas coisas.

³²⁰ Todas as palavras sublinhadas constam do glossário no final do texto.

Ordenação de como as herdades devem ser lavradas

Estabelecemos e ordenamos e mandamos que todos que hão herdades suas próprias, ou tiverem emprazadas, ou aforadas, ou por outra qualquer guisa, ou título, por que hajam direito em essas herdades, sejam constrangidos para as lavrar e semear, e se o senhor das herdades por si não puder lavrar todas as herdades que houver, por serem muitas, ou em muitas desvairadas comarcas, ou ele for embargado por alguma lídima razão por que as não possa por si lavrar todas, lavre parte delas por si, onde ele quiser e lhe mais aprouver, quanto lavrar puder, sem grande seu dano e com menor seu encargo a bem, vista a determinação daqueles a que para isto for dado poder. E as mais faça lavrar por outrém, ou as dê a lavrador, que as lavre e semeie pelas partes, ou pensão certa, ou foro, assim como se melhor puder fazer de guisa que as herdades que são para dar pão sejam todas lavradas aproveitadas e semeadas compridamente, como for mester, ou de cevada, ou de milho, por qual for e que mais frutos e melhor possa dar em seus tempos e sazões aguisadas. E outrossim sejam constrangidos para haverem e terem, cada um, tantos bois para lavrar quantos forem mester para a lavoura, segundo a quantia das herdades que houver, com as outras coisas que à lavoura pertencerem.

Dos bois

E por que pode acontecer que aqueles que hão de ser constrangidos para lavrarem, e terem bois para a lavoura, não os puderam achar, para os comprar, se não por muito grandes preços, mais do que o que valeriam aguisadamente, temos por bem e mandamos que sejam constrangidos, aqueles que os tiverem para vender, para os darem àqueles que os mester houverem, e os hão de ter por preços aguisados, segundo for taxado pelas justiças dos lugares, ou por aqueles que forem postos por vedores para isto. E mandamos que para comprar os bois e as outras cousas que são pertencentes à lavoura, e outrossim para começar de lavrar e aproveitar as herdades que forem para lavrar, seja assinado certo tempo, aos que o de fazer houverem, que o façam e cumpram sob certa pena, que sobre isso seja posta. E, se os senhorios das herdades por sua negligência, não quiserem cumprir tudo isto que nos é ordenado, nem quiserem lavrar nem aproveitar essas herdades, por si, ou por outrém, como dito é, as justiças dos lugares, ou aqueles a quem para isto fôr dado poder, dêem essas herdades a quem as lavrar e semeiem, por certo tempo, e por pensão, ou parte certa. E o senhor da herdade não a possa filhar por si, nem tolher, durando o dito tempo, à qual a quem assim for dada. E essa parte, ou pensão, que o lavrador houver de dar, seja para o bem do

comum, em cujo termo essas herdades jouverem. Mais, não seja dada, nem despesa, em nenhum uso, se não por nosso especial mandado.

Dos mancebos e Servidores

Outrossim por que os que deviam ser lavradores e foram, e os outros que hão razão de o ser, e os que têm herdades para lavrar, se escusam da lavoura por que dizem que não podem haver mancebos, que lhes façam mester para isso. E a muitos daqueles que usavam de lavrar e que serviam no mester da lavoura, deixaram esse mester da lavoura, e recolheram-se aos paços dos ricos homens e fidalgos por haverem vivenda mais folgada e mais solta, e por filharem o alheio sem receio, e deles por muito grandes soldadas, que lhes davam, por servirem em outros autos e mesteres não tão proveitosos, como é a lavoura, e outros que são pertencentes para servir no mester da lavoura não querem servir nela e usam de outros ofícios e mesteres de que se à terra não segue tamanha prol. E muitos que andam vadios pela terra chamando-se criados e escudeiros, ou moços nossos, ou do Infante, ou de algum dos condes, ou de outros poderosos e honrados, por serem coutados e defesos da Justiça, nos males e forças e malefícios que fizerem, não vivendo na nossa mercê, nem com nenhum dos sobreditos. E alguns que se lançam a pedir esmolas, não querendo fazer outro serviço catam outras muitas maneiras e azos para viverem ociosos e sem afã e não servirem. E alguns filham hábitos como de religião e vivem apartadamente fazendo congregação, contra defesa de direito não entrando, nem sendo professores em nenhuma e de nenhuma das ordens religiosas estabelecidas e aprovadas pela Santa Igreja, não fazendonem usando de fazer alguma obra proveitosa ao bem comum e sob figura de religioso e de santa vida, andam pelas terras e lugares pedindo e juntando algo e induzindo muitos, que se juntam a eles e por seu induzimento deixam os mesteres e obras de que usam e vão estar e andar com eles não fazendo outro serviço nem obra de proveito. Porém temos por bem e mandamos que todos que foram, ou deviam ser lavradores, e outrossim os filhos e netos dos lavradores e todos os outros moradores, assim nas cidades e vilas como de fora delas, que houverem de seu, meor quantia de quinhentas libras, quanto quer que seja menos dessa quantia de quinhentas libras, e que não haja nem use de tão proveitoso mester para o bem comum, por que de razão e de direito deva a ser escusado de lavrar, ou servir na lavoura, ou no viver continuamente com tal pessoa que o mereça e o haja para obra de serviço proveitoso, que todos e cada um destes suso ditos sejam constrangidos para lavrar e usar do dito mester e ofício da lavoura. E se não tiverem herdades suas que por si queiram e possam lavrar, sejam constrangidos e apremados

para viverem com aqueles que os mester houverem para as lavourase os sirvam e ajudem a fazer essa obra de lavoura, por soldada, e preço aguisado segundo é taxado pelas ordenações, que sobre isto são feitas, ou segundo taxarem e alvidrarem aqueles que para isto forem postos em cada um lugar. E qualquer que der ao mancebo, ou a qualquer que houver de servir, mais que aquilo que for taxado, pelos regedores dos lugares, ou por aqueles a quem para isto for dado poder, pague cinquenta libras, por a primeira vez e por a segunda cento, e daí em diante, pague essa quantia, e demais seja lhe estranhado, com pena de justiça, como à qual que quebranta lei e vai contra mandado de seu rei. E estas penas sejam metidas em renda para o bem comum, e mandamos que quaisquer que acharem andar chamando-se nossos, ou da Rainha, ou do Infante, ou de qualquer outro que não seja conhecido notoriamente, por daquele de que se chama, sejam logo presos e recadados pelas justiças dos lugares, para se saber como, e porque maneira vivem, e as obras que fazem e de que usam. E se certidão não mostrarem como vivem e andam por recado certo, ou por serviço daqueles cujos disserem que são, que sejam constrangidos para servirem e se servir não quiserem, sejam açoutados, e todavia constrangidos para servir por suas soldadas e taxadas como dito é.

Dos pedintes e religiosos

E por que a vida dos homens não deve ser ociosa e a esmola não deve ser dada se não àquele que por si não pode ganhar, nem merecer por serviço de seu corpo porque se mantenha, e segundo o dito dos sabedores e dos santos doutores mais justa cousa é de castigar o pedinte sem necessidade, e que pode escusar de pedir fazendo alguma outra obra proveitosa, que de lhe dar a esmola que deve ser dada a outros pobres, que não podem fazer a obra de serviço, porém, mandamos que quaisquer que assim forem achados, assim homens, como mulheres, que andam alotando e pedindo, não usando de outro mester sejam vistos e catados por as justiças de cada um lugar e se acharem que são tais e de tais corpos e de tal idade que possam servir em algum mester, ou obra de serviço, posto que em alguma parte dos membros corporais sejam minguados, por com toda essa míngua podem fazer algum qualquer serviço, sejam constrangidos para servirem aquelas obras que as ditas justiças, ou aqueles que para isto forem postos, virem que podem servir por seu mantimento e por sua soldada, segundo entendem que o podem merecer de guisa que nenhum no nosso senhorio não viva sem mester, ou sem obra de serviço e de proveito. E aqueles que acharem andar, ou viver em hábito de religiosos que não são professos dalguma das ordens aprovadas como sobredito é, digam-lhes e mandem que vão lavrar e usar do mester da lavoura, fazendo-se lavradores por si, se o fazer

puderem e quiserem, ou se não que sirvam aos outros lavradores no mester da lavoura, e constrandam-nos para isso, sem outro meio e os que servirem, se não quiserem, nem obrar do mester que lhes mandarem, desde que lhes for mandado que sirvam, e obrem do dito mester quaisquer que sejam das adições sobreditas. Sejam açoutados por a primeira vez e constrandidos toda guisa para servir e se daí em diante servir não quiserem, sejam açoutados com pregão, e deitados fora de nossos reinos. E aqueles que forem achados tão fracos, ou velhos, ou doentes por tal guisa, que não possam fazer nenhuma obra de serviço, ou alguns envergonhados que já fossem honrados e caíram em míngua e pobreza, de guisa que não podem escusar de pedir esmolas, e não são para servir a outrém dêem-lhes as justiças alvarás para que possam pedir suas esmolas seguramente e qualquer homem, ou mulher que acharem andar pedindo sem recado, ou sem alvará de justiça, dêem-lhe a pena sobredita. E para se cumprirem e porem em obra estas cousas que assim por nos são ordenadas temos por bem e mandamos que em cada uma cidade e vila de cada uma comarca e província das correições sejam postos dois homens bons dos melhores cidadãos que em essas cidades e vilas houverem, os quais hajam de saber e ver todas herdades que há, em cada uma comarca que são para dar pão e não são lavradas, e façam que sejam lavradas e aproveitadas para pão e hajam poder para constringer os senhores delas, que lavrem, ou façam lavrar e semear, pela guisa que sobredito ordenado é. E porque os senhores das herdades não as querem dar a outros que as lavrem, senão por grandes pensões, ou por muito grandes rendas, e os lavradores, ou aqueles que as houverem de lavrar não as querem filhar se não por muito pequenos preços, ou muito pequenas quantias, ou porventura sem nenhum encargo, de dar pensão, nem parte aos senhores de suas herdades. Porém e por não haverem ocasião, ou azo, nenhuma das partes de se escusar e as herdades não ficarem por lavrar temos por bem e mandamos que estes dois homens bons que assim forem escolhidos como dito é, em caso que se as partes não possam entender, taxem e alvidrem quantia, ou tamanha parte, ou pensão os lavradores dêem aos senhores das herdades e possam constringer e constrandam assim os senhores das herdades, que as dêem como os lavradores que as filhem pela estimação e taxaço que assim fizerem, e se porventura estes dois homens bons entre si forem em desvairo sobre a estimação, ou taxaço, que hão de fazer, então seja dado um homem, por terceiro, pelo juiz do lugar para partir o desvairo, que for entre os dois e concordar no mais igual, segundo entender, e cumpra-se e aguarde-se o que pelos dois em esta razão for concordado, e se os senhores das herdades isto não quiserem consentir e contra isso forem, ou embargarem por qualquer maneira, por seu poderio percam essas herdades e desde então sejam aplicadas ao

bem comum, para sempre e a renda delas seja filhada e recebida para prol comum do lugar em cujo termo essas herdades jouverem.

Dos vedores e dos que hão de constranger para servir

Outrossim temos por bem e mandamos que os sobreditos homens bons que forem postos em cada um lugar do nosso senhorio inquiram e saibam logo e assim adiante pelos tempos quais, e quantos são, os que vivem e moram em esses lugares, assim naturais deles como outros quaisquer que aí chegarem, vierem de fora parte, e que não são mesteirais, nem vivem por certos mesteres necessários para prol comunal, ou não viverem com alguns tais, que os mereçam e os hajam mester para o servirem. E outrossim dos mendigantes e dos outros sobreditos, que andam em hábito de religião. E isto mesmo aos vintaneiros que são postos por guardadores das freguesias e das ruas e praças que dêem recado a estes sobreditos dois homens de todas as pessoas que acharem e souberem, cada um na sua freguesia, rua, ou praça da condição sobredita per nomina que faça deles para serem constrangidos para lavar e semear pão na terra que lhes for dada por essa justiça, e se não puderem, ou não quiserem por si manter lavoura, dêem-nos a quem os houver mester para lavar e semear pão, e não para outro mester, nos lugares e comarca onde houver herdades e lavouras de pão, ou para o lavor das vinhas, onde houver vinhas, e a lavoura do pão desfalecer, à qual nossa intenção é de acorrermos primeiro, por a razão sobre expressa, por que nos movemos a fazer esta ordenação. E taxem a esses mancebos e servidores seus preços e soldadas aguisadas, que hajam de haver segundo já suso dissemos. Porém, temos por bem que nos lugares onde se sempre costumou de haver ganha dinheiros, e se não podem escusar, que deixem tantos quantos para isso forem necessários per numero certo. E todos os outros que forem pertencentes para servir sejam constrangidos para o mester e ofício da lavoura, pela guisa que dito havemos. E para isto que assim ordenamos e mandamos fazer por serviço de Deus e prol de todos os do nosso senhorio não ser torvado, nem embargado por nenhum. Estabelecemos e mandamos que qualquer e de qualquer estado e condição que seja por seu poderio e sem razão directa defender, ou embargar, por qualquer maneira, fora de juízo algum daqueles que mandamos por esta ordenação constranger, ou que forem constrangidos por aqueles a quem para isto for dado poder, ou ofício, para não servirem, ou não obrirem naquilo que lhes for mandado, que paguem a nos, se for fidalgo quinhentas libras, cada vez que o fizer, ou tentar de fazer, e seja logo por esse facto sem outra sentença de juízo desterrado do lugar onde morar, e saia logo daí sem outro mandado e donde quer que nos estivermos a seis léguas, e se

fidalgo não for, que pague trezentas libras, e haja a dita pena do dito degredo. E sejam logo penhorados e constrangidos e vendidos seus bens por a dita quantia para a guisa que é por nos mandado, que se vendam por as outras nossas dívidas. E as justiças dos lugares e outrossim aqueles a quem for dado poder para cumprir isto que por nos aqui é ordenado o façam saber ao nosso sacador e ao nosso almoxarife e escrevão dos nossos direitos para mandarem constranger por as ditas quantias e se o não fizerem, ou forem nisso negligentes que esses juízes e vedores as paguem em dobro.

Dos gados

Outrossim por que alguns dos que eram lavradores, e outros muitos que poderiam ser se quisessem, comprem e ganham grandes manadas e somas de gados e os trazem e governam pelas coutadas e herdades alheias, e comprem as ervas e pascigos dos senhores das herdades de que esses senhores das herdades hão algo. E esses senhores dos gados vendem o esterco desses gados e hão por ele algo, e por esta razão uns e os outros, assim os senhores das herdades como os dos gados não curam de lavrar e aproveitar as herdades. Porém defendemos e mandamos que daqui em diante não sofram nem consintam a nenhum, que haja nem traga gados seus nem doutrem, se não for lavrador, ou não mantiver lavoura, ou for mancebo de lavrador que more com esse lavrador para o serviço da lavoura, ou para guarda de seus gados, ou doutras obras pertencentes ao dicto mester da lavoura, e os que mantiverem lavoura, ou quiserem ser lavradores e lavrarem herdade sua, ou doutrem, ou viverem com esses lavradores, ou que mantiverem lavra, por esse mester da lavoura, como dito é, possam haver e trazer gados, quantos lhes quiserem e mester houverem, para seus mantimentos e sustimento de suas lavouras aguisadamente, sem pena e sem outro embargo. E qualquer que do dia da publicação desta nossa ordenhação, a três meses houver, ou trouxer gados, se não lavrar e semear herdade, sem tempo e sazão for de lavoura e sementeira, ou se tempo não for de lavrar, e se não obrigar, com caução suficiente para lavrar e semear, ao tempo ou sazão conveniente para isso, filhando logo, ou assinando alguma herdade, que para o primeiro tempo que se seguir da lavoura haja de lavrar, perca todo o gado que daí em diante trouxer e houver, e seja lhe todo filhado para o comum do lugar onde isto acontecer e qualquer que o acusar e mostrar haja para si o terço, e esse gado que assim for filhado para o comum não sejam desbarrado, nem despeso, sem nosso especial mandado, se não nos labores e obras das fortalezas e reparamentos desses lugares.

Dos mercadores

Como a nós fosse denunciado, pelos concelhos e pelos mercadores, e por outros muitos da nossa terra, que muitos mercadores doutras nações estranhas vivem e estão nos nossos reinos e são isentos dos encargos do comum e do nosso serviço, e que põem as mercadorias e coisas que trazem a este reino em qual monta e qual valia querem, e compram e mandam os comprar por todas as partes do reino as que achara na terra muito refeces e tiram e levam as nossas moedas para fora dos nossos reinos, contra a nossa defesa e acrescentam em seus, algos e riquezas, que enviam para outras partes doutros senhorios, E os mercadores nossos naturais, que hão de sustentar os ditos encargos do nosso serviço e do comum, não podem, entre eles ganhar nem fazer sua prol. E como isto mesmo fosse por vezes dito e denunciado aos reis, que ante nós foram, e mostrado o dano que por isto os do reino recebiam, e não foi sobre isto posto remédio. Esguardando nós que quanto cumpre ao nosso estado, e ao bem público, dos nossos súbditos serem ricos e abastados, que tanto mais devemos e somos tidos de olhar por prol dos nossos naturais que dos estranhos, e arredar aquilo por que lhes pode ser enbargado de fazer sua prol e acrescentar em seus algos. Porém, com conselhos da nossa corte e do Infante Dom João, nosso irmão, e do Conde Dom João Afonso e prior do Hospital e dos prelados e mestres da cavalaria e dos outros fidalgos e cidadãos da nossa terra que sobre isto mandamos chamar: Ordenamos e mandamos e defendemos que nenhum mercador de fora dos nossos reinos não compre por si, nem por outrem, nenhum haver de peso, nem comesinho, salvo para seu mantimento, nem moeda, nem nenhuma outra mercadoria, em nenhum lugar dos nossos reinos, fora da cidade de Lisboa, nem dêem seus dinheiros a outros da nossa terra para comprarem nenhuma mercadoria fora da dita cidade, e defendemos a todos os nossos naturais, que não filhem seus dinheiros, nem outro seu haver, por nenhum título, ou figura de nenhum contrato, nem por outra maneira de engano, para mercarem, ou venderem fora da dita cidade, salvo vinhos, ou fruta, ou sal, que outorgamos que possam comprar no nosso reino d'Algarve, nos outros portos e lugares do nosso reino em que não é defeso por costume antigo para carregar e levar para qualquer parte que quiserem. E se além disto fizerem, ou contra isto forem, por qualquer maneira, esses mercadores percam tudo o que assim derem. E qualquer que filhar dinheiros, ou outro haver dos ditos mercadores estranhos, para mercar, ou negociar em prol desses mercadores, fora da dita cidade, perca todos os bens que houver e sejam para a coroa do reino. E el moira porem. E mandamos que na dita cidade de Lisboa e nos portos dela, os ditos mercadores possam comprar quaisquer mercadorias e empregar seus haveres, e os possam carregar e levar fora da nossa terra, salvo aqueles haveres e coisas que por nós e

por os reis nossos antecessores são defesas e vedadas, que não sejam tiradas do reino, e mandamos que aqueles que passarem isto que por nos é defeso, e ordenado, ou contra isto forem percam todos os bens que houverem e lhes forem achados no nosso senhorio e sejam aplicados a nos. E os corpos estejam obrigados, para lhes ser estranhado com pena, qual nossa mercê for. E mandamos que as justiças e vedores e vereadores dos lugares guardem e façam cumprir e guardar tudo isto, que por nós aqui é ordenado e defeso. E se o contrário fizerem, ou em isso forem negligentes, que percam todos os ofícios e todos os bens que houverem, e sejam para a coroa do reino. E outrossim mandamos aos nossos meirinhos e corregedores que requeiram e saibam, pela graça que fazem e cumprem aquilo que lhes por nós é mandado, para lhes darem a pena sobredita, se acharem que o não guardam, ou em isto forem negligentes e nos façam saber o que sobre tudo obrarem e fizerem sob pena dos ofícios e dos corpos.

Publicação de Santarém

Era de mil e quatrocentos e treze anos, vinte e seis dias de Maio em Santarém, presentes Afonso Domingues e Lourenço Gonçalves, vassalos d'el rei e do seu conselho, e Gil Anes, vassalo e sobre juíz d'el rei na Casa do Cível, e que tinha então o selo da dita casa, e João Lourenço, vassalo d'el rei e juíz por ele na dita vila e Gonçalo Domingues, procurador do dito concelho e presentes outros muitos homens bons que para isto foram chamados e juntados no alpendre do Mosteiro de São Domingos, foram publicadas e lidas por mim Gonçalo Peres, escrivão da chancelaria estas ordenações suso escritas. E logo por o dito Afonso Domingues, foi mandado da parte do dito senhor ao dito juíz que com acordo dos vereadores e homens bons da dita vila pusesse homens bons e executores certos para fazer e cumprir estas coisas que nas ditas ordenações está contido e pelo dito senhor mandado. E que esse juíz as fizesse cumprir e guardar em tudo sob as penas nelas contidas. Eu dito Gonçalo Peres esta publicação escrevi por mandado do dito Afonso Domingues, vassalo e do Conselho do dito Senhor

Publicação de Coimbra

Era de mil e quatrocentos e treze anos, primeiro dia de Junho na cidade de Coimbra, presentes Gil Anes, vassalo d'el rei e sobre juíz na Casa do Cível e Corregedor em essa casa e na dita cidade e Gonçalo Miguéis, ouvidor do crime e Gonçalo Anes, sobrejuíz e Gonçalo

Martins, procurador nos feitos d'el rei e Afonso Martins Alvernaz, juiz por esse senhor na dita cidade e Outros muitos homens bons chamados e ajuntados para isto foram publicadas e lidas estas ordenações suso escritas. Eu Estevão Anes, escrivão da chancelaria da dita casa isto escrevi.

Egidius Johanis³²¹

Glossário³²²

Afã - ânsia, canseira, trabalho, pena

Aguisadas - preparadas

Aguisar - combinar, dispor, concertar

Algos - algumas coisas, alguns bens

Almoxarife - feitor das propriedades da casa real

Aalotar - dispor por lotes, andar em grupos

Alvará - documento passado por autoridade pública

Alvidrar - avaliar, arbitrar, apreciar, julgar

Animálias - animais, bestas

Apremar - apertar, forçar, obrigar

Azo - ocasiões, forma, maneira

Catar - inquirir; procurar; examinar com diligência; respeitar; atender; tratar

Comarca - circunscrição territorial

Corregedor - representante do rei na repectiva circunscrição

Correição - área de jurisdição do corregedor

Desaguisado - mal intencionado; sem razão; injúria; mau trato

Desbaratar - distribuir; fazer em sortes; repartir

Desbarrado - solto, liberto

Desfalecer - acabar-se; extinguir-se; desaparecer

Desfalecimento - falta; engano; falha do preciso

Desvairo - discórdia; discrepância nos pareceres e votos; opinião contrária; desunião, desacordo

Esguardar - ter em consideração, acautelar-se

³²¹ Assinatura autógrafa.

³²² Bibliografia consultada para elaborar o glossário: Elucidário de termos antigos, Viterbo; Lello Universal: dicionário Enciclopédico, Lello Editores, 1997; Grande Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa, Cândido de Figueiredo, Bertrand Editora, 1996.

Filhar - tomar, receber, conquistar

Foro - o mesmo que prazo

Guisa - modo; forma; maneira

Guisamento - aviamento e preparo para qualquer coisa de fazer

Guisar - aprontar; preparar

Jouvar - jazer, estar ou conservar-se em algum lugar

Lídima - legítima, genuína

Mancebo - indivíduo jovem, moço, rapaz

Meirinho - oficial régio indicado para governar uma comarca, ou território

Meor - menor

Mester - ofício, ocupação, trabalho

Míngua - falta, diminuição

Outrossim - também, de outro modo

Pascigos - sítio onde o gado pasta, pastagem

Pensão - renda que se paga por determinado tempo, ou prazo, foro

Per nomina - pelo nome, pela designação, pela listagem

Per numero - pelo número

Polícia - governo, administração

Prazo - qualquer escritura, concerto; ajuste entre partes, foro

Prol - utilidade; conveniência; proveito; bem

Recado - aviso, participação

Refeces - vender, ou comprar “a refeces”, por um preço muito vil e baixo

Sacador - recebedor

Sazão - ocasião; tempo próprio e oportuno

Soldadas - foro pago em soldos, pagamento

Uso - acima, atrás, antes

Sustimento - acto ou efeito de suster

Torvar - impedir

Vedor - oficial régio que fiscaliza e verifica

Vintaneiro - juiz de vintena, juiz de um aglomerado de vinte fogos no mínimo

ANEXO 2 – ORDENAÇÕES MANUELINAS (1513)

SE O QUE FOI ACUS. POR ALG. CRIM. E LIV. ET C. 225

nom continuar, seja preso, e açoutado publicamente; e se for pessoa em que nom caiba açoutes, seja degradado pera as partes d'Alem por huũ anno.

T I T U L O LXXIII.

Se o que foi acusado por alguũ crime, e liure por sentença, ou perdã, se será mais acusado por elle.

MANDAMOS, que se alguũ for liure por Nossa sentença, ou de Nossos Julgadores, em qualquer caso por que merecesse pena corporal, di em diante, pois he liure por sentença, nom seja mais acusado polo dito caso; saluo sendo achado, que esse que assi se liurou foi liure por falsa proua, ou por conluio alguũ, que elle, ou outrem por elle ouuesse feito na primeira acusaçam; cá em taes casos poderá outra vez seer acusado, e será preso tanto que for prouado que se liurou por conluio, ou falsa proua. E se se mostrar que algũa outra pessoa foi no dito conluio com aquelle, que se assi liurou, ora seja Acusador, ora Official de Justiça, será punido segundo aluidro do Julgador, auendo respeito aa culpa que teue no dito conluio, e qualidade do caso, e das pessoas.

I E BEM ASSI se algũa pessoa for liure de algũa morte, e por nom citar todos os parentes dentro do quarto grão, alguũ dos que nom foram citados o quisesse despois de assi seer liure acusar; ou no caso

Liv. V.

Ff

on-

226 O QUINTO LIVRO DAS ORDEN. TIT. LXXIII.

onde o que se assi liurou citasse alguũ Tutor, ou Curador d'alguũ orfaõ, a que pertença a dita acusaçam, o qual Tutor, ou Curador o nom acusasse, e despois o dito orfaõ o quiseffe acusar; ou quando algũa pessoa ouueffe de Nós perdam por lhe perdoar o Tutor d'alguũ orfam, a que a acusaçam pertencia, Mandamos, que nos ditos casos os ditos parentes, que assi nom foram citados, e bem assi os ditos orfaõs, conuem a saber, as machos atee hidade de vinte e quatro annos, e as femeas atee hidade de vinte e dous annos, os possam acusar nouamente, como que nunca foram liures, ou como que nunca ouueram perdam, com tanto que querelem primeiro; porem nom seram presos por ninhũa guisa polo dito caso, de que assi sam liures, posto que delles seja querelado nouamente: mas os que assi os quiserem acusar lhe faram notificar por Nossas Justiças, como os querem acusar, e do dia da dita notificaçam, que lhe assi for feita, a sessenta dias poderá tomar Carta de seguro pola dita morte, ou se poer em cobro; e passado o dito tempo nom tendo tomada Carta de seguro poderam feer presos por a dita querela nouamente dada, ou achada. E passados os ditos sessenta dias, se o dito querelado nom for preso por a dita querela, o quereloso o fará citar por editos dentro de termo d'ou-
tros sessenta dias, e proseguiram a acusaçam aa sua reuelia atee sentença definitiua; e nom citando dentro dos ditos sessenta dias, ou nom proseguindo a dita acusaçam, será lançado, e nom será mais ouuido
fo-

ANEXO 3 - ORDENAÇÕES FILIPINAS (1603)

TITULO CXXXII

1307

sobre fiança concedida per Nòs, ou per quem para isso tenha nosso poder, as fianças, que derem, sejam obrigadas á emenda, satisfação e custas, que forem julgadas á parte, que os accusar e demandar, sem embargo que as ditas fianças sejam applicadas ao Hospital de *Todos os Santos* da cidade de Lisboa; pelas quaes queremos, que as partes contrarias hajão primeiro suas emendas, satisfação e custas, que lhes forem julgadas: E isto, quebrando as fianças (1).

M.—liv. 5 t. 92 pr.

1. E os que se livrarem sobre fiança, serão obrigados a apparecer nas audiencias, e seguir os termos dellas, como os Seguros; e não apparecendo, sejam presos, havendo delles culpas

E tanto que os seus feitos forem conclusos para final sentença na mór alçada, se pelo feito se mostrar, que merecem ser condenados, sejam logo presos, e os fiadores ficarão desobrigados da fiança, tanto que elles presos forem, se já dantes a não tiverem quebrado, ou incorrido em perdimento della (2).

M.—liv. 5 t. 92 § 1.

2. E quando o que se livrar sobre fiança, se chamar ás Ordens(3), antes de ser preso, ou depois de o ser, a ellas fôr remettido, por esse mesmo feito se perca a fiança para o dito Hospital (4).

M.—liv. 5 t. 92 § 2.

3. E quando alguma pessoa fôr dada sobre fiança, para se livrar até certo tempo, e depois lhe fôr reformado huma vez, ou muitas, sempre a fiança ficará obrigada, como dantes era, sem os fiadores e abondadores poderem allegar, que não fiarão mais que até certo tempo.

O que tambem haverá lugar em quaesquer fianças feitas para quaesquer contractos, ou rendas nossas.

E postoque os fiadores nas fianças digão, que não com contraria condição sem em-

bargo desta Ordenação, a tal clausula não valerá cousa alguma (1).

M.—liv. 5 t. 92 § 3.

TITULO CXXXII.

Que não seja dado sobre fiança preso por feito crime, antes de ser condemnado.

Todo o que fôr preso por feito crime, não seja dado sobre fiança (2), sob pena do que o der, pagar dous mil reis, se o preso pola culpa não merecer pena de sangue; e se merecer pena de sangue, ou de açoutes, ou degredo para algum lugar certo, pague seis mil reis; e se merecer pena capital, pague vinte mil reis, das quaes penas amedade será para quem o accusar, e a outra para nossa Camera.

E os que assi derem os presos sobre fiança, serão obrigados ás partes contrarias, e á Justiça em outras quaesquer penas pecuniarias e corporaes, a que per nossas Ordenações, ou Direito Communi, os ditos presos erão obrigados.

E isto haverá lugar, ora sejam muitos os que derem o preso sobre fiança, ora poucos, ora hum, assi que cada hum per si pague a pena, como se só per si o desse, e quantas vezes o derem, tantas caião nesta pena, e pagarão da Cadêa aquillo, que á nossa Camera, ou á parte principal, ou a quem o accusar, fôr julgado.

E estas mesmas penas haverão os que derem os presos á alguma pessoa, que os tenha e guarde, como Carcereiro (3), ou per qualquer outra maneira, ora os dêem ao tempo, que os prendem, ora depois de estarem na Cadêa: porque queremos, que todos sejam presos em Cadêa publica, salvo no caso, que dissemos no Liv. 1 tit. 74: *Dos Alcuides môres*, no paragrapho 9: *E posto que*.

E sendo pessoas, que devão ser presos em homenagem, o serão conforme ao que dissemos no Titulo 120: *Em que maneira os Fidalgos e Cavalleiros*, etc. (4)

M.—liv. 5 t. 91 pr.

1. Porém os Dezebargadores da Caza da Supplicação e do Porto poderão dar em

contudo como presos (Phæbo—p.1 Dec. 3, Ferreira—Pratica Crim. to. 1 trat. 3 cap. 9 n.30); e se lhes dão as culpas abertas como nos affiançados(Phæbo—p.2 Arresto 134).

(1) E isto quebrando as fianças.

A primeira edição diz: *E isto quebrado as fianças*. Vide Barboza no respectivo com., e Silva Pereira—Rep. das Ords. to. 2 nota (d) á pag. 448 e to. 3 nota (a) á pag. 397.

(2) Vide Barboza no respectivo com., e Silva Pereira—Rep. das Ords. to. 2 nota (b) á pag. 443, e to. 3 nota (b) á pag. 395.

(3) Se chamar ás Ordens.

Vide supra nota (3) á Ord. deste liv. t. 124 § 13, e Pereira e Souza—Lin. Crim. nota 222.

(4) Vide Barboza no respectivo com., e Silva Pereira—Rep. das Ords. to. 1 nota (c) á pag. 425, e to. 9 nota (a) á pag. 443.

(1) Vide Barboza no respectivo com., e Silva Pereira—Rep. das Ords. to. 2 notas (c) e (a) á pag. 444 e 445.

(2) Dado sobre fiança, i. e., affiançado sem ser por meio da fiança legal do tit. 131.

Vide Barboza no respectivo com.

(3) Como Carcereiro.

Erão estes os denominados *Fieis Carcereiros*.

(4) Vide Barboza no respectivo com., Ag. Barboza—Castigat. n. 137, e Silva Pereira—Rep. das Ords. to. 3 nota (a) á pag. 222 e to. 4 nota (a) á pag. 133, e Themudo—p. 1 Dec. 19 n.4 e Almeida e Souza—Denunc. pag. 120.

10. Qualquer pessoa, postoque Mercador não seja, nem seu feitor, que se alevantar com dinheiro, ou divida, ou qualquer fazenda alheia, ou se poser onde a parte não possa delle haver direito (se a divida, com que se alevantar, fôr de cem cruzados, e dahi para cima), morra morte natural.

E sendo de cem cruzados para baixo, não descendo de cincoenta cruzados, seja degradado por oito annos para o Brazil.

E sendo de cincoenta cruzados para baixo, será degradado per o tempo, e para onde aos Julgadores bem parecer.

As quaes penas assi da morte, como as outras, haverão lugar, postoque pelas taes dividas, com que se alevantaram, podessem fazer cessão (1).

M.—liv. 5 t. 65 § 1.
S.—p. 4 t. 22 l. 9.

TITULO LXVII.

Dos que arrancão marcos (2).

Qualquer pessoa, que sem auctoridade de Justiça, ou sem consentimento das partes, a que pertencer, arrancar marco, posto em alguma herança por demarcação, se fôr peão, seja açoutado publicamente pela Villa, ou lugar, e degradado dous annos para Africa.

E se fôr Scudeiro, e dahi para cima, seja sómente degradado os ditos dous annos.

E mettendo marco novamente, sem auctoridade de Justiça, ou das partes, a que tocar, haverá as mesmas penas, e pagará a valia da propriedade, que queria alhear com metter o marco, ametade para a parte, e a outra para nossa Camera.

E arrancando marco, não sabendo que o era, mas sómente com tenção de furtar a pedra, ou a cousa posta por demarcação, haverá a pena de furto, segundo a valia della, pois que teve tenção de furtar, e furtou cousa alheia (3).

M.—liv. 5 t. 95.
S.—p. 4 t. 22 l. 3.

(1) Vide Barbosa no respectivo *com.*, e Silva Pereira—*Rep. das Ords.* to. 4 nota (a) à pag. 116.

(2) Este crime também tem sua punição no art. 267 do Cod. Crim.

Vide Barbosa no respectivo *com.*, Mello Freire—*Inst. Jur. Crim.* tit. 5 § 5, Pereira e Sousa—*Clas. dos Crim.* pag. 350, e o Dr. Basilio—*Lic. de Dir. Crim.* tit. 5 § 5.

(3) Vide Barbosa no respectivo *com.*, e Silva Pereira—*Rep. das Ords.* to. 1 nota (c) à pag. 212, e nota (a) a pag. 762, e to. 3 nota (a) à pag. 419.

TITULO LXVIII.

Dos Vadios (1).

Mandamos, que qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mestér (2), em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alheio, passados vinte dias do dia, que chegar a qualquer Cidade, Villa, ou lugar, não tomando dentro nos ditos vinte dias amo, ou senhor, com quem viva, ou mestér, em que trabalhe, e ganhe sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar, seja preso, e açoutado publicamente.

E se fôr pessoa, em que não caihão açoutes, seja degradado para Africa per hum anno (3).

M.—liv. 5 t. 72.

1. E na cidade de Lisboa os Corregedores da Córte e da Cidade, e Juizes de Crime della, se informarão particularmente cada trez mezes, se ha nella algumas pessoas ociosas e vadias, assi homens, como mulheres.

E achando que as ha, as mandarão prender, e cada hum delles procederá summariamente, sem mais ordem, nem figura de Juizo, que a que fôr necessaria para se saber a verdade.

E os ditos Corregedores darão suas sentenças á execução sem appellação, nem aggravado.

E os Juizes darão appellação e aggravado nos casos, em que couber.

E parecendo a cada hum dos ditos Corregedores, que merecem mór castigo, o farão saber aos Dezembargadores do Paço,

(1) Este crime também he punido pelo Cod. Crim. no art. 295, e L. de 25 de Outubro de 1831 § 4.

Sobre esta classe de réos tomarão-se em Portugal diferentes providencias.

No seculo 17 temos as Leis de 12 de Março de 1601, de 30 de Dezembro, de 1605, e de 25 do mesmo mez de 1608, além dos Decr. de 13 de Agosto de 1639, e de 16 de Março de 1641.

No seculo 18 temos os Decr. de 23 de Setembro de 1701 e de 4 de Novembro de 1755, além da Lei de 25 de Junho de 1760 § 18 e 19, e Alv. de 13 de Agosto do mesmo anno.

No seculo 19 temos ainda o Av. de 2 de Abril de 1802, o Reg. de 6 de Março, a Port. de 9 de Julho, o Edital de 13 de Abril de 1810, o Prov. de 14 de Junho seguinte.

A estes actos cumpre additar: os Editaes de 22 de Agosto e de 31 de Outubro de 1807 e de 19 de Fevereiro de 1811, a Port. de 9 de Junho, e Edital do 1º de Julho de 1813, e a Port. de 8 de Abril, e Edital de 10 do mesmo mez e anno.

Vide Barbosa no respectivo *com.*, Mello Freire—*Inst. Jur. Crim.* tit. 16 § 10, Pereira e Sousa—*Clas. dos Crim.* pag. 422, e o Dr. Basilio—*Lic. de Dir. Crim.* tit. 10 § 16.

(2) Mestér, i. e., officio, profissão mechanica.

(3) Vide Barbosa no respectivo *com.*, e Silva Pereira—*Rep. das Ords.* to. 4 nota (b) à pag. 862.

ANEXO 4 – ORDENAÇÕES D. JOÃO IV

Dos vadios. Tit. 68.

149

soas ociosas, e vadias, assi homêes como mulheres. E achando que as ha, as mandarão prender, e cada hum delles procederà sumaria-mente, sem mais ordem, nem figura de Juizo, que a que for necessaria para se saber a verdade. E os ditos Corregedores darão suas sentenças à execução sem appellação, nem agravo. E os Juizes darão appellação, e agravo nos casos em que couber. E parecendo a cada hũ dos ditos Corregedores, que merecem môr castigo, o farão saber aos Desembargadores do Paço, e com seu parecer alterarão as ditas penas, mandando-os embarcar para o Brasil, ou para as galês, por o tempo que lhes bem parecer.

2 E allegando cada hum dos ditos vadios, que os vinte dias desta Ordenação não são passados, ou que teve justa causa para andar nos ditos Lugares, elles serão obrigados ao provar, do dia que o allegarem a dous dias seguintes. E mãdamos a todos os Julgadores, que sobre este caso tenham particular cuidado, e sejam muyto diligentes em prender, e castigar os taes vadios.

K 3

TITU-

*...ação que
... por uma
extravag. do ar.
de 1604 pelo
gim. do Branc
3.14 et è t. t.
de mündicanti
by validi Lib.
...ultimamente
...publicou a
Lei nova q. manda
guardar esta
Ord. porem não
seguida*

130 Livro Quinto das Orden. Tit. 69.

TITULO LXIX.

Que não entrem no Reyno Ciganos, Armenios, Arabios, Persas, nem Mouros de Granada.

*ff. 69 v. alei.
nov. do ano de
1607 e ja tinha
movido a lei
Rei D. Sebastiao
no ano de 1606
e esta no lib. da
exigera p. q. se
se nao dessem
cartas de verintan
sa*

M Andamos, que os Ciganos, assi homens como mulheres, nem outras pessoas de qualquer nasção que sejam que com elles andarem, não entrem em nossos Reynos, e Senhorios. E entrando, sejam presos, e açoitados com baraço, e pregão. E feita nelles a dita execução, lhes seja assignado termo conveniente, em que se saíão fóra delles. E não se saíndo dentro do dito termo, ou tornando outra vez entrar nelles, sejam outra vez açoitados, e percão o movel, que tiverem, e lhes for achado, a metade para quem os accusar, e a outra para a Misericordia do Lugar onde forem presos: e sendo algumas das ditas pessoas que com os Ciganos andarem naturaes destes Reynos, não serão lançados delles, mas serão além das sobre-ditas penas degradados dous annos para Africa.

1 E sendo achadas em nossos Reynos, pessoas que nos trajos, lingua, e modo, pareçam Armenios, Gregos, Arabios, Persas, ou de outras nasções fugeitas ao Turco, sejam

Que não entrem no Reyno, &c. Tit. 69.

jão presos até constar de suas pessoas, e da causa de sua vinda, e negocio que vem tratar, e por quanto tempo. E os Julgadores cada hum em sua jurisdicção, por suas cartas, e actos que disso farão, no-lo farão logo saber para mādarmos ver os ditos actos, e constando delles tanto que baste para não serem havidos por espias, e vadios lhes será limitado tempo conveniente para sua estada nestes Reynos, conforme ao que constar do negocio: passado o qual tempo (sendo nelles mais achados) serão presos, e degradados para galès, pelo tempo que houvermos por bem. E mostrando os ditos Estrangeiros breves, ou bullas do Santo Padre, para pedirem esmolos, ou para publicarem Indulgencias, as Justiças no-las enviarão, para as mandarmos appresentar aos Prelados, a que vierem dirigidas, para examinarem, se são verdadeiras, e a informação com que forão impetradas, e se vem nellas cousas, que seja justo rescrever a sua Santidade sobre a declaração dellas.

2 E os Christãos novos, Mouriscos naturaes do Reyno de Granada, e os que delles descenderem, assi homens como mulheres, que livres forem, em nenhũ tempo poderão entrar neste Reyno de Portu-

152 Livro Quinto das Orden. Tit. 70.

gal, nem viver nelle com suas familias, nê sem ellas: e os que o contrario fizerem, ferraõ presos, e degradados para as galès para sempre, e perderaõ todos seus bens para nòsso Fisco, as quaes penas executaraõ os Corregedores da Corte, e da Relação do Porto, e os Corregedores das Comarcas, sem appellação, nem aggravo. E os Juizes a elles inferiores appellaraõ para os ditos Corregedores. E as appellações que faires dos Ouvidores, e Juizes dos Donatarios da Coroa, hirão aos Julgadores a que pertencerem, e nelles fenecerãõ, sem mais se poder appellar.

T I T U L O LXX.

Que os escravos não vivão per sy, e os negros não fação bairos em Lisboa.

N Enhum escravo, nem escrava cattivo, quer seja branco, quer preto, viva em casa per sy, e se seu senhor lho consentir, pague de cada vez dez cruzados, ametade para quem o accusar, e a outra para as obras da Cidade, e o escravo, ou escrava seja preso, e lhe dem vinte açoutes ao pè do Pilourinho. E nenhũ Mourisco, nem negro, que fosse cattivo, assi homem como mulher agasalhe nem recolha na casa onde
viver

ff. 131 not. g. entre ytu. ill. Roiz. Dur. contra o
Dz. Procurador da fazenda do con. ultramarino, sejul
para estar o pido de obliuão obrig. a condensaç. do
 Que não seja dado sobre, &c. Tit. 132. 393 *Res p. apt. pela*

TITULO CXXXII.

quarta de fiação tom
no caso de con. Res de p. o
da con. final se auun
tar sem ser mero p.
 Que não seja dado sobre fiança preso por
 feyto crime, antes de ser condemnado.

T Odo o que for preso por feyto cri-
 me, não seja dado sobre fiança, sob-
 pena do que o der, pagar dous mil reis, se
 o preso pela culpa não merecer pena de sã-
 gue, e se merecer pena de sangue, ou de
 açoutes, ou degredo para algum Lugar cer-
 to, pague seis mil reis, e se merecer pena
 capital, pague vinte mil reis, das quaes
 penas ametade será para quem o accusar, e a
 outra para nossa Camera. E os q' assi derem
 os presos sobre fiança, serão obrigados às
 partes côtrarias, e à Justiça em outras quae-
 quer penas pecuniarias, e corporaes, a que
 por nossas Ordenações, ou Direito comum
 os ditos presos erão obrigados. E isto have-
 rá lugar hora sejaõ muytos os que derem o
 preso sobre fiança, hora poucos, hora hũ,
 assi que cada hum per sy, pague a pena,
 como se só per sy o desse, e quantas vezes o
 derem, tantas cayão nesta pena, e pagarão
 da cadeia, aquillo que á nossa Camera, ou á
 parte principal, ou a quem o accusar for jul-
 gado. E estas mesmas penas haverão os que
 derem os presos a alguma pessoa, que os te-

nhã,

Not. et q. o fia
do em todo o caso
esta obrig. pagar
o m. p. de condena
do o delinq. ap. p. 6.
p. 4. ar. 84.
§. 132 ve
Res. 2. p. ar. 133
Et b. não seja
dado: Liria no
Dz. do Pao ao
quai comedeu
S. Alago. poderem
dar alvarã de fi
ança pelo Regim
do lib. 8. §. 24
Et b. pena de
sangue ou de api
te: notari ad
ord. lib. 2. p. p. 5.
in fin. prim.

394 *Livro Quinto das Orden. Tit. 132*
 nha, e guarde, como Carcereiro, ou por
 qualquer outra maneira, hora os dem ao
 tempo que os prendem, hora depois de es-
 tarem na cadea: porque queremos que to-
 dos sejaõ presos em cadea publica, salvo no
 caõ que dissemos no titulo: *Dos Alcaii-
 des-Mõres*, no paragrapho. *E posto que.*
 E sendo pessoas que devaõ ser presos em
 homenagem, o serãõ, conforme ao que
 dissemos no titulo: *Em que maneira os Fi-
 dalgos, e Cavalheiros, &c.*

¶ Porém, os Desembargadores da
 Casa da Supplicação, e do Porto poderãõ
 dar em fiança os presos que por elles forem
 condemnados em degredo para Africa, de-
 pois de feita a execuçaõ dos pregões, ou dos
 açoutes, e do dinheiro, e custas em que
 forãõ condemnados. E isto, não sendo cõ-
 demnados em mais, que em seis annos, e
 sendo condemnados em mais tempo, não se
 darãõ em fiança, mas hirãõ presos servir o
 degredo, e serãõ as fianças de vinte cruza-
 dos por cada hum anno do degredo, e de-
 pois de serem tomadas, serãõ entregues aos
 Officiaes do Hospital de todos os Santos da
 Cidade de Lisboa, que para ellas saõ orde-
 nados. E tanto que lhes offerecida for cer-
 tidãõ dos ditos Officiaes por elles affinada,
 de

Que não seja dado sobre, &c. Tit. 132. 395
 de como tem registrada a fiança, soltarão
 os ditos degradados, para hirem servir seus
 degredos, e affinarlhes-hão termo de tres
 meses, em que enviem certidão dos Capi-
 tães dos ditos Lugares, de como se lá appre-
 sentarão, e as offerecerão dentro do dito
 tempo aos Officiaes do Hospital, para as
 registrarem ao pé das fianças, sob-pena de
 perderem as ditas fianças. E esta mesma fór-
 ma terão os Corregedores das Comarcas, e
 Ouvidores postos por nós, e Ouvidores
 dos Mestrados, e Juizes de fôra, nos degra-
 dados que estiverem presos nas cadeas de
 seus Julgados.

2 E quando os degradados para Afri-
 ca, depois de terem satisfeita a condenação,
 estiverem dous meses na cadea, e não acha-
 rem quem os tome em fiança a se hirem ap-
 presentar, mandamos, que os soltem, e
 lhes affinem termo de dous meses, para que
 vão começar de servir o degredo. E sendo
 achados, depois de passados os dous meses,
 sem mostrar certidão, de como servirão o
 degredo, serão condenados nas penas, que
 por nossas Ordenações são postas, aos que
 não cumprem os degredos.

3 Porém, os presos da cadea da Cor-
 te, e da Cidade de Lisboa, que forem con-

*§. 3.º f.º meros:
 et b.º f.º amir.º.
 v.º de alio privi-
 legio Eor. Lib. 8.º*

*137. §. 6.º ut in condenantur in pena pecuni-
 aria*

*Et b. de dori me
reg: Simili ord.
Ecc. lib. 140
8º 6º*

396 *Livro Quinto das Orden. Tit. 132.*

demnados em degredo , para Africa , se fo-
rem tão pobres , que a misericórdia lhes dê
de comer , e proveja na cadeia , constando
disso por certidão do Provedor , e irmãos
serão soltos , tanto que forem condemna-
dos, para hirem cumprir seu degredo , den-
tro dos ditos dous meses.

4 E os Desembargadores da Casa da
Supplicação não darão em fiança , os pre-
sos que forem trazidos a Lisboa á cadeia dos
degradados, sendo condemnados pelos De-
sembargadores da casa do Porto : posto que
estejão na cadeia os ditos dous meses.

5 E os presos da Comarca dâtre Dou-
ro, e Minho , que forem condemnados em
degredo por casos de morte , ou furtos de
qualquer qualidade , serão levados presos a
cumprir o degredo, e não serão soltos, posto
que na cadeia estejam os dous meses.

6 E os moços vadios , que na Ribeyra
de Lisboa andão a furtar bolças, e commet-
tem outros delictos , se depois de soltos a
primeira vez tornarem a ser presos pelos se-
melhantes casos , e houverem de ser con-
demnados em degredo , será para o Brasil,
e serão levados presos , sem poderem ser
soltos.

7 E o preso q pedir Alvarà de fiança
para

Que não seja dado sobre, &c. Tit. 132. 397

para hir cumprir degredo, trará certidão do Corregedor, Ouvidor, Juiz de fóra do Lugar onde for preso, em q se declare a idade, e sinaes de sua pessoa, demaneira que consiste pela certidão, ser elle o mesmo que he condemnado, e com ella se appresentará no Lugar para onde for degradado, e sem ella o não assentarão no Livro dos degradados, nem lhe passarão certidão, de como se appresentou, nem de como cõprio o degredo.

TITULO CXXXIII.

Dos tormentos.

NÃO se póde dar certa fôrma quando, e em que casos o preso deve ser metido a tormento, porque póde ser contra elle hum sò indicio, que será tão grande, e tão evidente, que baste para isso, convem a saber, se elle tiver cõfessado fóra do Juizo, que fez o maleficio porque he accusado, ou houver contra elle huma testemunha, que diga lho viõ fazer, ou fama publica que proceda de pessoas de authoridade, e dignas de fê, ou se o preso se ausentou da terra pelo dito maleficio, antes que delle fosse que-relado com outro algum pequeno indicio. E poderão ser contra elle muytos indicios tão leves, e fracos, que todos juntos não basta-

ANEXO 5 – DECRETO DE 14 DE JANEIRO DE 1639

1634

377

trarem ter quatro arcabuzes, ou mosquetes com seus frascos de pólvora, e bolça de pelouros.

L. 3. de Leis do Arch. R. fol. 186.

Maio 10 Alv. de Instruções ao Capitão João de Araujo, encarregado da Parente de Sargento Mór do Terço de Infantaria Hespanholla, e Ordenanças da Cidade da Bahia.

L. 3. de Leis do Arch. R. fol. 186. verso.

Nov. 8 Ass. do Conselho Geral do Santo Officio, sobre o privilegio de Foro dos Officiaes da Inquisição.

M.

1635.

Setemb. 18 Alv. a favor do Hospital de Santo Antonio dos Portuguezes de Madrid, para se lhe verificar a cobrança de metade das Condennações dos Feitos despachados no Conselho da Fazenda, de cuja metade lhe tinha feito mercê.

L. 3. de Leis do Arch. R. fol. 200.

1637.

Março 30 Alv. prohibindo vir pessoa alguma da India para este Reino, sem licença em escripto do Vice-Rei, ou Governador daquelle Estado.

L. 3. de Leis do Arch. R. fol. 206.

Junho 3 R. para Guarda da Peste.

L. 3. de Leis do Arch. R. fol. 206. verso.

Vide 1693. Dezembro 20.

Agosto 12 P. D. remittindo á Camara de Ponte de Lima, atenta a sua pobreza, a pena incursa por não ter tirado da Chancellaria as suas Cartas de Confirmação: facultando-lhe para isso tres annos de espaço.

L. 3. de Leis do Arch. R. fol. 211. verso.

1639.

Janeiro 14 Alv. mandando prover os Escreventes da Misericórdia de Goa nos Officios, que vagassem naquelle Estado, para que os mesmos fossem idoneos.

L. 4. de Leis do Arch. R. fol. 23.

— 15 Alv. de privilegios á Misericórdia de Macão.

L. 4. de Leis do Arch. R. fol. 22. verso.

Part. I.

Bbb

Fe-

ANEXO 6 – DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 1639

	1639.	103
	<i>L. de Provis. e Cap. de Cortes da Cam. de Coimbra fol. 167.</i>	
Julho	12	Alv. sobre Appellações, e Aggravos das terras do Duque d'Aveiro. <i>Incl. no de 12. de Setembro de 1640.</i>
Agosto	2	Ass. para se lançar logo a Sentença pelo Desembargador, em cuja mão se vencer o Feito em algum incidente: levalla a Relação para se assinar, ficando Relator dos mais incidentes. <i>3. L. 1. T. 5. 5. 4. n. 4. p. 499: C. Ass. p. 94. n. 68.</i>
—	9	Ass. para se poder declarar na contrariedade, que a defesa não he de receber, posto que tenha parecido bastante para se conceder seguro. <i>3. T. 5. T. 130. R. n. 1. p. 300: C. Ass. p. 97. n. 69.</i>
—	13	D. para serem prezos todos os vadios, e hirem servir a galés. <i>2. L. 5. T. 68. R. n. 1. p. 272.</i>
—	25	Alv. para os Almoxarifes, e Rendeiros do Duque d'Aveiro serem Juizes dos Direitos Reaes. <i>Incl. no de 20. de Setembro de 1640.</i>
Setemb.	14	D. para o Desembargo fazer logo as Consultas dos lugares, findo o tempo. <i>M.</i>
—	14	D. para o Desembargo não consultar Ministro de primeira Instancia, em quanto os houverem de serviço. <i>M.</i>
—	17	C. R. para só se poder recorrer ao Governo, e não ás Relações, sobre os casos commettidos em acção Militar. <i>L. 4. Esf. fol. 45.</i>
—	22	Vide 12. de Dezembro deste anno.
Outub.	8	P. suspendendo a observancia do 5. 28. do Regimento do Real d'Agoa, em quanto o mesmo estivesse arrendado. <i>L. 1. de Provis. e Privil. da Camara de Coimbra fol. 436. vers.</i>
Nov.	23	R. sobre meias annatas. <i>L. 4. Esf. fol. 64. vers.: Impresso em Lisboa por Manoel da Silva 1640.</i> <i>Vide R. de 18. de Agosto de 1638.</i>
—	26	P. de Regimento, e Instruções a João de Sá, que hia

ANEXO 7 – DECRETO DE 11 DE ABRIL DE 1673

42	1672.	43	1673.
Julho 5	Av. participando ao Nuncio Apostolico não poder satisfazer as suas Instancias, sobre as alterações no procedimento das causas possessórias, forças, e violencias; devendo observar se as Leis, e costumes do Reino ao mesmo respeito. <i>L. 10. da Supplicação fol. 181. vers.</i> Vide 3. deste mez, e anno.	Abril 19	D. para se comutar para Angola o degredo da India aos reos, que tinham ficado na monção por impossibilitados. <i>L. 10. da Supplicação fol. 185. vers.</i>
Agosto 3	D. sobre o mesmo assumpto dos de 16, e 29. de Julho deste anno. <i>M.</i>	Junho 9	Aviso ao Nuncio Apostolico, depois de a instancias suas ter nomeado Ministros, para conferirem sobre a praxe dos Recursos, e se ter evidenciado, que sendo ella coeva ao estabelecimento deste Reino, e geral na Christandade, em Portugal he mais decorosa, não se condemnando o Nuncio nas custas quando vencido, como em Castella, e expedindo se-lhe só Cartas de Rogo, e Recommendação: que á vista da Resolução que tomara, e já lhe participara esperava, que noticiada por elle a seu Successor, não entraria mais em duvida este negocio. <i>L. 10. da Supplicação fol. 186. vers.</i> Vide 1672. Julho 3, e 5.
Setemb. 19	R. Vide 1675. Setembro 23: 1678. Março 28.	Outub. 21	D. prohibindo aos Desembargadores da Supplicação serem Juizes da Legacia. <i>L. 10. da Supplicação fol. 187.</i>
Outub. 3	Res. Vide 1686. Agosto 29.	— 29	D. declarando ser a Junta dos Tres Estados competente, e não a Supplicação, para julgar dos Aggravos, respectivos a cobrança dos effectos applicados ás fortificações, e presidiós de Reino. <i>L. 10. da Supplicação fol. 187. vers.</i>
Nov. 3	Ass. Vide 1650. Março L.	Nov. 16	D. para se assentar em todos os Tribunaes huma propina para a criação dos Engeitados, lembrando os Presidentes delles qualquer outro meio, que haja para auxiliar aquelle estabelecimento. <i>L. 10. da Supplicação fol. 188.</i> Vide Dezembro 9. deste anno.
— 14	D. 1.º para hum dos Juizes dos Feitos da Corôa tirar as devaças do General, Almirante, Capitães, e mais Officiaes de Mar, e Guerra da Companhia Geral do Commercio, que antes tirava o seu Conservador. <i>L. 10. da Supplicação fol. 183. vers.</i>	— 16	C. R. mandando applicar as sobras dos Contraçtos das Conquistas, para soccorro das munições e Armas da mesmas. <i>L. 1. de Cartas fol. 108.</i>
— 14	D. 2.º mandando julgar no Juizo dos Feitos da Fazenda todas as causas, entre partes, que até hi corrião na Conservatoria da Junta do Commercio, observando-se os termos, e Regimentos das outras, que se julgavão neste Juizo. <i>L. 10. da Supplicação fol. 184.</i>	— 18	C. R. impondo no Contraçto dos Dizimos de Ultramar huma propina annual, para os Engeitados da toda do Hospital, de 40:760 reis, igual á de cada hum dos Ministros do Conselho Ultramarino. <i>L. 1. de Cartas fol. 112.</i> Vide 1665. Agosto 31.
Dez. 5	C. R. declarando, que os Governadores de Ultramar não podem passar Alvarás de reformatão a Militares Officiaes, ou Soldados. <i>L. 1. de Cartas fol. 354. vers.</i> Vide 1675. Fevereiro 4.	Dez. 9	D. ampliando o de 16. de Novembro deste anno, assen.
	1673.		
Abril 11	D. para se prenderem em Lisboa os vadios, e embarcallos para Angola. <i>L. 10. da Supplicação fol. 186.</i>		
— 13	Vide 1664. Abril 13.		
— 15	D. mandando mudar para o Bairro de S. Vicente, hum dos dous Corregedores do Crime da Côte, que estavam ambos no Bairro Alto, ficando cada hum com os feitos da sua repartição, para melhor serviço das partes. <i>L. 10. da Supplicação fol. 186.</i>		
	Abril		

ANEXO 8 – DECRETO DE 21 DE JULHO DE 1675

		1674.	45
		mero de Ministros, a qual para este effeito ha por derogada.	
		<i>L. 10. da Supplicação fol. 191. vers.</i>	
		1675.	
Janeiro	3	Alv. declarando pertencerem ao Contratador dos Portos Secos, e não a Alfandega de Setubal os direitos de todos os generos, que ahi se importarem por mar, ou por terra do Reino de Castella, ou para elle sahirem. <i>L. do Registro dos Portos Secos da mesma Villa fol. 10. vers.</i> Vide 1760. Outubro 16: 1774. Novembro 22: 1803. Fevereiro 11.	
	13	D. sobre o mesmo objecto do de 12. de Março de 1665. <i>L. 10. da Supplicação fol. 193.</i>	
Fevereiro	4	P. C. U. sobre o mesmo assumpto da C. R. de 5. de Dezembro de 1672: e prohibindo aos Capitães proverem cada tres annos, como antigamente fazião na Capitania de Pernambuco, os Portos de Alferes, e Sargentos. <i>L. 8. de Prov. fol. 143.</i>	
Maio	7	D. para se perdoar a pena de morte a hum réo preso por crime de furtos, que promettia descobrir varios réos de mortes, e de outros furtos, e os lugares aonde estes estavam occultos, caso assim se verificasse, e os réos denunciados não estivessem já presos. <i>L. 10. da Supplicação fol. 206. vers.</i>	
	16	D. para se sentenciarem para Angola os réos, que estivessem nestas circumstancias, comutando-se tambem neste qualquer outro degredo equivalente. <i>L. 10 da Supplicação fol. 194.</i>	
Junho	18	Res. Cit. no D. de 3. de Maio de 1705. Vide 1695. Maio 29.	
	21	D. para se prenderem em Lisboa os vadios, e se remetterem a Angola, exceptuando-se os que se tinham destinado pelas averiguações antecedentes para servir nos Terços. <i>L. 10. da Supplicação fol. 194.</i>	
Julho	10	D. para se comutar proporcionalmente, segundo o estilo, e merecimento das culpas, o degredo do	
		<i>Part. III.</i>	<i>G</i> <i>Bra-</i>

ANEXO 9 – 16 DE MARÇO DE 1680

1679.

51

- Dez. 11 Alv. tomando debaixo da R. Protecção os Religiosos Capuchinhos Francezes, que se hão estabelecer em hum Hospicio na Cidade da Bahia.
L. 8. de Prov. fol. 309.
 Vide 1680. Fevereiro 29.

1680.

- Fever. 29 C. R. assignando o numero de seis até oito Religiosos ao Hospicio dos Religiosos Capuchinhos Francezes da Bahia.
L. 1. de Cartas fol. 28.
 Vide 1679. Dezembro 11.
- Março 10 D. para se sentenciarem até 60 réos para Angola, e 40 para Cabo Verde, que estivessem nessas circumstancias, ou de se lhe comutar neste outro degredo.
L. 10. da Supplicação fol. 222. vers.
 Vide 16. deste mez, e anno.
- 16 D. ampliando o de 10. deste mez, para se suprir o numero dos degradados para Angola, e Cabo Verde, com os vadios, que podessem prender-se: enviando-se tambem para Sofalla algumas mulheres, que sirvão de prejuizo no Reino, ainda das que se achão nas cadeas.
L. 10. da Supplicação fol. 223.
- 22 D. mandando denegar Carta de Seguro aos réos culpados em certo homicidio, não lhe valendo conto, nem outro algum privilegio.
L. 10. da Supplicação fol. 222. vers.
- 24 C. R. sobre a liberdade do Commercio de Sofalla, e Moçambique.
L. 1. de Cartas fol. 30. vers.
 Vide 1755. Junho 10: 1761. Maio 7: Alv. sem data n.º 47.
- Abril 1 D. derogando especialmecte como *Protektor da Universidade de Coimbra* o privilegio da mesma, para effeito de serem prezos os réos do homicidio de Pedro Furtado.
L. 10. da Supplicação fol. 224.
- Maio 6 Alv. mandando administrar o Commercio da Costa do Mina pela Junta do Commercio do Brazil.
M.
- Junho 6 C. R. mandando cobrar executivamente os dizimos de

ANEXO 10 – DECRETO DE 4 DE MARÇO DE 1688

1688.		63
		ra a Supplicação em huma causa crime, e ser acusado o réo por Procurador. <i>L. 10. da Supplicação fol. 295. vers.</i>
Março	4	D. 1.º prohibindo hirem degradados para a India nesta monção pela experiencia, que havia de que sahindo das cadeas, hião enfectar as embarcações. <i>L. 10. da Supplicação fol. 296.</i> Vide D. 1.º desta data.
—	4	D. 2.º para se prenderem os vadios, e remetterem em direitura a Casa da India, para embarcarem. <i>L. 10. da Supplicação fol. 296. vers.</i> Vide D. 1.º dessa data.
—	9	Alv. determinando, que os Navios de licença, que forem ao Brazil, não possam voltar para o Reino, fóra da Frota. <i>L. 9. de Prov. fol. 219. vers.</i> Vide 1676. Fevereiro 22: 1710. Agosto 29.
—	17	D. mandando julgar huma causa de partilhas na Supplicação, assignando-se a cada Juiz, com dispensa do exercicio da Casa, 15. ou 20. dias para ver o feito, e não o fazendo neste tempo, deixar de ser Juiz na causa, e passar ao seguinte. <i>L. 10. da Supplicação fol. 297.</i>
—	22	D. para se sentenciam para Angola os réos, que se achassem nessas circumstancias, ainda por commutação de outro degredo. <i>L. 10. da Supplicação fol. 297.</i>
Abril	6	C. R. declarando, que os Governadores do Brazil não podem crear postos de Capitães, nem outros quaesquer, nem acrescentar-lhe soldo, e assentar-lhe praça sem Patente, e Ordem Regia, na conformidade do Cap. 13, 40, e 41 do R. das Fronteiras. <i>L. 2. de Cartas fol. 88.</i> Vide 1689. Dezembro 14: 1713. Novembro 16: 1716. Julho 8: 1754. Julho 15.
—	22	D. <i>L. 10. da Supplicação fol. 298.</i>
—	30	P. C. U. sobre o mesmo assumpto da C. R. de 28. de Dezembro de 1686. <i>L. 1.º dos Regimentos fol. 79. vers.</i> Vide 1743. Maio 24.
Maio	5	D. para as condemnações pelo crime de cerco se applicarem para a Casa da Moeda.
		I ii L.

ANEXO 11 – DECRETO DE 7 MARÇO DE 1691

68

1691.

- Março 7 D. para se prenderem os vadios, e se alistarem nos Terços de Lisboa, quando não forem necessarios para a India: e se sentenciarem para Angola os réos incursos em pena de degredo.
L. 10. da Supplicação fol. 337.
- Abril 13 D. para se executar a Res. de 28. de Setembro de 1681.
L. 10. da Supplicação fol. 337. vers.
- Junho 2 D. sobre o mesmo assumpto do de 13. de Fevereiro de 1690, por continuar ainda a obra para facilitar a navegação do Rio Douro.
L. 10. da Supplicação fol. 338.
- Nov. 13 D. *L. 10. da Supplicação fol. 341.*
- 24 D. participando a nomeação do Doutor José de Freitas para Conselheiro de Ultramar, tendo de servir juntamente de Procurador da Fazenda do mesmo Conselho, servindo como tal na Casa da Supplicação sem embargo de não ser dos Ministros do numero della.
L. 10. da Supplicação fol. 343.
Vide 1752. Março 28.

1692.

- Janeiro 7 R. Impresso volante no *L. 12 da Supplicação fol. 61:*
com o mesmo dia 7.
- 9 D. derogando a Pragmatica, para se permitir a entrada, e uso de Chapéos de Castor, e Codbeques finos, panos negros, louça, e vidros de fóra do Reino, visto o atezamento das Fabricas nacionaes destes generos.
L. 10. da Supplicação fol. 343.
Vide Março 5. deste anno.
- 25 Alv. *L. 12. da Supplicação fol. 63.*
- Fever. 7 D. para se sentenciarem para Cabo Verde e Cacheu até 30. réos, que estivessem nessas circumstancias.
L. 10. da Supplicação fol. 344.
- 15 D. mandando ultimar dentro de 6. mezes na Supplicação huma causa de partilhas, evitando-se todas as dilações, e dando-se-lhe conta das culpaveis: e que não se sentenciando neste tempo, se execute a Sentença appellada, privado com tudo hum dos consortes da posse do quinhão julgado naquella Sentença.
L.

ANEXO 12 – DECRETO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1699

82 1699.

da Índia, que fizerem escala na Bahia.
L. 2. de Cartas fol. 138.
 Vide Março 11. deste anno: 1697. Novembro 19.

Janeiro 19 R. 1.^a *L. 12. da Supplicação fol. 77.*
 — 19 R. 2.^a Impresso volante, no *L. 12. da Supplicação f. 96.*
 — 20 C. R. 1.^a declarando a outra de 16. de Março de 1681, e sobre o foro que se devo pôr às terras de Sesmatia.
L. 2. de Cartas fol. 219. vers.
 — 20 C. R. 2.^a mandando crear nas Freguezias dos Certões do Brazil Capitães Mores, que serão os homens mais poderosos, e com os Cabos respectivos, para auxiliarem aos Juizes das terras nas diligencias da Justiça: creando-se tambem nas mesmas terras Juizes à semelhança dos vinteneiros do Reino, com as mesmas qualidades, e sendo castigados os que lhe resistirem, como se fosse aos Juizes de Fora: e mandando aos Ouvidores, e Corregedores do Brazil, visitem as Vilas do Certão da sua Comarca ao menos humta vez cada triennio.
L. 3. de Cartas fol. 125. vers.
 Fev. 5 D. *L. 11. da Supplicação fol. 67. vers. com este mesmo dia.*
 — 6 D. perdoando a pena de morte, em que se achava sentenciado na Casa da Supplicação o Conde da Atalaia, pella morte do Corregedor da Bairro Alto: em attenção às instancias das Rainhas sua Mulher, e Irmaõ.
L. 11. da Supplicação fol. 68. vers.
 — 7 D. para sentenciarem para a Índia os réos, que estivessem nessas circumstancias, ainda por comotação de outro degredo, suposto o aperto em que se achava a praça de Moçambique, cecada pelo Arabio.
L. 11. da Supplicação fol. 69.
 Vide 17. deste mez, e anno.
 — 17 D. 1.^a para se abrir a Relação nos dias feriados, a fim de se julgarem os processos dos réos, que havião de hir para a Índia.
L. 11. da Supplicação fol. 69. vers.
 Vide 7. deste mez, e anno.
 — 17 D. 2.^a para se mandarem prender para a Índia, não sómente os que se achassem rigorosamente por vadios:

83 1699.

dios; mas ainda os ociosos, cuja assistência no Reino, senão fizesse necessaria.
L. 11. da Supplicação fol. 69. vers.
 Vide 5. deste mez, e anno.

Março 11 Av. sobre o mesmo assumpto da C. R. de 13. de Janeiro deste anno.
L. 2. de Cartas fol. 138. vers.
 Vide 1697. Novembro 19.

— 31 D. declarando abusiva a interpretação, que se fazia ao Cap. 5. do R. dos Canos d'Agua da Prata de Evora, de não comprehender as penas impostas em Leis posteriores à data do mesmo R.
L. 11. da Supplicação fol. 72.
 Vide 1603. Fevereiro 7: Abril 10. deste anno.

Abril 3 D. para se sentenciarem para Mazagão os réos, que estivessem nessas circumstancias.
L. 11. da Supplicação fol. 72.
 — 9 P. D. prohibindo carregar se no livro das Despezas da Relação condemnação alguma das terras, que tem applicação para os Canos d'Agua da Prata da Cidade de Evora.
Impress. com o Alv. de 21. de Outubro de 1791.
 — 10 D. estranhando a falta de observancia do §. 5. do R. d'Agua da Prata de Evora, applicando-se algumas quotas das condemnações para as despesas da Supplicação, quando deverião ser todas as comprehendidas na sua disposição, excepto as da parte offendida.
L. 11. da Supplicação fol. 73. vers.
 Vide 1603. Abril 10.

— 14 Av. declarando, que as Obras da Relação, e cadeas erão da Inspeccão do Regedor da Supplicação, e não do Provedor das Obras do Paço.
L. 11. da Supplicação fol. 74.

Maió 8 D. para se sentenciarem para a Ilha do Principe os réos, que se achassem nessas circumstancias.
L. 11. da Supplicação fol. 74. vers.

Junho 6 P. D. sobre a applicação das condemnações da Comarca de Evora para a Obra do Aqueeducto daquela Cidade.
Impress. com o Alv. de 21. de Outubro de 1792.
 — 27 D. mandando julgar petempozadamente dentro de duas mezes os embargos à Causa da Segurança Real, que concedera ao Juiz, e Officiaria da Camara de

ANEXO 13 – DECRETO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1701

1701.		87
Abril	6	Av. declarando, que o Meirinho do Tabaco deve acompanhar as execuções da justiça, não mostrando ao Regedor da Supplicação, por Certidão do Secretario da Junta, estar nessas occasiões legitimamente impedido. <i>L. 11. da Supplicação fol. 91. vers.</i>
Julho	20	D. para a formação de novas Academias de Fortificação nas Provincias do Reino, com Partidos, e outros Premios, para os que se distinguirem. <i>Cit. na Representação a El Rei pelo Engenheiro Mór Manoel de Azevedo Fortes. Impressa em 1720.</i>
Agosto	29	D. de moratoria por dous annos aos interessados na Companhia de Guiné e Indias, suppostas as circumstancias, em que se achavão, caso estas não melhorassem dentro do mesmo tempo. <i>L. 11. da Supplicação fol. 100. vers.</i>
Setemb.	16	D. mandando abreviar o livramento dos réos prezos no Limoeiro, em attenção á epidemia, que ali graçava pelo maior aperto, com que ficavão, por occasião das Obras da mesma cadeia. <i>L. 11. da Supplicação fol. 116. vers.</i>
Nov.	26	C. R. mandando medir as Obras da Fazenda Real no Brazil, pelos Engenheiros sem salario, e não pelos medidores do Concelho. <i>L. 2. de Cartas fol. 141.</i> <i>Vide 1716. Março 18.</i>
Dez.	23	D. mandando prender os vadios e escandalosos, e processallos summariamente para a India, sendo para isso aptos: a cujo fim se abriria a Relação nos dias e horas, que o Regedor julgasse opportuno. <i>L. 11. da Supplicação fol. 102.</i> <i>Vide 1702. Fevereiro 14.</i>
1702.		
Janeiro	13	D. nomeando Juizes, e mandando decidir na Casa da Supplicação dentro de quatro mezes a causa, que hum morador de Mirandella queria intentar ao Marquez de Tavora, sobre violencias, que delle dizia ter recebido. <i>L. 11. da Supplicação fol. 101. vers.</i>
Fevet.	13	P. C. F. sobre o mesmo assumpto da de 20. de Março de 1690.
M ii		L.

ANEXO 14 – DECRETO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1702

88

1702.

L. 2. de Cartas fol. 243.

Fever. 14 D. ampliando o de 23. de Dezembro de 1701, não tendo bastado as levas de vadios, para completar o numero necessario para hum maior soccorro, que se fazia necessario para a India, ainda admittrindo os Soldados dos Terços a embarcarem voluntarios, e obrigando outros, por cujo motivo se sentenciaria com este degredo os réos opportunos para aquelle destino, mesmo por comutação proportional de outro mais grave, a excepção do de Mazagão.

L. 11. da Supplicação fol. 103. vers.

— 20 D. mandando sentenciar para Mazagão até o numero de 60 réos, que podessem servir naquella Praça, e merecessem esse degredo.

L. 11. da Supplicação fol. 105.

— 21 P. C. F. mandando assistir com 160 reis diários a cada hum dos Religiosos de S. João de Deus, que apportarem á Bahia nas Nãos da India.

L. 2. de Cartas fol. 242.

Março 4 D. para se sentenciarem para Bissau, e Cacheu até o numero de quarenta réos.

L. 11. da Supplicação fol. 105.

— 21 D. para se sentenciarem em qualquer dia, ainda feriado, ou festivo, os réos que tinham vindo nas levas para a India, soltando logo os que o deveriam ser; vista a epidemia, que grassava nas cadeas, e excesso de despeza, que com elles fazia a Misericordia.

L. 11. da Supplicação fol. 105. vers.

Abril 13 C. R. mandando assistir aos Missionarios Italianos da Ilha de S. Thomé com a Ordinaria de duas barricas de buzio, e huma pipa de vinho da Madeira.

L. 2. de Cartas fol. 254. vers. e 257.

Vide 1703. Abril 13: 1712. Abril 19.

Junho 21 D. mandando julgar breve, e summariamente na Relação a queixa sobre a crueldade de hum Senhor com huma sua Escrava, authorisando os Juizes para punirem o mesmo réo, como julgassem digno, e de o obrigarem a vender as Escravas, que tinha, e declarallo inhabil para ter outras.

L. 11. da Supplicação fol. 107. vers.

Julho 21 Alv. Vide 1703. Novembro 3.

Setemb. 6 D. para se abrir a Relação, ainda nas ferias, para de-

ANEXO 15 – DECRETO DE 8 DE MAIO DE 1719

1719.		121
<i>L. 3. de Cartas fol. 147.</i>		
Março	19	Alv. Cit. com o dia 20. de Dezembro na Vida, Sucessos, e Falecimento d'ElRei D. João V. impresso em 1750. em 4. ^o
—	29	P. C. U. approvando a Resolução, que tomara o Governador da Bahia, em razão da falta de Ministros, de admitir ao exercicio hum Desembargador despachado para aquella Relação, antes de ter tirado a Carta.
<i>L. 3. de Cartas fol. 149. vers.</i>		
Abril	16	P. C. U. para execução do Alv. de 5. de Outubro de 1715.
<i>L. 17. da Supplicação fol. 148. vers.</i>		
—	26	P. C. U. para execução do Alv. de 5. de Outubro de 1715.
<i>L. 17. da Supplicação fol. 149.</i>		
Maio	1	D. 1. ^o mandando suspender até nova ordem a execução da Carta do Juizo da Corôa, dirigida aos Priores das Igrejas do Padroado da mesma, sobre o provimento dos beneficios dellas.
<i>L. 12. de Decretos da Supplicação fol. 28. vers.</i>		
N. B. Parece tratar-se neste D. de huma Carta semelhante a de 21. de Maio de 1639, que transcreve <i>Osorio de Patronatu R. Resol. 15. n.^o 5. pag. 50. col. 1.^a</i>		
—	1	D. 2. ^o mandando parar por seis mezes nas causas, que pendão no Juizo da Corôa da Supplicação, entre alguns Donatarios, e Ordinarios, sobre a quasi posse dos provimentos de Beneficios.
<i>L. 12. de Decretos da Supplicação fol. 28. vers.</i>		
—	8	D. para se prenderem os vadios, que se achassem em Lisboa, e se remettessem para Macão.
<i>L. 12. de Decretos da Supplicação fol. 29. vers.</i>		
—	10	D. para ser ouvido o Procurador da Real Fazenda nas causas da Companhia de Guiné e Indias, que se tratavão no Juizo dos Feitos da mesma: e providenciando a se ajustarem as contas daquella Companhia, entrando o dinheiro no Colre dos Contos.
<i>L. 12. de Decretos da Supplicação fol. 29. vers.</i>		
Junho	24	Alv. para se sentenciarem até 70. homens para Mazagão, entre vadios, e réos, que merecessem este degredo.
<i>L. 12. de Decretos da Supplicação fol. 33.</i>		Vi-

ANEXO 16 – 29 DE JANEIRO DE 1723

- 130
Dez. 7 P. D. recommendando a observancia dos Privilegios concedidos aos Mamposteiros do Collegio dos Offi-
fãos de Lisboa.
Impresso na Carta de Privilegios dos mesmos em 1772.
Vide 1781. Junho 12.
- 16 D. para se observarem os Alvarás, que prohibio tomar conhecimento dos aggravos interpostos do Administrador da Casa de Aveiro, em razão da cobrança das dividas da mesma Casa.
L. 12. de Decretos da Supplicação fol. 78.
- 1722.
- Janeiro 9 D. . . declarando comprehender se na sua prohibi-
ção ainda os negocios tratados em outro Tribunal, e o dar Cartas de favor, ou entregar Memoriaes: entendendo-se tambem prohibidas as mesmas intercessões ás mulheres, e filhos dos Ministros.
- 16 P. C. U. declarando ter approvado S. Magestade a despeza feita por conta da Sua Fazenda na Cidade da Bahia, com a assistencia do Patriarcha de Alexandria, e sua familia, e com a Offerta, que se lhe fizera no Real Nome de huma concha, e salva de ouro.
L. 3. de Cartas fol. 223. vers.
- 29 D. para se prenderem os vadios, e os rapazes ociosos, que andavão jogando pedradas, e se embarcarem para a India, renovando-se além disso a providencia do Decreto de 26 de Janeiro de 1714. (alias 1704.) ; mas não se mandando para aquelle Estado réo algum de celição infamante, por só alli servirem de darem máo exemplo, passando-se para o inimigo.
L. 12. de Decretos da Supplicação fol. 79. vers.
N. B. Esta providencia se repetio nos annos seguintes até o de 1731.
- Março 31 P. C. U. concedendo indistinctamente ao Provedor da Alfandega da Bahia a inspeção das obras da mesma Alfandega.
L. 4. de Cartas fol. 12. vers.
Vide 1710. Maio 18: 1714. Maio 19.
- Maio 7 C. R. prohibindo aos Ministros, e Officiaes, seus

ANEXO 17 – DECRETO DE AGOSTO DE 1751

1751

101

bos, o Desembargador Ignacio da Costa Quintella, a cuja ordem serão postos todos os réus presos, sendo remettidos com as suas culpas, as quaes o dito Ministro sentenciará em Relação por via de summario, com os Desembargadores Manoel Gomes de Carvalho, Paulo José Correa, Gonçalo José da Silveira Preto, Antonio Velho da Costa, José Cardozo Castello, que Sou servido nomear para adjuntos; e para desempates os Desembargadores Pedro Gonçalves Cordeiro, e José de Carvalho Martens: Com tal declaração, que havendo ainda empate entre os ditos oito Ministros, o Regedor da Casa da Supplicação lhe nomeará os mais Juizes, que forem necessarios até se vencer o Feito. E o dito Commissario em vista das culpas, que se lhe remetterem, ordenará aos Ministros da dita Provincia todas as diligencias, que lhe parecerem convenientes a bem da Justiça, e para escrever nos Autos desta commissão elegerá dos Escrivães actuaes o que lhe parecer mais apto. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e o faça executar pelo que lhe pertence. Lisboa em 7 de Agosto de 1751. = Com a Rubrica de Sua Magestade.

Impresso avulso.

—*—*—*—*

EU ELREI Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que sendo-Me presente que a divisão dos Territorios do Reino do Algarve, da Provincia do Alê-m-Tejo, e das Comarcas de Santarem, e de Setubal impedem a prizão, e facilitão a impunidade dos Delinquentes, que tem commettido os escandalosos roubos, que grassão na dita Provincia; animando-se os Réos de tão detestaveis crimes, não só com a esperança de passarem do districto, em que commettem hum roubo, a outro districto, onde não tem ainda delinquido, mas tambem com as demoras, e formalidades, que passão, em quanto as Justiças se deprecão reciprocamente: Sou servido Ordenar que nesta especie de delictos seja cumulativa a jurisdicção Criminal de todos os Juizes, e Ministros dos sobreditos Territorios; de sorte que huns possam prender os Réos no districto dos outros, e na mesma fórma tomar Querelas, e formar Devassas; havendo-se todo o Reino do Algarve, Provincia de Alê-m-Tejo, e Comarcas de Santarem, e de Setubal por foro do delicto em ordem aos referidos fins; pois que os Processos se não podem instruir, e julgar senão na Casa da Supplicação pela Commissão, que Tenho estabelecido para o dito effeito. Outrossim sou servido dar plena liberdade, em quanto Eu não mandar o contrario, a todos os Particulares do sobredito Reino, Provincia, e Comarcas, para lançarem mão não só dos Delinquentes, que por taes forem conhecidos, mas tambem das Pessoas desconhecidas, que se fizerem suspeitosas, para que levando-as seguras aos Magistrados dos Lugares mais visinhos, examinem estes promptamente o merecimento dos Presos; de sorte que achando-lhes culpas formadas, os remettão á sobredita Commissão; e achando que são meros Vadios, Me dem conta. E para que estas providencias tenham o seu prompto, e cumprido effeito em beneficio do socego público, Sou tambem servido Ordenar, que ellas se pratiquem, pelo que pertence aos sobreditos crimes, não obstantes quaesquer Leis, e Privilegios contrarios, e que este valha, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, como se fes-

102

1751

se Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não passe. E este se registará nos livros do Desembargo do Paço, nos da Casa da Supplicação, e onde mais se costumão registar semelhantes Leis. Belém em 14 de Agosto de 1751. = Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro.

Regist. na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino no Livro dos Decretos, e Alvarás a fol. 177, e impr. avulso.

—————*—————

Aos 23 dias do mez de Setembro de 1751, nesta Cidade do Porto, e Casa da Relação della, em presença do Senhor José Pedro Emauz, Chanceller, e Governador da mesma, se assentou em Mesa Grande pelos Desembargadores abaixo assignados, que os Réos, que por Sentenças da Relação forem condemnados, além de outras penas, na de dinheiro para as despesas da Relação, e com effeito pagarem a condemnação das despesas da Relação, fazendo-se dellas receita viva sobre o Thesoureiro, ainda que depois embarguem as Sentenças, e consigão o serem reformadas, e absolutos dos crimes, porque forão accusados, que nem por isso podessem repetir do Thesoureiro as despesas, que tiverem pago, porque nesta parte se achará a Sentença executada inteiramente, pelo pagamento feito pelo mesmo Réo simplesmente, e assim não pôde ser já revogada nesta parte pelo meio dos Embargos, e sómente poderião ser attendidos no que respeitasse a outras perdas; e os Juizes do Feito devem advertir, se as despesas forão pagas, se depositadas, porque sómente no caso do deposito poderá haver repetição, e conhecimento dos Embargos nesta parte, em que o Réo não he visto consentir, e approvar a Sentença. Dia e anno, ut supra. Como Governador, Emauz. = Barrozo. = Sant-Iago. = Machado. = Nunes. = Vellozo. = Franco. = Jacome. = Lobo. &c.

Livro dos Assentos da Relação do Porto fol. 94 vers., e na Collecção dos Assentos a fol. 340.

—————*—————

DOM JOSE' por Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, d'quém, e d'além mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber a Vós..... que Eu mandei fazer o Regimento para a nova Relação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, do qual o treslado he o seguinte.

Regimento da Relação do Rio de Janeiro.

DOM JOSE', por Graça de Deos Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e d'além Mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c.

ANEXO 18 – ALVARÁ DE 4 DE NOVEMBRO DE 1755

400

1755

SEndo-Me presente, que na Cidade de Lisboa, e suas vizinhanças grassa hum grande número de homens vadios, que não buscando os meios de subsistirem pelo seu honesto, e louvavel trabalho, vivem viciosamente na ociosidade á custa de terceiros com transgressão das Leis Divinas, e Humanas: E considerando as offensas de Deos, do Meu Real serviço, e do bem commum dos Meus Vassallos, que se seguem da tolerancia de semelliantes homens: Sou Servido excitar a inviolavel, e exacta observancia dos Regimentos, e Leis, estabelecidas para a policia dos Bairros da mesma Cidade; Ordenando, que todos os Corregedores, e Juizes do Crime, cada hum nos seus respectivos districtos, examine logo prompta, e cuidadosamente com preferencia a qualquer outro negocio as vidas, costumes, e ministerios de todos os habitantes dos seus respectivos Bairros, e dos vagabundos, e mendigos, que nelles forem achados com idade, e saude capaz de trabalharem: E que todas as pessoas, que forem achadas na culpavel ociosidade assima referida, sejam prezas, e autuadas em Processos simplesmente verbaes, porque conste da verdade dos factos, e os mesmos Processos remettidos á ordem do Duque Regedor da Casa da Supplicação, o qual nomeará logo para elles os Juizes certos, que lhe parecer, e estes os sentenciarão tambem verbalmente; impondo aos Réos a pena de trabalharem com bragas nas obras da mesma Cidade, a que tem dado hum tão geral escandalo, pelo tempo que os Juizes arbitrarem conforme a gravidade das culpas de cada hum dos Réos que se lhes propozerem. Sendo necessarios para obras do Meu Real serviço, e bem commum dos Meus Vassallos, serão pedidos ao mesmo Duque Regedor das Justiças, que os mandará entregar com as necessarias cautelas: E vencerá cada hum delles quatro vintens por dia para o seu sustento, pagos pela repartição onde se empregarem. Porém não se empregando nas sobreditas obras, se poderão conceder aos particulares que os pedirem para os desentulhos, e obras dos seus edificios, assignando termos de os apresentarem quando houverem acabado o tempo de serviço, a que tiverem sido condemnados; e de satisfazerem pontualmente o sobredito jornal nas sextas feiras de cada semana. E porque o sobredito castigo pôde servir de emenda a muitos dos que forem a elles condemnados: E não he da Minha Real, e pia intensão injuriar os homens, mas sim desterrar dos povos, que Deos Me confiou, a ociosidade, e os delictos, que della se seguem: Sou outro sim Servido que as sobreditas penas, e sentenças, em que ellas se julgarem, não irroguem infamia, nem possam ser allegadas em Juizo, nem fora delle para inhabilidade alguma, qualquer que ella seja. O Duque Regedor da Casa da Supplicação o tenha assim entendido, e faça executar, não obstandes quaesquer Leis, e Regimentos, Assentos, ou costumes contrarios, que todos Hei por derogados sómente para este effeito ficando aliás sempre em seu vigor. Be-lém a 4 de Novembro de 1755. = Com a Rubrica de Sua Magestade.

Impr. avulso com o Alvará antecedente.

ANEXO 19 - LEI DE POLÍCIA DE 1760

(1)

U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem que dictando a razão, e tendo-se manifestado por huma longa, e deciziva experiencia, que a Justiça contencioza, e a Policia da Corte, e do Reino, são entre si tão incompativeis, que cada huma dellas pela sua vastidão se faz quasi inacessivel ás forças de hum só Magistrado: Havendo resultado da uniaõ de ambas em huma só Pessoa a falta de observancia de tantas, e tão santas Leys, como são as que os Senhores Reys Meus Predecessores promulgáráõ em doze de Março de mil seiscentos e tres; em trinta de Dezembro de mil seiscentos e cinco; em vinte e cinco de Dezembro de mil seiscentos e oito; e em vinte e cinco de Março de mil setecentos quarenta e dous; para regularem a Policia da Corte, e Cidade de Lisboa; dividindo-a pelos seus differentes Bairros; distribuindo por elles os Ministros, e Officiaes, que pareceraõ competentes; e dando-lhes as Instrucçoens mais sabias, e mais uteis para cohibirem, e acautelarem os insultos, e mortes violentas, com que a tranquillidade publica era perturbada pelos vadios, e facinorozos; sem que com tudo se pudessem até agora conseguir os uteis, e desejados fins, a que se applicaraõ os meios das sobreditas Leys; por não haver hum Magistrado distincto, que privativamente empregasse toda a sua applicação, actividade, e zelo a esta importantissima materia; promovendo a execuçaõ daquellas laudaveis Leys, e applicando todo o cuidado a evitar desde os seus principios, e causas os damnos, que se pertenderaõ acautelar em beneficio publico: Succedendo assim nesta Corte o mesmo, que com o referido motivo havia succedido em todas as outras da Europa, que por muitos seculos accumuláraõ as repetidas Leys, e Edictos, que foraõ publicando em beneficio da Policia, e paz publica: sem haverem sortido o procurado effeito em quanto a jurisdicção contenciosa, e politica andáraõ accumuladas, e confundidas em hum só Magistrado; até que sobre o desengano de tantas experiencias vieraõ nestes ultimos tempos a separar, e distinguir as sobreditas jurisdicçoens com o successo de colherem logo dellas os pertendidos frutos da paz, e do socego publico: E por quanto não ha cousa, que